

Luceni Medeiros Hellebrandt

**MULHERES DA Z3 – O CAMARÃO QUE “COME” AS MÃOS E  
OUTRAS LUTAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DE  
ESTUDOS SOBRE GÊNERO E PESCA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial

Coorientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Hellebrandt, Luceni Medeiros  
Mulheres da Z3 - o camarão que "come" as mãos e  
outras lutas : contribuições para o campo de estudos  
sobre gênero e pesca / Luceni Medeiros Hellebrandt  
; orientadora, Carmen Silvia de Moraes Rial,  
coorientadora, Maria do Rosário de Fátima Andrade  
Leitão, 2017.  
173 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em  
Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Gênero e Pesca. 3. Pesca  
Artesanal. 4. Mulheres na Pesca. 5. Colônia Z3 -  
Pelotas. I. Rial, Carmen Silvia de Moraes. II.  
Leitão, Maria do Rosário de Fátima Andrade . III.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.  
IV. Título.

## FOLHA DE ROSTO



## AGRADECIMENTOS

Nos quatro anos do doutorado foram tantos processos e mudanças e, agora, finalizando este ciclo, paro para pensar sobre eles. Certamente não consigo lembrar todos os processos e talvez eu nem perceba que alguns ocorreram ou ainda estão ocorrendo, tampouco seus resultados. De qualquer forma, por trás de cada um deles houve pessoas que indicaram, apoiaram, discutiram, incentivaram, inspiraram. É nesse espaço da tese, com o impossível nome de “agradecimentos” que eu devo ser capaz de nominar todas as pessoas que influenciaram meus processos de mudança. Já de início admito esta tarefa como incompleta e delimito que sou capaz apenas de agradecer em texto às pessoas que meu cérebro, em truque, destacará neste momento de redação.

Apesar do clima distanciador das instituições, admito um problema pessoal de discernimento, pois confundo ensinamentos com amizade já que teimo em crer que este é o mais sincero dos presentes. É falando em sinceridade que inicio a nominar as pessoas com quem tenho uma dívida de gratidão. Inicio pela orientadora. Mais do que aceitar o desafio de orientar minha pesquisa, Carmen me ensinou a ser sincera no que fazer. Nos momentos mais desesperadores do processo de pesquisa, Carmen conseguiu me acalmar e me manter seguindo em frente, muitas vezes com apenas 2 linhas de email. Objetividade que me inspira. Como exemplo, cito o dia que conheci pessoalmente Carmen, pois foi o dia em que ela me apresentou Rosário. Nesta conexão precisa estabeleci contato com uma das mais importantes referências Brasileiras sobre o tema de minha tese. Rosário me auxiliou em diversos momentos mesmo antes de minha aprovação no PPGICH, e em tantos outros durante o doutorado que tampouco tenho palavras para agradecer pelas orientações. Agradeço também por todas as frutíferas trocas nas atividades do NAVI, núcleo com pessoas inspiradoras e acolhedoras. De uma forma geral, a oportunidade de viver o ambiente da UFSC foi um presente. Especificamente sobre o PPGICH gostaria de ter espaço para agradecer uma a uma cada pessoa deste Programa maravilhoso em que cada contato somou na minha formação. Como o espaço é limitado, vou restringir os agradecimentos nominais à turma de 2013, pelas risadas compartilhadas, os abraços que acalmavam as angústias de viver em cidade linda, mas longe da família, às cervejas derrubadas e aos desabafos, pessoais ou virtuais. Ana, Carla, Carlos, Cris, Crishna, Dani, Fernanda, Helder, Iara, Marie, Marina, Rafa, Raumar, vocês possuem minha eterna admiração e gratidão.

Reforço meu agradecimento a Carla, pois, se quando mudei para Florianópolis os sentimentos conflitantes de vivenciar uma experiência nova foram grandes, quando mudei para Amsterdã cresceram ainda mais. Assim, Carla, obrigada por compartilhar um período desta experiência comigo, obrigada pelas pedaladas de Uilenstede até a Vrije Universiteit e por todas as vezes que você me entupiu de comida, mesmo eu protestando que não aguentava mais comer, enquanto discutíamos as estranhezas do povo holandês e nossas estratégias de pesquisa. Ainda sobre a Vrije Universiteit e sobre as pessoas incríveis com quem convivi, fico grata pelos momentos compartilhados com Andrea, Nasrin, Ibnu, Alt e, em especial, Freek pelo incentivo para me desenvolver academicamente, satisfazendo os desejos do meu coração (sic).

Todos os processos de mudanças pelos quais passei nos quatro anos do doutorado só foram possíveis mediante suporte. Suporte, neste caso, tem pelo menos três sentidos: Suporte financeiro, suporte intelectual e suporte emocional. Quanto ao primeiro sentido, o de suporte financeiro, agradeço a CAPES pela Bolsa de pesquisa que me permitiu ser duplamente privilegiada, pois, diferente da realidade da grande maioria das pessoas do Brasil (principalmente as mulheres) pude me dedicar exclusivamente ao doutorado e, através da cooperação CAPES-Nuffic, ter a instigadora experiência de viver por um período em outro país, de forma a reconhecer a riqueza cultural do Brasil e ter vontade de somar para torná-lo melhor.

No segundo sentido de suporte, o intelectual, agradeço imensamente aos dois grupos de pesquisadoras e pesquisadores da FURG com quem venho trocando experiências há mais de meia década, o pessoal da UPEC e a equipe do “projeto cadeia produtiva”. Obrigada por sempre me acolherem, por todas as discussões e, principalmente, por acreditarem que é possível e necessário olhar a pesca com uma abordagem que inclui as pessoas.

Pensando em uma escala temporal, poderia classificar estes três sentidos de suporte de forma crescente. Se o suporte financeiro foi importante para os quatro anos do doutorado e o suporte intelectual dos colegas da UPEC e do “projeto cadeia produtiva” me acompanham há quase uma década, o terceiro sentido que dou à palavra suporte, felizmente, me é dado há algumas décadas. O suporte emocional por parte da família é, talvez, dos três sentidos, o único que impossibilitaria totalmente desenvolver uma pesquisa de doutorado se não existisse. Sendo assim, agradeço imensamente o apoio incondicional de Sônia, minha mãe e George, meu pai, mesmo que eles continuem sem entender

o que eu faço da vida, sempre estiveram ao meu lado aceitando minhas escolhas. Agradeço também Claudete e Sérgio, por confiarem em mim e Pat, por acalmar meus inúmeros momentos de desespero (além das dezenas de pedidos de tradução e revisão de Inglês).

Por último, agradeço com toda a sinceridade àquelas que, ao longo de tantos anos, seguem com força, resistindo e encarando uma luta dupla frente a um Governo que dia a dia lança uma nova cartada para liquidar a atividade pesqueira artesanal Brasileira e invisibilizar mulheres na nossa sociedade. Mulheres da Z3, obrigada pela inspiração!



The transformation of the heart is a wondrous  
thing, no matter how you land there.  
(Patti Smith – M Train, 2015)



## RESUMO

Esta tese apresenta contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca a partir da constatação da invisibilização de mulheres na gestão pesqueira. A invisibilização de mulheres no universo pesqueiro ocorre a partir de pelo menos três fatores: gestão focada na captura; postura metodológica de pesquisadores da área; falta de dados desagregados por sexo para a estatística pesqueira. A escassa representação de mulheres nos estudos científicos sobre o universo pesqueiro implica na formulação de políticas públicas excludentes e cegas em relação a gênero. Esta tese propõe ir na contramão, trazendo experiências das mulheres da Colônia Z3 (Pelotas / RS - Brasil) através de uma perspectiva interdisciplinar. Utilizando métodos etnográficos de observação, entrevistas e fotografias, bem como análise documental, a tese reúne informações sobre a participação das mulheres na pesca artesanal. O texto discorre sobre as relações de gênero estabelecidas no cotidiano do universo pesqueiro da Colônia Z3 através de descrições sobre a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a organização da Cooperativa Mulheres da Lagoa, as peculiaridades do trabalho de processamento de pescados, o processo de luta por reconhecimento e acesso ao benefício de seguro defeso e a participação no espaço de gestão pesqueira da região, o Fórum da Lagoa dos Patos. A partir destas descrições, a tese aponta a diversidade de atividades nas quais as mulheres da pesca se envolvem, desmistificando a ideia de que “mulheres não pescam” ao utilizar a noção de disponibilidade como elemento orientador das atividades executadas tanto por mulheres como por homens da Colônia Z3. Em resposta a forma com que o Estado categoriza pescadores artesanais e delimita legalmente o acesso ao seguro defeso, esta tese demonstra como se dá o processo de identificação das mulheres da Z3 com a comunidade pesqueira. A tese aponta que este processo de identificação ocorre cotidianamente, através do aprendizado pela convivência, da mobilidade em busca do recurso pesqueiro, da ressignificação de uma festividade religiosa que utiliza a gastronomia como elemento turístico, bem como pela resistência, através da experiência de organização produtiva cooperada. A tese também aponta elementos para discussão sobre a participação das mulheres nos espaços de gestão, instigando que mesmo nos processos com modelo compartilhado há necessidade de repensar espaços e condições estruturais que limitam a participação. A pesquisa realizada junto as mulheres da Colônia Z3 atualiza o debate sobre o papel das mulheres na pesca e reforça a importância da participação das mulheres

na gestão e tomada de decisões com vistas a sustentabilidade da atividade pesqueira artesanal. Assim, a tese é uma contribuição para os estudos sobre gênero e pesca em acordo com a proposta de promoção da igualdade de gênero – uma das Diretrizes Voluntárias para a Pesca de Pequena Escala no documento lançado pela FAO em 2014 e em processo de implementação ao redor do mundo, incluindo o Brasil.

**Palavras-chave:** Gênero e pesca. Mulheres da Colônia Z3. Igualdade de gênero na gestão pesqueira.

## ABSTRACT

This thesis presents contributions to the field of study on gender and fisheries from the confirmation of the invisibility of women in fisheries management. The invisibility of women in the fishing universe occurs because of, at least, three factors: management focused on capturing; the methodological attitude of researchers in the area; lack of gender-disaggregated data for fishery statistics. The scarce representation of women in scientific studies on fishing implies the formulation of excluding and gender-blind public policies. This thesis goes in the opposite direction, bringing experiences of the women from the Colônia Z3 (fishing community from Pelotas / RS - Brazil) through an interdisciplinary perspective. Using ethnographic methods of observation, interviews and photos, as well as documentary analysis, the thesis gathers information about the participation of women in artisanal fishing. The text deals with gender relations established in the daily life of the fishing universe of Colônia Z3 through descriptions about the feast of Nossa Senhora dos Navegantes (Our Lady of Navigators), the organization of the Cooperativa Mulheres da Lagoa (Lagoon Women Cooperative), the peculiarities of fish processing, the struggle for recognition and access to unemployment benefits and the participation in the fisheries management space of the region, the Patos Lagoon Forum. From these descriptions, the thesis highlights the diversity of activities in which women are involved, demystifying the idea that "women do not fish" when using the notion of availability as a guiding element of the activities performed both by women and men of the Colônia Z3. In response to the way in which the state categorizes artisanal fishers and legally delimits access to unemployment benefits, this dissertation demonstrates how the identification process of the women of Colônia Z3 happens. The thesis points out that this identification process occurs on a daily basis, through learning by coexisting, the mobility in search of the fishing resource, the resignification of a religious festival that uses gastronomy as a tourist element, as well as the resistance through the experience and cooperative productive organization. The thesis also points out elements for the discussion on the participation of women in the management spaces, instigating that even in processes with co-management model there is the need to rethink spaces and structural conditions that limit participation. The research performed along with women from the Colônia Z3 updates the debate about the role of women in fishing and reinforces the importance of women's participation in the management

and decision-making regarding sustainability of the artisanal fishing activity. Thus, the thesis is a contribution for the studies on gender and fisheries in accordance with the proposal to promote gender equality – one of the Voluntary Guidelines for Small-Scale Fisheries in the document released by FAO in 2014 and being implemented all around the world, including Brazil.

**Keywords:** Gender and fisheries. Women from Colônia Z3. Gender equality in fisheries management.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeia Produtiva da Pesca .....	32
Figura 2 – Localização do Estuário da Lagoa dos Patos; Localização da Colônia Z3.....	75
Figura 3 – Colônia Z3, às margens da Lagoa dos Patos.....	76
Figura 4 – Embarcações na Colônia Z3 .....	76
Figura 5 – Pórtico de entrada da Colônia Z3.....	77
Figura 6 – Peixarias da Colônia Z3 .....	78
Figura 7 – Restaurante Ondas do Mar.....	79
Figura 8 – Sede do Sindicato de Pescadores e Aquicultores de Pelotas.....	81
Figura 9 – Sede da Colônia de Pescadores e Aquicultores Profissionais Artesanais de Pelotas.....	81
Figura 10 – A Igreja / Santuário de Nossa Senhora dos Navegantes .....	90
Figura 11 – Casas decordas para a Festa.....	90
Figura 12 – Embarcações decoradas para a Festa .....	91
Figura 13 – Adriana na barraca Ondas do Mar .....	94
Figura 14 – Carros de visitantes da Festa.....	94
Figura 15 – Ônibus que faz a linha Centro – Colônia Z3 – Centro.....	95
Figura 16 – Praça de alimentação.....	95
Figura 17 – Cachorro buscando refúgio do calor dentro da Igreja.....	96
Figura 18 – A churrasqueira onde as tainhas são assadas .....	96
Figura 19 – Banca com opções de alimentos à base de pescados .....	97
Figura 20 – Banca com opções de alimentos à base de pescados .....	97
Figura 21 – Imagem de Nossa Senhora dos Navegantes deixando o Santuário .....	98
Figura 22 – As 2 Imagens de Nossa Senhora dos Navegantes sendo carregadas rumo à Lagoa.....	98
Figura 23 – Imagem de Nossa Senhora dos Navegantes nos braços dos homens da comunidade .....	99
Figura 24 – Imagens de Nossa Senhora dos Navegantes rumo à Lagoa dos Patos.....	99
Figura 25 – Fogueteiro anunciando a assagem das imagens de Nossa Senhora dos Navegantes.....	100
Figura 26 – Imagem menor de Nossa Senhora dos Navegantes pronta para a procissão lacustre.....	100
Figura 27 – Imagem de Nossa Senhora dos Navegantes sendo colocada no barco para a procissão lacustre.....	101
Figura 28 – Embarcação preparada para levar os devotos durante a procissão lacustre .....	101
Figura 29 – Início da procissão lacustre.....	102

Figura 30 – Procissão lacustre .....	102
Figura 31 – Procissão lacustre .....	103
Figura 32 – Prédio desativado da fábrica de gelo .....	105
Figura 33 – Prédio da fábrica de gelo sob administração da Cooperativa Mulheres da Lagoa.....	105
Figura 34 – Entrada da câmara fria na fábrica de gelo.....	106
Figura 35 – Gelo armazenado na câmara fria da fábrica de gelo .....	107
Figura 36 – Gelo acondicionado em caixar para comercialização .....	107
Figura 37 – Mulheres limpando camarão em uma peixaria .....	112
Figura 38 – Estrutura da salga, com mesa para limpeza de pescados .....	113
Figura 39 – Mulheres trabalhando, supervisionadas pelo proprietário da salga .....	114
Figura 40 – Barraca da “Feira do Peixe” em uma rua no centro de Pelotas .....	122
Figura 41 – Casa construída com recurso advindo do PNHR .....	123
Figura 42 – Reunião do FLP em 26 de maio de 2011 .....	126
Figura 43 – Reunião do FLP em 26 de maio de 2011 .....	126
Figura 44 – Reunião do FLP em 26 de maio de 2011 .....	127
Figura 45 – Corpo de água doce próximo ao núcleo urbano da Colônia Z3 .....	133
Figura 46 – Distribuição percentual das manifestações nas reuniões do FLP no período 2007 – 2015.....	136

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Funções da administração pesqueira .....	39
Quadro 2 – Obstáculos e Oportunidades sobre o elemento Gênero nas DVPPE .....	61
Quadro 3 – Assuntos discutidos nas reuniões do FLP no período 2007 - 2015.....	138



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Identificação das mulheres que se manifestaram nas reuniões (2007 - 2015) do FLP .....	137
---	-----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU – Advocacia-Geral da União  
CEDAW – *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*  
COFI – *Committee on Fisheries*  
DVPPE – Diretrizes Voluntárias para a Pesca de Pequena Escala  
e-SIC – Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão  
EMATER/RS – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul  
FAO – *Food and Agriculture Organization for the United Nations* (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)  
FLP – Fórum da Lagoa dos Patos  
FURG – Universidade Federal do Rio Grande  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
CRW – *International Center for Research on Women*  
ICSF – *International Collective in Support of Fishworkers*  
IN – Instrução Normativa  
INFOPESCA – *Centro para los servicios de información y asesoramiento sobre la comercialización de los productos pesqueros de América Latina*  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
MP – Ministério Público  
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura  
MPPA – Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NAVI – Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem  
PNHR – Plano Nacional de Habitação Rural  
PPGICH – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RGP – Registro Geral da Atividade Pesqueira  
RS – Rio Grande do Sul  
SC – Santa Catarina  
SDR/RS – Secretaria de Desenvolvimento Rural / Rio Grande do Sul  
SINPESQ – Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura

SisRGP – Sistema Informatizado de Registro Geral da Atividade  
Pesqueira

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SSF – *Small-Scale Fisheries*

TBTI – *Too Big To Ignore*

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Z – Zona de pesca<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Conforme Art. 9º, parágrafo único: “As colônias serão designadas pelo prefixo ‘Z’, seguido do número de ordem que lhe couber no seu respectivo Estado e estabelecer-se-ão em zonas limitadas pelo Serviço de Caça e Pesca.” Que pode ser conferido em BRASIL. **Decreto-Lei Nº 794, de 19 de outubro de 1938.** Aprova e baixa o Código de Pesca.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	25
<b>1 SITUANDO A PESQUISA COM A AJUDA DO REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	31
<b>2 ENTENDENDO A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA PESCA</b> .....	37
2.1 O FOCO DA GESTÃO NA CAPTURA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	37
2.2 A PESQUISA QUE IGNORA AS MULHERES.....	42
2.3 A DIFICULDADE DE IDENTIFICAR MULHERES NOS DADOS DE ESTATÍSTICA PESQUEIRA.....	43
2.4 AS MULHERES E A LEGISLAÇÃO PESQUEIRA.....	45
<b>3 LIMITANTES E POSSIBILIDADES PARA AS MULHERES NA GESTÃO PESQUEIRA</b> .....	51
3.1 A PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE GESTÃO PESQUEIRA.....	51
3.2 O PAPEL DA FAO NA GESTÃO E O SURGIMENTO DAS DIRETRIZES VOLUNTÁRIAS PARA A PESCA DE PEQUENA ESCALA (DVPPE).....	55
<b>3.2.1 Algumas Críticas às Diretrizes Voluntárias para a Pesca de Pequena Escala</b> .....	59
<b>4 O CAMPO DE ESTUDO GÊNERO E PESCA</b> .....	65
<b>5 A PESQUISA DE CAMPO</b> .....	71
5.1 OS DADOS DA PESQUISA.....	71
5.2 A ÁREA DE ESTUDO – A COLÔNIA Z3.....	75
<b>6 AS MULHERES NA PESCA ARTESANAL DA COLÔNIA Z3</b> .....	83
6.1 RELAÇÕES DE GÊNERO NA COLÔNIA Z3.....	83
6.1.1 A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes.....	86
6.1.2 A Cooperativa Mulheres da Lagoa.....	103
6.1.3 A Etapa de beneficiamento.....	110
6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	120
6.2.1 O seguro defeso / suspensão.....	123
6.2.2 Gestão e participação – o caso do seguro defeso.....	134
<b>7 REFLEXÕES SOBRE IDENTIFICAÇÃO COM A PESCA ARTESANAL</b> .....	145
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	159
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	163



## APRESENTAÇÃO

Escrever sobre mulheres na pesca requer um exercício para tentar entender por que elas pouco aparecem quando se fala sobre o universo pesqueiro. Os estudos que trazem as mulheres para dentro da literatura sobre pesca são, sobretudo, os de caráter antropológico, contribuindo para o desenvolvimento do campo atualmente denominado Gênero e Pesca. A produção acadêmica Brasileira apresenta certo protagonismo em pesquisas sobre pessoas cujo modo de vida está atrelado à pesca artesanal. Desde a década de 1970 importantes trabalhos vêm sendo produzidos e, mesmo que a categoria de análise gênero não seja central a alguns destes trabalhos, de certa forma trazem alguma informação sobre a organização social das comunidades pesqueiras investigadas, incluindo algumas relações de gênero ali vivenciadas. São exemplos destes trabalhos a tese de doutorado de Anamaria Beck, em 1972, intitulada “A variação do conteúdo cultural dos sambaquis – litoral de Santa Catarina”, a tese de doutorado “Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar” (1979) de Antonio Carlos Diegues, a dissertação de mestrado de Roberto Kant de Lima “Pescadores de Itaipu: a pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social” (1978), a dissertação de mestrado de Luiz Fernando Dias Duarte “As Redes do Suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba” (1978), a pesquisa intitulada “Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda” de Klaas Woortmann, publicada em 1978, e, especificamente, a dissertação de mestrado “Trabalhadeira e ‘Camarados’: um estudo do status das mulheres numa comunidade de pescadores” (1977), de Maria Angélica Motta Maués.

Nas décadas de 1980 e 1990 surgiram mais estudos antropológicos sobre pesca, por exemplo os que apontam transformações do espaço social nas comunidades pesqueiras com o aumento do turismo, relatadas nas dissertações de mestrado de Mara Lago (1983) e Carmen Rial (1988), bem como os que apontaram os papéis das mulheres no universo pesqueiro, como os trabalhos de Simone Carneiro Maldonado (1991), Ellen Woortmann (1991) e Edna Alencar (1991). Neste período também o tema passou a ser foco da sociologia do trabalho, com as pesquisas de Maria Cristina Alves Maneschy. Na década de 2000, outros nomes passaram a incorporar o quadro de pesquisadoras que trabalham a temática pesca e gênero, tais como Naina Pierri, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Anamaria Teles e Rose Gerber.

Um destaque necessário aqui é o projeto, iniciado em 2010, “As Mulheres Pescadoras em SC: estudo antropológico sobre as figurações locais, a memória coletiva e a transição da agricultura para o turismo como trabalho acessório e a dinamicidade do modo de vida em comunidades pesqueiras de SC”<sup>2</sup>, desenvolvido por pesquisadoras e pesquisadores do NAVI/UFSC - Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem, Grupo de Antropologia Urbana e Marítima / Universidade Federal de Santa Catarina. Como exemplo, cito a tese de doutorado de Cibele Dias da Silveira (2015), mas aproveito para destacar este projeto pois é onde minha pesquisa encontrou ambiente institucional para se desenvolver. A região onde desenvolvo esta tese escapa ao escopo inicial do projeto (inicialmente formatado para Santa Catarina, porém hoje também inclui outras regiões do Brasil e uma pesquisa desenvolvida em Cabo Verde), mas contribui para a linha de pesquisa Sociedade e Meio Ambiente dentro do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

A produção bibliográfica sobre aspectos sociais da pesca na região de desenvolvimento desta tese – estuário da Lagoa dos Patos, encontrou espaço nos trabalhos de Gianpaolo Adomilli (2001; 2003; 2007) e Gustavo Moura (2009; 2014). Especificamente sobre gênero e pesca, destaco pesquisas desenvolvidas na Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), como os trabalhos de Simone Fassarella (2009) e Melina Chiba Galvão (2013). Há também, nesta Universidade (FURG), a produção de outro grupo de pesquisadoras, iniciado em 2012, sobre análise da cadeia produtiva do pescado no estado do Rio Grande do Sul<sup>3</sup>, onde pude participar e perceber alguns trabalhos com enfoque na atuação de mulheres na pesca do estuário da Lagoa dos Patos sendo desenvolvidos, por exemplo, Hellebrandt et al (2013; 2015) e Verly et al (2013).

Mesmo com esta considerável produção nacional sobre o tema, de forma geral, para a gestão pesqueira, as mulheres no universo da pesca continuam invisíveis. O relatório publicado em julho de 2016 pela rede global para promoção e revitalização da pesca de pequena escala

---

<sup>2</sup> Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 20/2010 - Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo / Edital nº 20/2010. Pode ser conferido em síntese no vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=Vd7GNgWL4Mg> - acesso em 1 - Março - 2017.

<sup>3</sup> Convênio FURG/SDR-RS 2401 / 2011.

TBTI / Too Big to Ignore<sup>4</sup> analisou um sistema de informação onde pesquisadores da área pesqueira disponibilizam projetos, pesquisas e publicações sobre pesca de pequena escala, concluindo que os textos que trazem abordagem sociocultural raramente consideram os temas identidade e gênero.

A informação do relatório do TBTI foi inicialmente impactante, mas ao rever minha trajetória enquanto pesquisadora da área pesqueira - a partir de um mestrado em gerenciamento costeiro, percebi que o tema gênero nunca havia feito parte das discussões entre colegas e professores, oriundos em sua maioria das ciências naturais. O cruzamento com o tema gênero apareceu para mim somente no final do mestrado, quando pesquisava conflitos na pesca artesanal - tema que interseccionava os interesses da gestão costeira com minha formação de cientista social. A partir daquele momento em que me deparei com um conflito de gênero na pesca, comecei a perceber o lapso de estudos sobre mulheres na pesca. Não estou me referindo apenas aos estudos em que mulheres são protagonistas, a maioria dos estudos sequer cita a existência de mulheres no universo da pesca.

Problematizar isto é importante, pois muitas vezes os estudos científicos são base para a formulação de políticas públicas. Consequentemente, se não há mulheres no universo pesqueiro retratado pelos estudos científicos de gestão pesqueira, não há políticas públicas com foco nelas. Assim, este texto propõe uma contribuição ao campo de estudo denominado gênero e pesca, utilizando como ponto inspirador para análise o caso de suspensão do pagamento de seguro defeso às

---

<sup>4</sup> Too Big To Ignore, ou TBTI é uma rede de pesquisa e parcerias para mobilizar conhecimento, estabelecida para elevar o perfil da pesca de pequena escala, para argumento contra sua marginalização em políticas nacionais e internacionais e para desenvolver pesquisa e capacitação em governança para enfrentar os desafios globais da pesca. A rede reúne pesquisadoras e pesquisadores ao redor do mundo, incluindo representantes do Brasil e funciona em formato de clusters temáticos para pesquisa. Atualmente são 14 clusters, a saber: Síntese global; Diretrizes voluntárias para pesca de pequena escala; Diversidade de valores na pesca de pequena escala; Oportunidades de mercado; Viabilidade econômica; Peixe como alimento; Transdisciplinaridade na pesca; Gestão pesqueira; Pesca em águas interiores; Pesca marinha indígena; Interações transfronteiriças; Mudanças nas responsabilidades globais; Direitos na pesca de pequena escala; - e o mais recente cluster criado: Mulheres e gênero. O relatório referido pode ser encontrado em <<<http://toobigtoignore.net/state-of-the-art-in-small-scale-fisheries-new-volume/>>> acesso em 16 - Nov - 2016.

mulheres pescadoras e/ou trabalhadoras na pesca da região estuarina da Lagoa dos Patos, ocorrido no ano de 2011.

O texto desta tese pode ser dividido em duas partes. Na primeira parte, busco responder a pergunta de pesquisa: Por que as mulheres são invisíveis para a gestão pesqueira? Respondo através dos 3 capítulos iniciais.

No capítulo 1. Situando a pesquisa com a ajuda do referencial teórico, trago categorias e conceitos que orientaram a pesquisa. Em especial as abordagens relacionadas à divisão sexual do trabalho e a noção de invisibilidade do trabalho das mulheres.

No capítulo 2. Entendendo a invisibilidade das mulheres na pesca, exploro os três fatores que dificultam o reconhecimento das mulheres na pesca, conforme apontados pelas autoras da área: - o foco na captura; - a postura metodológica de pesquisadores; - a falta de dados desagregados por sexo. Ainda neste capítulo, apresento alguns destaques da Legislação pesqueira brasileira que apontam como o Estado (não) percebe as mulheres na atividade pesqueira artesanal.

No capítulo 3. Limitantes e possibilidades das mulheres na gestão pesqueira, apresento uma revisão bibliográfica que aponta por que mulheres participam menos que homens em espaços de decisão da pesca. Ainda dentro deste 3º capítulo, comento a influência da FAO para a gestão pesqueira e apresento as Diretrizes Voluntárias para a Pesca de Pequena Escala - DVPPE (*Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the context of food security and poverty eradication - The SSF Guidelines*), um documento recente que ainda está em processo de adoção em diversos países, incluindo o Brasil, mas com a proposta de ser o primeiro instrumento internacional dedicado inteiramente à pesca de pequena escala. Finalizo este capítulo sobre as Diretrizes Voluntárias para a Pesca de Pequena Escada da FAO apresentando as críticas ao documento, no que tange ao tema gênero, elaboradas por pesquisadoras integrantes do cluster de pesquisa Mulheres e Gênero do TBTI.

Passados os três capítulos iniciais em que apresento os fatores que levam as mulheres da pesca a não serem percebidas pela gestão pesqueira, fica justificada a necessidade do próximo capítulo: 4. O campo de estudo Gênero e Pesca. Aqui apresento a evolução teórica que constitui como um campo de estudos a discussão da relação entre gênero e pesca.

Início então a segunda parte da tese, que explora empiricamente o campo de estudos gênero e pesca, respondendo ao objetivo da tese: Apontar para a gestão pesqueira as relações de poder que esta ignora.

Assim, com as abordagens desenvolvidas pelo campo de estudos gênero e pesca, apresento minhas contribuições a partir de uma pesquisa realizada com mulheres da Colônia Z3 - Pelotas, Rio Grande do Sul. A pesquisa foi metodologicamente aportada pela troca de informações que estabeleci com outras pesquisadoras e pesquisadores da área de gênero, pesca, e especificamente sobre a Colônia Z3. Os recursos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa estão descritos no capítulo 5. A pesquisa de campo, que conta também com um item que apresenta a área de estudos - a comunidade de pesca Colônia Z3.

No capítulo 6, início com o item 6.1. Relações de gênero na Colônia Z3, onde apresento algumas entrevistadas, mas, sobretudo, onde abro espaço para a reflexão sobre a bipolaridade dada na literatura, que limita a área de atuação das mulheres ao ambiente doméstico. No segundo trecho deste capítulo - 6.1.1. A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, ofereço uma descrição de um festival importante para a comunidade pesqueira, destacando o processo de um nível de ressignificação desta festividade dada pela atuação das mulheres da Z3 na produção de alimentos para o dia da Festa, o que torna a gastronomia um atrativo turístico. No trecho seguinte, 6.1.2. A Cooperativa Mulheres da Lagoa, descrevo uma experiência de organização produtiva cooperada, iniciada e mantida (mesmo que por período curto) exclusivamente por mulheres da comunidade. Em outro trecho, 6.1.3. A etapa de beneficiamento, volto a fazer um paralelo com a questão do recurso pesqueiro enquanto produto de consumo quando descrevo peculiaridades da etapa da cadeia produtiva da pesca onde as mulheres estão mais concentradas. É uma descrição da etapa de beneficiamento de pescados que inclui a descrição das atividades, renda, condições de trabalho e as implicações para a saúde, também iniciando uma discussão sobre o acesso às políticas previdenciárias.

Então, no próximo item - 6.2. Políticas públicas, direcionado a explorar políticas públicas na Colônia Z3, faço uma breve descrição de algumas políticas com base em uma conversa com uma das minhas interlocutoras, aprofundando a questão na política de seguro defeso no trecho 6.2.1. Seguro defeso / suspensão, especificamente sobre o episódio de suspensão do direito de acesso a este benefício para mulheres, que ocorreu no ano de 2011, caso que inspirou a realização desta tese. Para finalizar este capítulo, apresento o trecho 6.2.2. Gestão e participação - o caso do seguro defeso, relacionado ao caso de suspensão do seguro defeso, mas no qual analiso a participação de mulheres na instância de gestão da pesca local, o Fórum da Lagoa dos Patos.

Antes de desejar uma leitura satisfatória da tese, faço ainda dois esclarecimentos importantes: Tive acesso a parte da bibliografia que utilizei durante o estágio de doutoramento sanduíche, realizado na Vrije Universiteit Amsterdam, de forma que os textos estão disponíveis somente em Inglês. Optei por traduzir para o Português as citações que fiz destes textos. Fiz esta escolha para valorizar o idioma de escrita desta tese ao mesmo tempo em que defendo que trazer informações sobre mulheres na pesca em outros contextos que não o Brasileiro ajudam a perceber que a condição de invisibilidade da mulher na pesca não é exclusividade do Brasil. Contudo, as citações originais podem ser consultadas a partir da lista de Referências, pois estão com o título original em Inglês.

O segundo esclarecimento é sobre os termos referentes às mulheres da pesca que utilizo ao longo da tese. Embora alguns estudos discutam a terminologia utilizada para fazer referência às mulheres no universo pesqueiro (por exemplo: pescadora; mulher de pescador; pescadeira; etc. que podem ser conferidos em trabalhos como *'Just' a fisherman's wife* de Jane Dowling (2011) ou *Should we call them fishers or fishermen* de Danika Kleiber e Trevor Branch (2015)), adoto aqui a terminologia Pescadora e/ou Trabalhadora na pesca, inspirada pelos termos *fisher and fish workers* utilizados pela FAO nas DVPPE, pois este é um documento que pretende ser um instrumento de gestão largamente utilizado. Uma vez que este documento ainda não possui uma tradução oficial para o Português e que o idioma Português não guarda a peculiaridade de ter gênero neutro na escrita como o Inglês, esclareço que fiz a opção de traduzir e utilizar estes termos.

Agora sim, boa leitura!

## 1 SITUANDO A PESQUISA COM A AJUDA DO REFERENCIAL TEÓRICO

Nestas primeiras linhas quero situar conceitualmente como a pesquisa foi desenvolvida. Citei na página anterior a minha trajetória e o momento em que percebi a existência de mulheres na atividade pesqueira, sendo então um despertar para as questões de gênero dentro da pesca. A partir de então, tive que buscar referências que justificassem os motivos que até aquele momento não me permitiam perceber as mulheres no universo de pesquisa que eu estava habituada.

Entendia e percebia, dentro deste universo da pesca, as relações de poder entre pescadores e atravessadores, por exemplo, ou ainda entre pescadores e o presidente do sindicato, ou - pessoalmente - a relação de poder entre academia e “objeto de estudo”, mas me falhava perceber as relações de poder entre os sexos dentro deste universo da pesca. Relações de poder dadas por construção social e que evidenciam as diferenças entre os sexos é o que Joan Scott (1990) entende como gênero, e é a partir deste entendimento que a pesquisa se deu.

Passei a perceber que a organização do meu local de estudo em torno da atividade produtiva da pesca ia além do ato de pescar. Passei a perceber uma cadeia produtiva, dando sentido ao conceito de atividade pesqueira artesanal compreendido no Art. 4º da “Lei da Pesca”: “Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.” (BRASIL, 2009). Então percebi nestas atividades as mulheres da pesca, conforme outros estudos já haviam identificado.

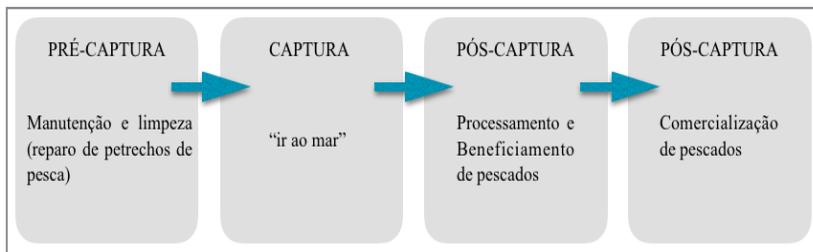
Cito como exemplo Kalikoski; Vasconcellos (2012) quando identificaram que 30% dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos são mulheres (1.184 dos 4.089 classificados nesta categoria pelos autores<sup>5</sup>).

---

<sup>5</sup> A classificação enquanto “pescador artesanal” é um dos grandes problemas na atual gestão pesqueira brasileira. Os dados variam de acordo com a metodologia utilizada para a classificação. No estudo citado, os autores optaram por classificar enquanto pescador artesanal “quem coloca o pé na água”, segundo explicação fornecida no workshop de apresentação da pesquisa, realizado no dia 13 de abril de 2011, na Universidade Federal do Rio Grande. Por outro lado, dados oficiais do Ministério da Pesca e Aquicultura, informados via e-mail por conta da Lei de Transparência Pública no dia 21 de junho de 2012, apresentam o total de 7.460 pescadores artesanais com o documento Registro Geral da Atividade Pesqueira, para os 9 municípios do Rio Grande do Sul em que o

As atividades pesqueiras exercidas por estas mulheres são cumulativas e se distribuem, ao longo da cadeia produtiva da pesca (Figura 1) da seguinte forma: manutenção e limpeza (684 mulheres), captura (472 mulheres), beneficiamento (673 mulheres) e comercialização (254 mulheres).

Figura 1 – Cadeia Produtiva da Pesca



Fonte: : Modelo elaborado pela autora, utilizando o modelo de Sistema Agroindustrial explicitado em Walter (2014).

Apesar do estudo identificar mulheres nas atividades pesqueiras da região que pesquisei, precisei entender por quais motivos suas atividades são constantemente referenciadas como ajuda ou complemento ao invés de trabalho, de forma que recorri a alguns outros conceitos.

Danièle Kergoat busca na construção social a base para o conceito de divisão sexual do trabalho. “As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais” explica a autora na abertura do capítulo denominado “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo” na tradução Brasileira de Dicionário Crítico do Feminismo (HIRATA et al., 2009). Segundo a autora, dois grupos sociais - os homens e as mulheres - estão envolvidos numa relação social que tem como base material o trabalho, o que gera a divisão social do trabalho entre os sexos, ou divisão sexual do trabalho. Esta divisão “tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado.” (KERGOAT, 2009, p. 67). Segue a autora esclarecendo que esta forma de divisão do trabalho

---

estudo de Kalikoski; Vasconcellos (2012) foi realizado, a saber: Tapes, Arambaré, Camaquã, São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Tavares e Mostardas.

obedece a dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de (para) homens e trabalhos de (para) mulheres) e o da hierarquização (o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher).

Na divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico é destinado às mulheres. Por definição de Dominique Fougeyrollas-Schwebel, o trabalho doméstico é “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família - domicílio conjugal e parentela - trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 257).

Tarefas gratuitas, não produtivas, invisíveis. Conjunto de características que as destituem do status de “trabalho” para a sociedade capitalista. Conforme Maria Ignez Silveira Paulilo explica:

O capitalismo fez mais do que separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção. Foi a primeira vez na história que se tentou subordinar a sociedade ao mercado. Os princípios da antiga ordem social foram substituídas pelo princípio da permuta ou troca, cujo padrão subjacente era o padrão de mercado. E assim o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas. Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo nada fácil de visualizar quando não há separação entre unidade familiar e unidade de produção, como é o caso do campesinato.

[...]

Nas propriedades familiares rurais não é nada simples separar o que é o trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo. Afinal, o conceito de “trabalho produtivo” foi cunhado para situações em que há mais-valia, ou seja, quando o excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista. (PAULILO, 2004, p. 243 - 244)

Em Lago (2006, p. 249) há um bom exemplo de como o trabalho realizado no ambiente doméstico fica invisibilizado. A autora identificou no discurso de uma de suas entrevistadas, uma senhora cortadora de pedras, que quando o trabalho é realizado “fora”, outras pessoas podem ver, é uma marca, um trabalho executado, diferente do

trabalho doméstico e daquele realizado no âmbito do lar, que deve ser constantemente feito e é “marcado pela transitoriedade, pela repetição e pelo não-reconhecimento”, permanecendo invisível aos olhos das outras pessoas. Mesmo quando é um trabalho produtivo - aquele que gera renda.

Somado a isso, segundo outro artigo de Paulilo, o que define se a atividade executada é trabalho a ser reconhecido e quanto é valorizado é quem executa a atividade. Em Paulilo (1987) a autora fez considerações aos termos “trabalho leve” e “trabalho pesado”, onde o trabalho pesado possui valor. Segundo a autora, o trabalho leve não é considerado leve a partir da carga de trabalho, mas sim, de acordo com quem o executa - mulheres e crianças:

[...] qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe. (PAULILO, 1987, p. 66)

O trabalho executado no ambiente doméstico permite às mulheres alternar e adaptar suas atividades produtivas e reprodutivas. Esta adaptação não é feita porque se quer, mas porque se precisa fazer, uma vez que a responsabilidade sobre a execução das tarefas domésticas é socialmente construída como pertencente às mulheres. Conforme será visto nesta tese, as mulheres dividem seu tempo, fazem dele um “tempo picotado”, de acordo com Perrot (1998, p. 200) que explica que isso confere certa autonomia à mulher para dominar o seu tempo, em oposição ao tempo determinado pela indústria, realizando paralelamente à atividade remunerada todo o trabalho doméstico.

Porém, se por um lado trabalhar em casa confere autonomia para as mulheres conciliarem rendimento econômico com lidas domésticas, por outro lado esta forma de trabalho por produção é vantajosa para as empresas e comerciantes que terceirizam o beneficiamento do pescado. As mulheres que trabalham em casa arcam com as despesas necessárias ao beneficiamento, servindo como exemplo

do conceito de flexibilidade, explicado por Cattané e Hirata (2009), onde uma característica é a ruptura do espaço de trabalho - o trabalho realizado no domicílio, que desonera as empresas de manter um quadro fixo de funcionárias assalariadas e é socialmente legitimada “em nome da conciliação da vida familiar com a vida profissional”. Segundo estas autoras, a flexibilidade dentro da divisão sexual do trabalho é sexuada pois o trabalho em turno integral dos homens é possibilitado pela adaptação que as mulheres fazem ao conciliar atividades produtivas com o trabalho doméstico. Outra característica da flexibilidade é o pagamento por produção, em que “os proprietários evitam remunerar o tempo que as mulheres gastam com os filhos” conforme observou Paulilo (1987, p. 65) nas suas considerações.

A flexibilidade é também destacada por MacDonald (2005) ao refletir sobre a relação entre mulheres, pesca e globalização. Segundo a autora, a flexibilidade reforça a confiança na elasticidade do trabalho não pago realizado pelas mulheres para lidar com as crises econômicas agravadas em processos de globalização.

Seguindo em relação às mulheres na pesca, observa Maneschy (2013) que “o fato de elas combinarem atividades produtivas e reprodutivas, muitas vezes no mesmo tempo e lugar, também contribui para obscurecer essa condição de trabalhadora” (MANESCHY, 2013, p. 42). Identificam-se e são identificadas pelo Estado como apenas ajudante do companheiro que é o trabalhador do núcleo familiar e deve ter seus direitos previdenciários reconhecidos. Desta forma, Maneschy (2013, p. 43) citando Nancy Fraser esclarece que “a ordem econômica vigente assenta-se em uma ‘ordem social de gênero’”. E é esta ordem social de gênero que “estrutura e legitima a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, este último tradicionalmente assumido por mulheres.” Segue, destacando que mesmo que as mulheres atuem formalmente no mercado de trabalho, as injustiças de gênero não se reduzem, uma vez que não se discute a “compatibilização entre trabalho e os ciclos da vida familiar, as múltiplas jornadas”, isto não é incorporado na agenda governamental sobre as políticas previdenciárias, fazendo com que persista “a dependência e os obstáculos maiores à participação na vida pública” (MANESCHY, 2013, p. 44) para estas mulheres.

Dados estes conceitos que me ajudaram a entender como se organiza socialmente a divisão sexual do trabalho, passo a discorrer sobre esta divisão no universo pesqueiro. No próximo capítulo apresento como o trabalho executado por mulheres na pesca é invisibilizado, ao

passo que o trabalho exercido por homens é reconhecido pelo Estado através da legislação.

## 2 ENTENDENDO A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA PESCA

Elizabeth Bennet é pesquisadora do IDRA Ltda / UK – organização Britânica especializada em economia pesqueira, políticas pesqueiras e sistemas de gestão da pesca. Em artigo de 2005 para *Marine Policy* esta autora atribuiu a três fatores o motivo das questões de gênero permanecerem marginalizadas na pesquisa pesqueira e nas tomadas de decisões. Segundo esta autora, o primeiro fator pode ser atribuído ao foco da gestão na produção pesqueira e nos estoques sobrexplotados, com a atenção de pesquisadores voltada principalmente ao setor da captura - dominado por homens, em detrimento de pesquisas sobre processamento e comércio, que são setores onde as mulheres estão mais presentes.

O segundo fator que Bennet aponta é que as pesquisas com o propósito de serem neutras a respeito de gênero (*gender-neutral*) frequentemente são de fato cegas quanto a gênero (*gender-blind*), e assim falham em ver os modos de vida em uma perspectiva mais ampla. Estas pesquisas “são desenvolvidas por pesquisadores que frequentemente não incluem mulheres nas entrevistas e discussões por razões culturais, ou porque familiares homens ‘falam’ por elas” (BENNET, 2005, p. 451).

Por último, a autora traz a questão dos dados nacionais sobre pesca. Estes dados geralmente são agregados ao setor da agricultura e também sem separação por gênero, dificultando duplamente trabalhar com estas informações.

A partir dos três fatores apontados por Bennet, neste capítulo apresento cada um dos fatores e concluo destacando alguns pontos da legislação pesqueira Brasileira, de forma que ao final seja possível ter uma compreensão de como as mulheres na pesca são invisibilizadas.

### 2.1 O FOCO DA GESTÃO NA CAPTURA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Dentro da proposta de gestão dos recursos naturais renováveis surge a gestão pesqueira com vistas a administrar recursos pesqueiros, sobretudo os com um definido interesse econômico (PAIVA, 2004). O histórico da gestão pesqueira está voltado à preocupação com os estoques e consequentemente, com o setor de captura e ganha destaque com a proposta de desenvolvimento ambiental sustentável.

O conceito da sustentabilidade dos recursos naturais nasceu no contexto da exploração florestal e pesqueira. De acordo com a definição da Comissão Mundial para o Desenvolvimento Econômico, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias.

Na exploração pesqueira, o conceito de sustentabilidade estava inicialmente associado ao objetivo maior da administração pesqueira que era obter o rendimento máximo (ou captura máxima) sustentável. Posteriormente, ampliou-se esse objetivo incluindo a maximização dos benefícios sociais e econômicos da pescaria. (CASTELLO, 2007, p. 48)

Melquíades Paiva, referência para quem busca compreender como se dá historicamente a administração pesqueira no Brasil, justifica a necessidade de gestão pelas características peculiares da atividade pesqueira, que a diferencia da exploração de outros recursos naturais renováveis. As características citadas são a variação do comportamento do recurso (por exemplo, as espécies migratórias); limitação da produção natural por diversas razões (um exemplo: alterações climáticas); relação complexa entre recurso e esforço de pesca; propriedade comum do recurso e livre acesso; dificuldade para avaliar os estoques a fim de regular o esforço de produção; imprevisibilidade da oferta de pescado, levando à instabilidade do mercado; riscos financeiros para investimento nos petrechos de pesca (embarcações, redes, armadilhas, etc.), bem como a manutenção deles; carência de pessoal qualificado para diferentes pescarias; distorção dos custos de produção, comprometendo a eficiência econômica dos empreendimentos pesqueiros. O autor finaliza sua justificativa lembrando a importância da administração pesqueira para a “simultânea proteção dos recursos pesqueiros, das empresas de pesca e dos próprios pescadores, harmonizando interesses, diminuindo a possibilidade de conflitos e assegurando o alcance dos seus objetivos econômicos, sociais e políticos.” (PAIVA, 2004, p. 3)

Para ajudar na compreensão do que estou referindo como gestão ou administração pesqueira, da forma como ela se desenvolveu, apresento um quadro-síntese elaborado a partir das “funções da administração pesqueira” conforme PAIVA (2004, p. 4 - 6):

Quadro 1 - Funções da administração pesqueira

<b>Função da administração pesqueira</b>	<b>Explicação</b>
Coletar e avaliar fatos relativos aos recursos pesqueiros	O autor se refere à necessidade dos dados de estatística pesqueira como base para tomadores de decisões.
Propiciar informações ao público	O autor se refere tanto a divulgação científica quanto a disseminar informações nas comunidades pesqueiras e para consumidores de pescados.
Proteger e melhorar os ambientes aquáticos	O autor se refere ao campo da engenharia de pesca para a qualidade das águas para permitir “condições de vida mais favoráveis e aumento da capacidade de produção das populações exploradas” (p. 4).
Construção e manutenção da infraestrutura pesqueira	O autor se refere à estrutura física de apoio à captura, como portos e indústrias pesqueiras.
Regulação das pescas	O autor se refere ao ordenamento pesqueiro. Às disposições legais que abarcam conservação dos recursos, captura, conservação e consumo. “A regulamentação das pescas constitui a moldura legal das atividades de produção do setor pesqueiro.” (p. 5).
Assegurar o cumprimento de disposições legais	O autor se refere aos organismos de fiscalização.
Propagação e distribuição dos recursos pesqueiros	Neste item o autor defende a aquicultura como futuro possível para a bem sucedida gestão da produção pesqueira.

Assistência econômica e social aos pescadores	<p>“No complexo da exploração pesqueira, os pescadores são os elementos fundamentais da produção e os mais desprotegidos nos aspectos econômicos e sociais. Daí a importância de prestar a necessária assistência, através de escolas e serviços médicos, cursos de treinamento e permanentes serviços de extensão pesqueira, simultaneamente com a organização e apoio a suas associações profissionais, tais como colônias de pesca, cooperativas e sindicatos.” (p. 5)</p> <p>Reproduzi na totalidade a definição do autor pois esta é a única função da administração pesqueira que coloca em evidência quem desenvolve a atividade pesqueira, mas apenas <i>os pescadores</i>, segundo o autor. (grifo meu)</p>
Proteção às indústrias de pesca	O autor se refere à necessidade de tratamento econômico diferenciado às indústrias pesqueiras, dadas as peculiaridades do produto da pesca que difere de outras indústrias.
Controle sanitário do pescado	O autor se refere às garantias de sanidade do produto para os consumidores através de legislação adequada.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Paiva (2004, p. 4 - 6)

Destaco que este é um modelo de gestão que nesta tese refiro-me constantemente como um modelo tradicional que é antiquado e essencialmente produtivista. Em outro livro clássico sobre gestão pesqueira, especialistas destacam que “os objetivos da gestão são, em primeiro lugar, prevenir a extinção biológica e comercial, e em segundo, otimizar os benefícios derivados da pescaria ao longo de um período indefinido. Em suma, o objetivo é usar os recursos de forma sustentável.” (BERKES et al, 2006, p. 34). Neste mesmo livro, os autores trazem ainda um rápido resumo que ajuda esta tese a demonstrar o que é a gestão pesqueira:

A maior parte dos temas e conceitos da ciência pesqueira que influenciam os gestores pesqueiros está associada a abordagens convencionais. É interessante observar como os objetivos destas abordagens mudaram ao longo do tempo - objetivos como rendimento máximo sustentável (RMS) (Larkin, 1977), máximo rendimento econômico (MRE) e rendimento ótimo sustentável (ROS) (Roedel, 1975). Essas mudanças foram acompanhadas ou instigadas por mudanças na

compreensão dos sistemas de pescarias (e a disposição de admitir desconhecimento) e por tentativa dos cientistas e gestores de modelar a natureza (Panayotou, 1982). A incerteza e a complexidade hoje são reconhecidas e tratadas de várias maneiras, algumas das quais incorporam a dimensão humana. Está na moda dizer que ‘devemos fazer gestão de pessoas e não de peixes’, mas há poucas evidências de que esse clichê esteja se tornando o foco das abordagens pesqueiras convencionais. (BERKES et al, 2006, p. 34)

Com esta explanação sobre o foco da gestão pesqueira, fica evidente como a abordagem convencional deixa de lado a dimensão humana. Meryl J. Williams, pesquisadora responsável pelo grupo de pesquisa sobre gênero na aquicultura e pesca da *Asian Fisheries Society*, aponta que a gestão pesqueira segue o modelo tecnocrático de desenvolvimento nacional e econômico vigente na década de 1950. A autora afirma que como consequência deste modelo a gestão percebe apenas os homens como agentes produtivos e que a introdução de novas tecnologias de pesca excluiu mulheres que tradicionalmente pescavam para subsistência, levando então ao que chama de “a síndrome ‘mulheres não pescam’.” (WILLIAMS, 2010, p. 73).

Edna Alencar, antropóloga da Universidade do Pará, explica que a posição do homem enquanto agente produtivo, provedor da família e o reconhecimento social deste papel desempenhado é central na construção de sua identidade de gênero. Como destaca a autora a respeito das sociedades pesqueiras, os “valores estão centrados nas categorias de trabalho, parentesco, família e solidariedade, a construção da identidade social do homem se faz pelo trabalho na pesca.” (ALENCAR, 1993, p. 69). Esta autora cita outros trabalhos (Motta-Maués, 1997; Peirano, 1975; Alencar, 1991) para enfatizar como a construção da identidade de gênero está baseada na forma de organização social do trabalho e isto leva a um modelo bipolar de divisão do trabalho “que se caracteriza pela ênfase que é dada à distinção das atividades e dos espaços de acordo com os gêneros”, modelo amplamente aceito e reproduzido pela literatura.

O modelo bipolar de divisão do trabalho, aplicado à pesca, reproduz a oposição mar *versus* terra. Por um lado “o mar aparece como um espaço principalmente ou exclusivamente masculino, onde ocorrem as atividades tidas como as mais significativas para a economia do

grupo” e no seu oposto “em terra, o elemento que se destaca é a mulher, atuando num espaço onde são realizadas as atividades consideradas de importância ‘menor’, as do espaço doméstico [...] e até mesmo aquelas realizadas nas beiras de praia.” (ALENCAR, 1993, p. 66).

Em resumo, o primeiro fator que contribui para a invisibilidade das mulheres na pesca é uma gestão preocupada apenas com os estoques, ordenamento de captura e produção, que assimila a ideia de que mulher não pesca e só realiza atividades reprodutivas complementares, sendo o homem único agente produtivo nas comunidades pesqueiras.

## 2.2 A PESQUISA QUE IGNORA AS MULHERES

O segundo fator que, de acordo com Bennet (2005), marginaliza as questões de gênero da pesca, reforça meu compromisso enquanto pesquisadora, reconhecendo e assumindo a parcela de culpa perante a invisibilidade das mulheres na pesca. Ellen Woortmann, antropóloga da Universidade de Brasília, chamou atenção para o processo de silenciamento do discurso que podemos fazer enquanto pesquisadoras e pesquisadores, mesmo que por vezes seja imperceptível a nós:

Não raro, o discurso do pesquisador repete o discurso público do grupo estudado, cuja identidade se constrói sobre uma atividade - a pesca - concebida como masculina, e deixa de lado o discurso privado. A conjugação de planos de discurso e de autoridade, masculino e feminino, público e privado, decorre do que Cronin (1977) chamou de harmonia entre ideais culturais e sistema produtivo. O próprio discurso acadêmico, pois, relega ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo. (WOORTMANN, 1992, p.44)

Ainda no início da década de 1990, Edna Alencar seguiu a linha de pensamento de Woortmann:

Em alguns casos, a análise que se sobressai obscurece a importância das atividades femininas, seja no mar ou na terra, pois não considera sua relação orgânica com a pesca. Assim, muito da “invisibilidade” da mulher em atividades de pesca

decorre da ótica do pesquisador na construção etnográfica e interpretativa do seu objeto de estudo. Na construção, certos aspectos da realidade são privilegiados, de acordo com o “recorte” realizado para alcançar os objetivos do estudo. (ALENCAR, 1993, p. 66)

Posteriormente, outras pesquisadoras brasileiras continuaram a defender este posicionamento, como pode ser percebido nos trabalhos de Motta-Maués (1999), Cavalcanti (2007) e Soares & Scherer (2014).

Sem dúvidas, como descrevi na apresentação desta tese, o direcionamento que escolhemos para a pesquisa ao delimitar o objeto de estudo pode produzir resultados que ignoram as dimensões de gênero e as relações de poder intrínsecas no estudo. Desta forma, a postura metodológica de quem faz a pesquisa é também um fator que contribui para a invisibilidade das mulheres na pesca.

### 2.3 A DIFICULDADE DE IDENTIFICAR MULHERES NOS DADOS DE ESTATÍSTICA PESQUEIRA

O trabalho de Sarah Gammage, pesquisadora de gênero e empoderamento econômico do ICRW (*International Center for Research on Women*), no final da década de 1990 criticou a forma com que as estatísticas contribuem para invisibilizar o trabalho das mulheres na pesca, tornando este o terceiro fator identificado por Bennet (2005). No artigo referido, a autora aponta como instrumentos de coleta de dados quantitativos são cegos em relação às questões de gênero (*gender-blind*), portanto falham em capturar a diversidade de gênero na economia pesqueira e subestimam os papéis das mulheres nesta atividade. A consequência disso é que “a contribuição das mulheres permanece sem reconhecimento e tomadores de decisão falham em considerar os papéis das mulheres no planejamento ambiental e no desenvolvimento.” (GAMMAGE, 1996 (2004), p. 36).

No Brasil a estatística pesqueira oficial pouco serve para pesquisadores e gestores. De acordo com Mauro Ruffino, “[a] insuficiência de dados estatísticos sobre as atividades de pesca é um grave problema para o país, minando a capacidade do governo de realizar avaliações precisas do estado e da exploração dos recursos pesqueiros” (RUFFINO, 2016, p. 21). A informação deveria estar organizada no SINPESQ - Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura, criado pelo Decreto nº 1964 de 13 de novembro de 1995 e

formalmente implementado através de acordo de Cooperação Técnica entre MPA e IBGE em agosto de 2009. Este sistema tem como objetivo principal “coletar, agregar, processar, analisar, intercambiar e disseminar informações sobre o setor pesqueiro nacional”<sup>6</sup> e está organizado de acordo com os seguintes módulos:

- SisRGP - Sistema Informatizado de Registro Geral da Atividade Pesqueira;
- PNDPA - Sistema de emissão de Licença do Pescador Amador;
- PREPS - Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite;
- Censo Aquícola;
- SSADP - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro;
- SisCOB - Sistema de Informação da Central de Observadores de Bordo;
- CentralMapas - Sistema Central de Mapas de Bordo;
- Anuário do Registro Geral da Atividade Pesqueira;
- SINAU - Sistema de Controle de Concessionários de Águas da União;
- SisSAP - Sistema de Controle de Sanidade Animal;
- IDE-Pesca - Infraestrutura de Dados Espaciais da Pesca e Aquicultura.

Em geral, os módulos do SINPESQ apresentam informações defasadas. Como explica Monica Peres<sup>7</sup>: “não existem informações sobre a produção pesqueira nacional desde 2008, quando foi realizado o último trabalho sistemático de coleta de dados em escala nacional.” O último documento governamental publicado é o “Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2011”, que faz o seguinte esclarecimento sobre a origem dos dados:

---

<sup>6</sup> As informações deste item foram acessadas em <<<http://sinpesq.mpa.gov.br>>> no dia 19 de novembro de 2016. A página foi publicada em 14 de Maio de 2010 e atualizada em 22 de Julho de 2016.

<sup>7</sup> Monica Peres é diretora no Brasil da organização internacional Oceana, ONG criada em 2001 por fundações líderes em conservação dos oceanos e “dedicada a promover mudanças mensuráveis por meio de campanhas nacionais específicas com embasamento científico, prazos definidos e objetivos articulados”. A declaração de Monica Peres foi feita ao Jornal Folha de São Paulo em 26 de Janeiro de 2016, em artigo com título “Gestão pesqueira é desafio para o país” e pode ser conferida em <<<http://brasil.oceana.org/blog/artigo-gestao-pesqueira-e-desafio-para-o-pais>>> acesso em 19 - nov - 2016.

As informações da pesca extrativa para o ano de 2011 foram obtidas por meio de fontes distintas. Estas fontes foram compostas, em parte, pelos convênios celebrados pelo MPA, no âmbito do Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura - SINPESQ e entidades parceiras, para a coleta de dados de produção e esforço de pesca junto ao desembarque pesqueiro. Muitos destes convênios foram paralisados ou interrompidos no final de 2011, o que fez com que a produção reportada para este ano fosse apenas parcial. No entanto, estas informações, ainda que parciais, foram utilizadas para a consolidação da estatística pesqueira do ano de 2011. (MPA, 2011, p. 9)

De interesse para esta tese, o módulo SisRGP traz os dados quantitativos sobre pessoas aptas a realizarem a atividade pesqueira em cada município do Brasil. Está dividido nas seguintes categorias: pescador profissional; armador (pesca industrial); pescador amador; aquicultor; comerciante de organismos aquáticos vivo. Dentro da categoria de pescador profissional há uma lista nominal de quem está com o Registro Geral da Atividade Pesqueira ativo, mas não apresenta um filtro sobre o sexo da pessoa registrada.

Para além dos insuficientes dados oficiais divulgados pelo órgão governamental responsável, um recurso é buscar dados locais junto às Colônias de Pesca, porém nestes dados estão incluídos apenas aqueles filiados à estas entidades e que, para garantirem este status, devem pagar a taxa de associação. Assim, as fontes de dados sobre gênero e pesca ficam restritas às pesquisas já realizadas nas áreas de estudo, porém nenhum destes dados está registrado como dado oficial no SINPESQ.

Se a falta de dados gerais de estatística pesqueira no Brasil dificulta a gestão da pesca, a inexistência de dados específicos, desagregados por sexo é o outro fator que contribui para a invisibilidade das mulheres na pesca.

## 2.4 AS MULHERES E A LEGISLAÇÃO PESQUEIRA

Neste momento da tese já é possível perceber como a gestão pesqueira no Brasil está desorganizada. Como função da administração pesqueira (conforme o Quadro 1), a legislação apresenta diretrizes para o ordenamento do setor.

Para fechar este capítulo, neste item apresento destaques da Legislação Pesqueira<sup>8</sup> em que é possível observar como o Estado (não) percebe as mulheres na pesca. O termo “mulher” nunca aparece na legislação pesqueira e o termo “pescadora” começa a aparecer a partir do ano de 2015, junto com o termo “trabalhadora de apoio à pesca artesanal”. Anterior a isso, a referência mais próxima de que existem outras pessoas envolvidas na atividade pesqueira, além do pescador, é encontrada no termo “regime de economia familiar”. Seguem algumas

---

<sup>8</sup> Essa análise foi feita no seguinte conjunto de documentos:

- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991. (Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.);
- Lei nº 10.779, de 25 de Novembro de 2003. (Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.);
- Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009. (Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.);
- Decreto nº 8.424, de 31 de Março de 2015. (Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2013, para dispor sobre a concessão de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.);
- Decreto nº 8.425, de 31 de Março de 2015. (Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.);
- Lei nº 13.134, de 16 de Junho de 2015. (Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e nº 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências.);
- Decreto nº 8.967, de 23 de Janeiro de 2017. (Altera o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira, e o Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.).

definições contidas na “Lei da Pesca” (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009) e pertinentes a esta tese, os incisos III; XI; XXII do Capítulo II - Definições:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:  
[...]

III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros; [...]

XI – processamento: fase da atividade pesqueira destinada ao aproveitamento do pescado e de seus derivados, provenientes da pesca e da aquicultura; [...]

XXII – pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica. (BRASIL, 2009)

Bem como a definição de atividade pesqueira, contida na Seção II - Da Atividade Pesqueira, da mesma Lei:

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; (BRASIL, 2009)

Neste ponto destaco que a legislação considera que há uma atividade pesqueira artesanal que se estende ao longo de toda uma cadeia produtiva da pesca (conforme Figura 1). Esta definição inclui etapas de pré e pós captura, onde mulheres se fazem presentes em todas as etapas, porém com mais ênfase nas etapas de pré e pós captura, conforme os dados de Kalikoski; Vasconcellos (2012) que destaquei no Capítulo 1 (Situando a pesquisa com ajuda do referencial teórico).

Todavia, a legislação pesqueira que discorre sobre direitos previdenciários ignora as etapas de pré e pós captura contempladas na

definição de atividade pesqueira artesanal, se atendo à pesca enquanto sinônimo de captura (atividade extrativa).

Em relação ao Seguro Desemprego, e quem o Estado identifica como beneficiário, fica definido pela Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, com alterações dadas pela Lei nº 13.134, de 2015.

Art. 1º O pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. (Redação dada pela Lei no 13.134, de 2015) (BRASIL, 2003)

Destaco que a definição de “regime de economia familiar” estava contida nesta Lei, conforme o texto abaixo, mas foi suprimida:

[texto suprimido] § 1º Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados. (BRASIL, 2003)

E define ainda que:

§ 6º A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei. (Incluído dada pela Lei no 13.134, de 2015) (BRASIL, 2003)

O termo “atividade de apoio à pesca” surge no Art. 2º - categorias de inscrição do RGP do Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015 (base para a Lei 13.134, de 16 de junho de 2015), mas é revogado pelo Decreto nº 8.967, de 23 de janeiro de 2017:

[texto revogado] VIII - trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal - pessoa física que, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal; (Revogado pelo Decreto no 8.967, de 2017) (BRASIL, 2015)

Retomando o que argumentei antes, há uma definição de atividade pesqueira artesanal que contempla atividades de pré e pós captura. Estas atividades passam a serem legalmente denominadas de “atividades de apoio à pesca” em 2015, e com o Decreto de 2017<sup>9</sup> desaparecem enquanto categoria de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Com o texto revogado, o Estado que antes denominava as etapas da atividade pesqueira onde as mulheres mais participam de “apoio à pesca”, agora sequer reconhece como categoria existente no Registro Geral da Atividade Pesqueira. Este processo torna legalmente invisível parte das mulheres da pesca.

---

<sup>9</sup>O Art. 3º deste Decreto esclarece que o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) – órgão responsável pelo setor pesqueiro no Brasil na publicação do Decreto, tem um prazo de 180 dias para adaptar o RGP às alterações promovidas no Decreto (publicado em 23 de janeiro de 2017).



### **3 LIMITANTES E POSSIBILIDADES PARA AS MULHERES NA GESTÃO PESQUEIRA**

Num contexto de invisibilidade, dado pela gestão pesqueira convencional e legitimado pelo Estado, qual o suporte que as mulheres possuem para reivindicarem seus direitos? Responder completamente esta questão foge à competência desta tese, mas ofereço alguns apontamentos.

Neste capítulo discorro sobre os limitantes à participação das mulheres nos espaços de gestão pesqueira e sobre as Diretrizes Voluntárias para a Garantia da Pesca Sustentável de Pequena Escala no Contexto da Segurança Alimentar e Redução da Pobreza – documento organizado pela FAO que aponta, entre outras diretrizes, alguns caminhos para diminuir desigualdade de gênero na pesca.

#### **3.1 A PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE GESTÃO PESQUEIRA**

No Brasil, a representação de pescadoras e pescadores junto aos espaços de gestão e decisões é feito sobretudo pela instituição Colônia de Pesca. O surgimento das Colônias obedece ao Artigo 73º da Lei nº 2.544 de 1912, que estabeleceu várias diretrizes para o desenvolvimento da indústria da pesca, mas também para o conhecimento da zona costeira brasileira, criando as colônias de pescadores e colocando-as sob a superintendência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Conforme descrito por Sacco dos Anjos et al. (2004), esta lei foi instituída visando a aplicação de estratégias de defesa nacional, utilizando o conhecimento dos pescadores sobre as regiões marítimas, cadastrando-os assim para uma possível convocação para a guerra.

Contudo, a história da dependência de pescadoras e pescadores do Brasil ao Estado inicia antes mesmo da Lei de 1912. Afirma Silva (1988) que “a história dos pescadores no Brasil-Colônia está profundamente ligada à história dos grupos oprimidos da sociedade colonial - os indígenas e, posteriormente, o negro africano.” (SILVA, 1988, p. 29). Este autor destaca que:

Foram os indígenas, por seu conhecimento mais antigo dos nossos rios e mares, que forneceram a maior parte das técnicas de pesca utilizadas durante o período colonial. Além disto, muitos grupos destribalizados viviam exclusivamente da

pesca. Outros produziam as melhores redes e linhas para a pesca.

Por outro lado, o negro escravo sustentava a si próprio, no regime de fome ao qual era submetido, pescando nos mangues e nos rios. Ou pescava por profissão, sendo para isto explorado por seu senhor. Vendia o peixe de seu senhor pelas ruas ou nos mercados de peixe. Saía a pescar em alto mar, aonde os índios ainda não haviam ido. (SILVA, 1988, p. 30 - 31)

Assim, segundo Silva, a subordinação dos pescadores tem raízes históricas nos tempos coloniais brasileiros, através da escravização de indígenas e negros africanos. “O [...] Estado colonial, através de grupos privilegiados, criou um sobretrabalho - obrigando os pescadores a pescarem além de suas necessidades normais, e sob pena<sup>10</sup> - para se apropriar prioritariamente deste mesmo sobretrabalho, em detrimento do conjunto da sociedade.” (SILVA, 1988, p. 66).

O autor ainda resgata o histórico de criação de Nova-Ericeira, tida como a primeira Colônia de Pesca do Brasil, instituída por decreto de 18 de outubro de 1817 assinado por Dom João VI, rei de Portugal. Fundada em 18 de março de 1818 em Porto Bello, Santa Catarina, foi composta por 101 pessoas, sendo administrada pela Marinha portuguesa. Porém, a Colônia não foi criada para atender aos interesses de 101 homens e mulheres que viviam exclusivamente da pesca daquela região. Ao contrário, a criação da Colônia deu-se de forma a atender outros interesses, que acabaram por levar ao fim nos anos seguintes, conforme as palavras do autor:

[...]foi imposta, de cima para baixo, uma administração que tornou a Nova-Ericeira mais um departamento da Marinha portuguesa - com fins lucrativos - e menos um espaço onde, a seu modo, os pescadores pudessem produzir e viver.” (SILVA, 1988, p. 67)

---

<sup>10</sup> Na página anterior do texto de Silva, o autor cita as posturas para pescadores, criadas no Ceará em 1811 pelo Juiz de Fora José da Cruz Ferreira. Uma destas posturas instituída, por exemplo, pena de 30 dias de cadeia (sic) para jangadeiros que não fossem ao mar todos os dias pescarem em suas jangadas. (SILVA, 1988, p. 64 - 65)

Apesar da legalidade instituída, por conta do histórico relatado por Silva (1988), as Colônias falham em obter reconhecimento representativo de fato por parte das pescadoras e pescadores. Parte disso é devido a falta de confiança nestas instituições, pois nem sempre apresentam como representante algum membro da comunidade, de forma que as pescadoras e pescadores não acreditam que este representante possa fazer algo por eles em termos de desenvolvimento, direitos, dignidade ou cidadania. Ou ainda por estas instituições carregarem em sua estrutura resquícios de autoritarismo e corporativismo, uma vez que o processo de democratização de seus espaços deu-se somente ao final da década de 1980 (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 721).

Quanto as mulheres, a relação histórica com as Colônias enquanto suas representantes é ainda mais fragilizada. De acordo com Leitão (2010), as Colônias de Pesca, até recentemente, eram tuteladas pela Marinha de Guerra, instituição que não admitia mulheres em seu quadro, impossibilitando-as de se cadastrarem nas Colônias. Segundo a autora, “o primeiro estatuto das colônias de pescadores data de 1º de janeiro de 1923, assinado sob a forma de aviso, proveniente da Marinha. A instituição não aceitava em seu quadro as mulheres e conseqüentemente não aceitava que as pescadoras oficializassem sua atividade em instituições por ela tuteladas.” (LEITÃO, 2010, p. 3 - nota 8).

Há ainda, segundo Maneschy (2013) o não reconhecimento pelo que denomina de “herança histórica da legislação social pré-Constituição de 1988”. Esta autora cita Brumer (2002) para assinalar a influência da cultura patriarcal sobre a divisão sexual do trabalho no meio rural, pois “a trabalhadora rural, incluindo a pescadora, era definida como dependente do cônjuge, a quem cabia o pleno gozo dos direitos sociais e previdenciários” (MANESCHY, 2013, p. 42).

Somadas à esta questão histórica, outros fatores culturais e estruturais dificultam a participação das mulheres em espaços de discussão para a gestão pesqueira. Anamaria Beck, por exemplo, constatou em seu estudo sobre o trabalho das mulheres em comunidades pesqueiras no litoral de Santa Catarina uma relação que restringia a esfera de atuação das mulheres ao ambiente doméstico privado, descrito pela observação de que “não devem as mulheres ter proximidade física, em público, com homens que não os de sua própria família e com homens que não são seus maridos ou possam vir a se-lo.” (BECK, 1991, p. 14). Em outro exemplo, Gabriela Pereira destacou no informe da Primeira Reunião de Pontos Focais da Rede Latino americana de

mulheres do setor pesqueiro e aquícola<sup>11</sup>, que “alguns dos obstáculos para a participação de mulheres na pesca advém de tabus sociais e mitos que alegam que mulheres trazem má sorte, ou o fato que mulheres são fisicamente menos fortes que homens.” (PEREIRA, 2002, p. 176). Além disso, em pesquisa envolvendo mulheres que trabalham na pesca em cinco estados brasileiros, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão destacou que as duplas jornadas de trabalho inviabilizam as mulheres de terem tempo para participarem em espaços decisórios da pesca. Segundo a autora, esta questão está presente na vida das mulheres, de forma a dificultar “principalmente [as] com filhos pequenos, de participarem de associações, cooperativas, movimentos sociais e até mesmo de lutarem por espaço nas Colônias de Pescadores/as, porque além de irem ao mar, rio ou mangue, elas ainda debulham, cozinham e descascam o marisco durante toda a semana.” (LEITÃO, 2013, p. 111).

Como resumo dos entraves à participação das mulheres nas instituições representativas e também na gestão pesqueira, cito ainda Bernadette Resurreccion que analisou a participação de mulheres na gestão de lotes destinados à pesca nas comunidades da região do lago Tonle Sap, Camboja. No artigo, a autora demonstra que gestores talvez percebam a participação de mulheres na gestão como algo benéfico, reconhecendo a capacidade delas gerirem melhor os recursos renováveis, portanto fazem um esforço para aumentar a participação delas. Porém, eles não se atentam às peculiaridades que dificultam a participação, tais como as múltiplas jornadas de trabalho, tanto produtivo como reprodutivo. Destaca a autora que “participação acarreta custos para a participante em termos de tempo, trabalho, habilidades e recursos. Sem o apoio total das pessoas que dividem a casa, suas participações custam a elas valioso tempo de descanso e aumentam sua carga de trabalho.” (RESURRECCION, 2006, p. 444).

Assim, mesmo que os gestores estejam bem intencionados buscando incluir mulheres na gestão pesqueira como forma de reação a outros planos de gestão cegos em relação a gênero, acabam por ignorar o mundo social da disparidade nas relações de poder, traduzido num baixo status social e cargas de trabalho mais pesadas para as mulheres, estes gestores estão inadvertidamente reproduzindo a desigualdade de gênero. Portanto, nas palavras da autora, “é necessário engajar as mulheres em seus próprios termos, com reconhecimento de suas condições políticas e sociais e, com elas, criar opções realísticas para a participação.” (RESURRECCION, 2006, p. 444).

---

<sup>11</sup> Ocorrida nos dias 5 e 6 de outubro de 2000 em Montevidéu - Uruguai.

Posto isto, digo que aliado a toda a invisibilidade da mulher na pesca que descrevi no capítulo anterior, há um conjunto de fatores que dificultam a participação destas mulheres em espaços de gestão e decisão sobre a pesca. Fatores históricos, fatores culturais e limitantes dadas pelas atividades cotidianas, afastam dos espaços de negociação política as mulheres que dependem economicamente, socialmente e culturalmente da atividade pesqueira artesanal. Estes fatores dificultam a participação das mulheres nas discussões políticas que impactam diretamente suas vidas.

### 3.2 O PAPEL DA FAO NA GESTÃO E O SURGIMENTO DAS DIRETRIZES VOLUNTÁRIAS PARA A PESCA DE PEQUENA ESCALA (DVPPE)<sup>12</sup>

Num contexto de incerteza em meio às Grandes Guerras, a preocupação com a segurança alimentar e erradicação da fome reuniu no ano de 1943, em Hot Springs, Virginia - Estados Unidos da América, 44 governantes que se comprometeram em fundar uma organização permanente para tratar de assuntos relacionados à alimentação e agricultura. A FAO, sigla em inglês para Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação teve sua primeira reunião em 1945 e possui atualmente 194 países membros, incluindo o Brasil, e outros 2 países associados. Dentro de seu Conselho Geral, no ano de 1965 foi criado o COFI - sigla em inglês para Comitê de Pesca (Departamento de Pesca e Aquicultura), que vem realizando reuniões bianuais<sup>13</sup>.

Durante a 19ª reunião do COFI, em 1991, foram discutidos novos conceitos para atingir uma pesca sustentável responsável. No ano de 1992, durante a Conferência Internacional sobre Pesca Responsável (Cancún - México), foi requisitado à FAO a preparação de um Código de Conduta internacional que apresentasse as questões de sustentabilidade responsável para a pesca. O Código De Conduta para Pesca Responsável foi desenvolvido para ser adotado voluntariamente por países signatários com o intuito de ser um instrumento internacional

---

<sup>12</sup> Utilizo esta tradução a partir do original em inglês *Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication* que é comumente utilizado em uma versão curta como *SSF Guidelines (Small-Scale Fisheries Guidelines)*.

<sup>13</sup> Os dados deste parágrafo foram retirados de <<<http://www.fao.org>>> acesso em 14 - Dez - 2016.

para estabelecer princípios e padrões aplicáveis à conservação, gestão e desenvolvimento de todas as pescarias (FAO, 1995).

Contudo, observo que o papel da FAO na gestão pesqueira deve ser avaliado com cautela. Como o estudo de Kalikoski; Vasconcellos (2012), encomendado pela FAO, que assumia classificar como “pescador artesanal” somente “quem coloca o pé na água” (confira nota 5). Outros exemplos são as críticas de MANESCHY (2010), WILLIAMS (2016) e KLEIBER et al (2016), conforme serão vistas a seguir:

Maria Cristina Maneschy compilou dados a partir de um seminário ocorrido em Beberibe, Ceará - Brasil no ano de 1997 para discutir o conceito de pesca responsável apresentado no Código de Conduta da FAO. Segundo a autora, o conceito deve ir além da responsabilidade com a preservação dos recursos pesqueiros explorados e deve compreender também a preservação das comunidades pesqueiras artesanais, uma vez que estas são primordiais para o fornecimento de pescado para consumo em diversos países, incluindo o Brasil.

As lutas dessas comunidades por sobrevivência e dignidade relacionam-se à permanência de uma diversidade de modos de vida e de usos diferenciados dos espaços costeiros e marinhos.

[...]

Os riscos e ameaças vividas pelas comunidades de pescadores artesanais têm conseqüências graves nas famílias, podendo-se dizer que, em grande medida, a capacidade de resistência dessas comunidades repousa nas estratégias de sobrevivência implementadas pelas mulheres e por outras categorias sociais tidas como “inativas”, tais como as crianças, ou as pessoas idosas. Daí a importância de se conhecer e de se buscar mecanismos de apoio aos trabalhos desenvolvidos pelos diferentes membros dos grupos domésticos nessas comunidades, na esfera produtiva e, também, reprodutiva. (MANESCHY, 2000, p. 83)

Ainda sobre a questão das mulheres na discussão do conceito de pesca responsável, destaca a autora que:

De diferentes modos, portanto, as mulheres desempenham papéis cruciais na manutenção das

comunidades pesqueiras artesanais: manipulando recursos de diferentes ecossistemas, terrestres e aquáticos, gerando rendas complementares à da pesca, agregando valor a produtos locais e participando de organizações coletivas.

Resta alcançar um efetivo reconhecimento social, que implicaria em sua inclusão nas políticas de desenvolvimento do setor. Assim, no tocante ao crédito, torna-se necessário que as agências financiadoras mudem o enfoque dominante, que privilegia o financiamento de barcos e instrumentos de captura, de maneira individual, para incluir o fomento a grupos que processam e aproveitam subprodutos da pesca, de maneira integrada ao financiamento da produção pesqueira. No tocante à capacitação profissional, sobretudo, trata-se de concebê-la em um sentido amplo, que assegure não só a eficácia no trabalho, como também, que possibilite às comunidades lançar mão de alternativas de sobrevivência, absolutamente necessárias em períodos de interrupção da pesca, ou em situações em que os estoques são objeto de intensa exploração. Estas são condições inerentes à instituição da chamada “pesca responsável”. (MANESCHY, 2000, p. 90)

As observações de Maneschy são extremamente relevantes sobretudo porque, conforme Williams (2010) destacou, em nenhum momento o Código traz as palavras “mulheres” ou “gênero” em seu texto. Passados 20 anos da adoção do Código de Conduta para a Pesca Responsável, surge um novo instrumento internacional elaborado pelo COFI, denominado Diretrizes Voluntárias para a Garantia da Pesca Sustentável de Pequena Escala no Contexto da Segurança Alimentar e Redução da Pobreza.

O documento das Diretrizes Voluntárias para a Pesca de Pequena Escala (DVPPE) da FAO foi aprovado em reunião do COFI, ocorrida em Roma entre 9 e 13 de junho de 2014. Nesta reunião, 143 Estados membros do COFI comprometeram-se a adotar as diretrizes definidas no documento. Segundo René Scharer<sup>14</sup>, o documento é “um esforço de 7

---

<sup>14</sup> Informações disponibilizadas por e-mail em 11 de junho de 2014. René Scharer é um dos representantes brasileiros do *International Collective in Support of Fishworkers* (ICSF), ONG participante do COFI. O documento pode

anos de trabalho e cooperação entre sociedade civil, pescadores(as) e pesquisadores [...] e o próximo passo será a elaboração de um Plano de Ação Global para a Pesca de Pequena Escala.<sup>15</sup>

As Diretrizes Voluntárias para a Pesca de Pequena Escala surgem num contexto onde aproximadamente 120 milhões de pessoas ao redor do mundo se envolvem em tempo total ou parcial com alguma etapa da cadeia produtiva da pesca, onde mais de 90% dessas pessoas está no subsetor da pesca de pequena escala, em que 95% dos desembarques são destinados ao consumo local. Pelo menos 90% desta pesca é realizada em países em desenvolvimento. Um número equivalente a 5.8 milhões de trabalhadores na pesca ganham menos de 1 dólar americano por dia e 50% da força de trabalho na pesca de pequena escala é de mulheres (FAO, 2015b). Os objetivos das DVPPE são apresentados da seguinte forma:

- Aprimorar a contribuição da pesca de pequena escala para a nutrição e segurança alimentar global e apoiar a progressiva realização do direito à alimentação adequada;
- Contribuir para o desenvolvimento equitativo das comunidades de pesca de pequena escala e a erradicação da pobreza e para melhorar a situação socioeconômica de pescadores e trabalhadores na pesca dentro do contexto da gestão sustentável da pesca;

---

ser acessado em <http://www.fao.org/cofi/23150-06f3fe142a720e59e7e957ad95a0f916a.pdf>.

<sup>15</sup> O Plano de Ação está sendo elaborado, conforme me informou Daniela Kalikoski (pesquisadora da FAO) em conversa no dia 25 de junho de 2015, durante a MARE Academic Conference, realizada em Amsterdã - Holanda. Especificamente para o Brasil, algumas ações para a adoção e implementação das Diretrizes Voluntárias da FAO começam a surgir. Em junho de 2016 aconteceu em Brasília o Seminário de Capacitação sobre as Diretrizes de Pesca de Pequena Escala, reunindo mais de 15 organizações ligadas à pesca de pequena escala, conforme pode ser conferido em <<<http://peloterritopescueiro.blogspot.com.br/2016/06/pescadores-cientistas-e-ongs-se-reunem.html>>> acesso em 14 - Dez - 2016. Um dos produtos do Seminário foi a produção de um vídeo explicativo, que pode ser acessado em <<<https://www.youtube.com/watch?v=tnMBWxIDS9Q>>> acesso em 14 - Dez - 2016.

- Alcançar a utilização sustentável, gestão prudente e responsável e conservação de recursos pesqueiros consistente com o Código de Conduta para a Pesca Responsável e instrumentos relacionados;
- Promover a contribuição da pesca de pequena escala para um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o planeta e suas pessoas;
- Prover orientações que possam ser consideradas por Estados e partes interessadas para o desenvolvimento e implementação de políticas participativas e amigáveis ao ecossistema, estratégias e enquadramento jurídico para o aprimoramento da pesca de pequena escala responsável e sustentável;
- Aprimorar a conscientização pública e promover o avanço de conhecimento sobre a cultura, o papel, as contribuições e o potencial da pesca de pequena escala, considerando conhecimento tradicional e ancestral e suas relativas limitações e oportunidades. (FAO, 2015b)

A importância das DVPPE para esta tese é que se trata da primeira vez que a FAO reconhece e inclui em seus documentos sobre pesca a necessidade de equidade e igualdade de gênero para a garantia de futuro responsável da pesca de pequena escala sustentável<sup>16</sup>.

### **3.2.1 Algumas Críticas às Diretrizes Voluntárias para a Pesca de Pequena Escala**

Analisando o texto das Diretrizes Voluntárias para a Pesca de Pequena Escala, de uma forma geral, há uma valorização da variável social do tripé do desenvolvimento sustentável<sup>17</sup>, indo além do foco

---

<sup>16</sup> De acordo com Nicole Franz (Departamento de Pesca e Aquicultura da FAO), durante comunicação “Towards the implementation of the SSF Guidelines” na MARE Academic Conference, 25 de junho de 2015.

<sup>17</sup> Diversas são as críticas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, inclusive a impossibilidade de que ele ocorra, pois “para ser sustentável o desenvolvimento deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto” (BOFF, 2012, p. 43) e este equilíbrio entre os três pontos (tripé) é inviável, segundo Leonardo Boff, que defende que o conceito de

exclusivo na captura e preservação dos estoques (variáveis econômica e ambiental) dos instrumentos de gestão anteriores. Parece ser um avanço em relação à visão clássica da gestão pesqueira, descrita em capítulo anterior pois além de ser o primeiro instrumento internacional dedicado inteiramente para o setor da pesca artesanal (FAO, 2015b), considerou para sua formulação a contribuição de redes como o ICSF - sigla em inglês para Coletivo Internacional em Apoio a Trabalhadores na Pesca, fato que, segundo Williams (2016) resultou na inclusão de “gênero” no texto.

Mais do que incluído no texto, há um capítulo das DVPPE dedicado ao tema (Capítulo 8: Igualdade de Gênero), bem como outras referências ao longo de todo o documento. Contudo, Williams destaca que as DVPPE tendem a tornar “gênero” e “mulheres” sinônimos, perdendo as nuances entre as relações de gênero e poder (WILLIAMS, 2016, p. 33).

Outras pesquisadoras também estão atentas às DVPPE e outras críticas já começam a surgir, como é o caso da sessão especial “Implementação dos elementos de gênero das Diretrizes Voluntárias da Pesca de Pequena Escala”, organizada por Katia Frangoudes e Danila Kleiber durante o 6º Simpósio Global em Gênero na Aquicultura e Pesca, realizado em agosto de 2016 em Bangkok - Tailândia<sup>18</sup>. Um exemplo destas críticas é um quadro (traduzido e reproduzido abaixo), retirado da revisão colaborativa feita por Frangoudes, Kleiber e outras “Desafios e estratégias para a implementação dos princípios de Igualdade e Equidade de Gênero nas Diretrizes Voluntárias da Pesca de Pequena Escala”. Neste trabalho de revisão as autoras analisaram o instrumento da FAO item a item que remete a gênero, apresentando suas críticas:

---

Desenvolvimento Sustentável não passa de um discurso político habilmente utilizado para desviar a atenção de problemas reais como injustiça social e aquecimento global. Scheibe (2004) também fez apontamentos quanto ao conceito de sustentabilidade, criticando a ideia difundida de que a sustentabilidade deve ser autônoma e sem aporte de recursos externos. Críticas à parte, utilizo o conceito para manter a coerência metodológica ao analisar uma proposta sugerida por uma instituição (FAO) que faz uso do conceito.

<sup>18</sup> Para ver os trabalhos discutidos nesta sessão: <<<https://generaquafish.org/2016-gaf6-august-bangkok-thailand/gaf6-program-abstracts-and-ppts/>>> acesso em 15 - Dez - 2016.

Quadro 2 - Obstáculos e Oportunidades sobre o elemento Gênero nas Diretrizes da PPE

Barreiras	Seção nas DVPPE	Maiores Questões de Gênero
Cadeia Produtiva da PPE	Diretos de propriedade (5.3 - 5.4)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas de pesca podem negar às mulheres direitos iguais de propriedade.</li> <li>- Políticas de pesca podem deslocar mulheres pescadoras.</li> <li>- Pode ser menos provável que seja concedido às mulheres arrendamento ou propriedade sobre recursos pesqueiros.</li> <li>- Pode ser negada às mulheres a possibilidade de pertencer a grupos que distribuem direitos de propriedade.</li> </ul>
	Acesso aos recursos pesqueiros (6.4)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mulheres podem não conseguir, ou ser menos provável de ter, petrechos próprios de pesca.</li> <li>- Petrechos de pesca pertencentes à residência podem não estar disponíveis para as mulheres.</li> </ul>
	Acesso ao mercado e recursos de comércio (7.6)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mercados de pesca podem excluir ou serem dominados por mulheres.</li> <li>- Mulheres podem ter acesso a produtos inferiores que os homens.</li> <li>- Mulheres podem ter menos acesso a crédito ou recursos financeiros que homens.</li> <li>- Mulheres que podem acessar crédito podem não ter poder de decisão sobre ele.</li> </ul>
	Reconhecimento e oportunidades para trabalhadores na pesca (6.5)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas “neutras de gênero” que não levam em conta papéis de gênero desiguais podem dar menos oportunidades para mulheres do que para homens.</li> </ul>
Pagamento igual para trabalhadores na	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O trabalho de mulheres na pesca é frequentemente não pago ou menos pago.</li> </ul>	

	pesca (7.4)	
Bem-estar humano	Educação (6.2)	- Diferenças no acesso à educação podem impactar o trabalho na pesca de mulheres e homens.
	Segurança alimentar (5.2 & 7.8)	- Pescaria de mulheres é frequentemente focada em captura de subsistência, pequena escala, mas confiável. - Mulheres podem ter menos acesso à comida dentro das residências.
	Saúde ocupacional e segurança (6.12)	- Homens e mulheres são frequentemente expostos a diferentes riscos devido a diferentes papéis na cadeia produtiva da pesca.
	Violência (6.9)	- Mudanças nos papéis de gênero na pesca relacionadas às mudanças na disponibilidade do recurso podem levar ao aumento da violência doméstica baseada em gênero.
Governança	Coerência política (10.1)	- Equidade e igualdade de gênero fortemente coerentes com a política internacional CEDAW (Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres). - As maiores barreiras podem estar na vontade e capacidade para implementar políticas existentes.
	Desenvolvimento de capacidade (11.7, 12.1)	- Falta de programas de treinamento formais ou técnicos que sejam destinados às mulheres, ou que incluam mulheres. - Mulheres frequentemente não são reconhecidas como partes interessadas e devem se contentar com as barreiras culturais sobre sua total participação em processos de tomada de decisão. - Desenvolvimento de capacidades deveria incluir treinamento para trabalho de gênero

		em instituições de pesca.
	Pesquisa e monitoramento (11.1, 11.10, 13.3)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Falta de dados coletados que sejam desagregados por sexo.</li><li>- Falta de prioridade, dinheiro e treinamento para pesquisa sobre gênero e pesquisadores de gênero.</li></ul>

Fonte: Traduzido pela autora a partir de Kleiber et al. (2016)



## 4 O CAMPO DE ESTUDO GÊNERO E PESCA

Toda esta investigação científica sobre as mulheres na pesca hoje encontra espaço de produção e reflexão dentro de um campo de estudos denominado Gênero e Pesca. Enquanto campo de estudos com esta denominação, vem amadurecendo nos últimos anos, com o surgimento e fortalecimento de sessões temáticas específicas sobre gênero em reuniões científicas de pesca ao redor do mundo.

Alguns exemplos que destaco são o simpósio temático nº 027 – Desafios atuais dos feminismos sobre gênero, trabalho, educação e comunidades tradicionais, coordenado por Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 10<sup>19</sup>, entre os dias 16 a 20 de setembro de 2013 na cidade de Florianópolis, Santa Catarina; o painel nº 6.4. – *Gendered lives, possibilities and constraints for improving fisheries livelihoods and governance*, durante a *MARE Academic Conference: people and the sea VII*<sup>20</sup>, entre os dias 24 e 26 de junho de 2015, na cidade de Amsterdã, Holanda; e os simpósios específicos sobre gênero e pesca que vêm ocorrendo dentro dos Fóruns da *Asian Fisheries Society*<sup>21</sup>, desde a edição número 7 no ano de 2004.

Tomando como base estes três eventos posso afirmar que o campo de estudos sobre Gênero e Pesca está se fortalecendo pois neste ano (2017) todos os três eventos citados devem repetir as sessões temáticas sobre gênero e pesca. Indo além, está agendada uma reunião especial do *cluster Women and Gender* do TBTI<sup>22</sup> (o qual citei na apresentação desta tese) na edição IX da *MARE Academic Conference* que ocorrerá em julho na Universidade de Amsterdã, Holanda, e também uma sessão específica com diversos simpósios a respeito do tema de gênero na aquicultura e pesca dentro do próximo Fórum da *Asian Fisheries Society*.

Além destes três exemplos de eventos científicos que demonstram o fortalecimento deste campo de estudos, reforço a importância da criação do *cluster Women and Gender* dentro do grupo do TBTI no meio do ano de 2016, como uma rede para reunir pesquisadoras e pesquisadores ao redor do mundo preocupados com a temática gênero e pesca. Todavia, se o campo de estudos está se fortalecendo nos dias atuais, é devido a um longo caminho de pesquisas

<sup>19</sup> <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/>

<sup>20</sup> <http://www.marecentre.nl/2015-conference/>

<sup>21</sup> <https://generaquaflash.org/events/2016-gaf6-august-bangkok-thailand/>

<sup>22</sup> <http://toobigtoignore.net/research-cluster/women-and-gender/>

na área. Uma rede que necessita ser destacada como crucial para este desenvolvimento é a *Women in Fisheries*<sup>23</sup>, braço do ICSF (*International Collective in Support of Fisherworkers*). A rede propõe aplicar uma perspectiva feminista sobre a pesca e disponibiliza duas importantes publicações desde o ano de 2000 – Samudra Report e Yemaya Dossier, discutindo casos sobre mulheres na pesca ao redor do mundo.

Ao longo deste caminho, os estudos sobre mulheres na pesca passaram por mudanças conceituais e de foco. Estas mudanças delimitaram conceitualmente o objetivo das investigações de acordo com a denominação utilizada e a abordagem que ela dá conta.

Meryl J. Williams explicou em alguns trabalhos que estas mudanças conceituais iniciaram na década de 1980 “com o foco passando de mulheres para gênero, ao incluir homens e meninos e incorporando considerações sobre estágio da vida e relacionamentos” (WILLIAMS, 2010, p. 73). Esta alteração de foco acontece quando os estudos, antes interessados apenas em relatar a força produtiva da mulher enquanto agente, estimulada pela abordagem conceitual conhecida como WiD (*Women in Development* - Mulheres no Desenvolvimento) passou a investigar papéis sociais mais amplos de acordo com a abordagem WaD (*Women and Development* - Mulheres e Desenvolvimento) e então chegou à pesca, onde Gênero e Pesca vem sendo utilizado como um conceito mais inclusivo. A autora e colaboradores assim explicam porque estas mudanças aconteceram:

Agências de desenvolvimento reconheceram que ter mulheres em alvo como beneficiárias especiais poderia ser contraproducente ou pelo menos insuficiente para melhorar suas contribuições ou benefícios no desenvolvimento. Um passo intermediário no pensamento desenvolvimentista foi portanto considerar mudanças necessárias na agenda do desenvolvimento para incorporar mulheres, então o foco mudou para ‘mulheres e desenvolvimento’. Todavia, mesmo considerando mudanças na agenda do desenvolvimento, observou-se que os programas focados em mulheres e desenvolvimento eram muito limitados e corriam o risco de alienar homens e simplificar

---

<sup>23</sup> <https://wif.icsf.net>

as relações complexas entre os papéis do homem e da mulher na comunidade. Assim, em torno de 1995 os programas começaram a reconhecer que o sucesso no desenvolvimento depende da comunidade e das interrelações entre as pessoas dela, e não de mulheres e/ou homens por si só, dando assim origem aos programas com abordagem de gênero ao invés dos programas sobre mulheres. (WILLIAMS; WILLIAMS; CHOO, 2002, p. 13)

Em outro texto (WILLIAMS; NANDEESHA; CHOO, 2006), as autoras abordam especificamente o “emergente campo da pesquisa sobre gênero e pesca”, destacando que apesar de ainda ter um longo caminho a percorrer em termos de aceitação e metodologia, já começa a estimular estudos originais. O campo “não está bem conectado aos campos de pesquisa sobre gênero e desenvolvimento mais estabelecidos, mas está ganhando grande aceitação na pesquisa pesqueira como demonstrado no Fórum de Pesca Asiático<sup>24</sup>”, que teve um simpósio exclusivo para gênero e pesca, descrito pela autora como “um dos tópicos mais populares, capturando trabalhos suficiente para um evento de dois dias cheios” (WILLIAMS; NANDEESHA; CHOO, 2006, p. 4).

Ainda assim, apesar de um pequeno otimismo com o simpósio sobre gênero no Fórum de Pesca Asiático, Williams (2010) alerta que o documento em vigor naquele momento como principal normativa internacional para a pesca, o Código de Conduta para Pesca Responsável da FAO (1995) não continha em seu texto as palavras “mulheres” ou “gênero”. A autora constatou que o Código havia sido elaborado considerando as questões pesqueiras disseminadas como mais importantes, tais como os ecossistemas afetados pela pesca, a pesca ilegal e a melhoria de estatísticas. (WILLIAMS, 2010, p. 74). Então, mesmo com as mudanças conceituais de foco e adoção do termo “gênero e pesca” como um conceito mais inclusivo para os estudos deste campo, a autora percebe que não é suficiente e que o campo ainda tem muito a avançar. Em sua mais recente publicação, constatou que o contexto atual das questões de gênero dentro do setor pesqueiro podem ser resumidas como “falta de atenção, recursos e apoio moral, aliado com a resistência de atores da corrente principal que não estão convencidos que a desigualdade de gênero é real ou que importa,

---

<sup>24</sup> Este comentário faz referência ao 7º Fórum de Pesca Asiático, ocorrido em Penang, Malásia nos dias 1 e 3 de dezembro de 2004.

desilusão entre profissionais de gênero e uma verdadeira falta de ferramentas e saber-fazer.” (WILLIAMS, 2016, p. 29).

Martha MacDonald (2005) destaca que as pesquisas iniciais sobre mulheres no universo da pesca estavam estreitamente relacionadas com qualquer outro trabalho sobre mulheres e economia, ou seja, a pesquisa sobre mulheres na pesca começa tornando a contribuição das mulheres visível, documentando a importância do trabalho não pago das mulheres para os negócios familiares e as comunidades. Já Elizabeth Bennet alerta que “discussões que focam mulheres na pesca devem ter em mente as implicações das relações entre homens e mulheres e como isto ‘explica’ a posição das mulheres” (BENNET, 2005, p. 453). Esta ideia é expressa pela introdução da variável gênero na denominação deste tipo de estudo na pesca, como explica Regina Di Ciommo, pois “adiciona uma outra dimensão à análise dos ambientes naturais, em virtude das relações de poder entre homens e mulheres em muitas sociedades, relações de poder que estão sujeitas a mudança.” (DI CIOMMO, 2007, p. 153).

Um exemplo é o texto de Verónica Vázquez-García e María Montes-Estrada do Departamento de Desenvolvimento Rural do Colégio de Pósgraduados do México. As autoras escrevem um texto sobre a pesca de subsistência em Veracruz, México, relatando um estudo na linha de Gênero e Desenvolvimento com vistas a “contribuir para a literatura feminista sobre Gênero e Desenvolvimento (GeD) que avalia o papel que gênero tem nos processos de desenvolvimento e nas formas como ocorre a interseccionalidade com outros fatores tais como classe, raça e etnicidade” (VÁZQUEZ-GARCIA; MONTES-ESTRADA, 2006, p. 1). Utilizando para a análise a interseccionalidade<sup>25</sup>, característica dos estudos de gênero, as autoras avaliam ser possível determinar os papéis e status das mulheres nos países em desenvolvimento.

---

<sup>25</sup> Interseccionalidade é aqui utilizado em correspondência ao que Kimberlé W. Crenshaw elaborou em sua tese de doutorado em 1989 e pode ser conferido em outros artigos como Crenshaw, Kimberlé Williams. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. **University of Chicago Legal Forum**. 1989:139– 67: “é a conceitualização do problema que busca capturar tanto as consequências estruturais quanto consequências dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Lida especificamente com a forma com que racismo, patriarcalismo e opressão de classe, entre outros sistemas discriminatórios, criam desigualdades básicas, que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.”

No ano de 2012 a Revista Estudos Feministas apresentou um artigo escrito por pesquisadoras da Universidade do Pará, compilando o histórico das mulheres na atividade pesqueira. No texto, Maria Cristina Manesch, Deis Siqueira e Maria Luzia Miranda Álvares apresentam um panorama com textos internacionais importantes, mas principalmente com as contribuições nacionais para o campo, conforme segue:

Martha McDonald, refletindo em torno de um referencial teórico para análise das relações entre gênero, desenvolvimento e pesca, sintetizou a evolução dos estudos a partir dos anos 1980, indicando que inicialmente esses se preocuparam em dar visibilidade à contribuição das mulheres. Desse esforço inicial resultaram etnografias importantes, primeiramente em países de grande tradição pesqueira no Atlântico Norte. Ressaltam-se a coletânea pioneira de Jane Nadel-Klein e Dona Davis e, quatro anos depois, um número da revista *Anthropologie Maritime*, organizado por Alette Geistoderfer, Isabelle Leblic e Jacqueline Matras-Guin. Os estudos, além de evidenciarem como as mulheres costumam combinar em seu cotidiano diferentes tipos de atividades, atentaram às dimensões culturais e simbólicas que marcam seus espaços e atribuições. Esse é o tema de Dona Davis, Geistdoerfer, Isabelle Leblic e Jacqueline Matras-Guin, Edna Alencar, Maria Angélica Motta-Maués, Lourdes Furtado e Ellen Woortman. Em sequência, acompanhando a análise de MacDonald, houve a preocupação de investigar e documentar o trabalho não pago das mulheres nos empreendimentos de pesca e, finalmente, sua admissão em esquemas de seguridade social.

Dentre os primeiros estudos no Norte e no Nordeste do Brasil ressaltamos, sem pretensão de exclusividade, Motta- Maués, Maria Cristina Manesch, Alencar, Denise Cardoso e Maria Luzia Miranda Álvares. Desde então, sobretudo a partir dos anos 2000, cresce a produção acadêmica nacional e internacional a respeito de mulheres na pesca, em seus vários subsetores. (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 715 - 716)

Esta breve descrição do campo de estudos gênero e pesca serve para justificar minha escolha de abordagem para esta tese. Defendo que os estudos sobre gênero e pesca aprofundam a questão da dimensão humana, ignorada na gestão pesqueira tradicional.

Defendo também que a abordagem que adoto é contemplada dentro da expressão Gênero e Pesca, pois descrevo os papéis das mulheres da Colônia de Pescadores Z3 e avanço na descrição ao considerar as relações de poder que ocorrem a partir de onde as mulheres da Z3 se localizam. Estas relações ocorrem quando as mulheres da Z3 lutam por uma cooperativa, participam de reuniões, organizam feiras, são centrais à realização da festividade de Nossa Senhora dos Navegantes, interrompem estradas exigindo seus direitos previdenciários, e outras situações cotidianas à comunidade pesqueira que habitam e constantemente ressignificam. Todas estas situações estão descritas na segunda parte desta tese, que passo a desenvolver na sequência.

## 5 A PESQUISA DE CAMPO

Início aqui a segunda parte da tese, a parte da coleta de dados e consequentes contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. Apresento primeiramente o conjunto de métodos que utilizei para conduzir a pesquisa, as atividades desenvolvidas e as fontes das informações coletadas, seguido de uma apresentação da área de estudos - a comunidade pesqueira Colônia Z3.

Na sequência, apresento uma série de itens estruturados sob o capítulo intitulado As mulheres na pesca artesanal da Colônia Z3. Este capítulo desdobra, em cada um de seus itens, a Colônia Z3, suas mulheres e as relações de gênero no âmbito da comunidade e da relação com a gestão pesqueira.

### 5.1 OS DADOS DA PESQUISA

A coleta dos dados apresentados nesta tese iniciou antes mesmo de meu ingresso no doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Conforme mencionei na apresentação da tese, eu estava finalizando o mestrado quando me deparei com um conflito relacionado a gênero e, a partir daquele momento, toda a incursão investigativa que fiz passou a adotar uma perspectiva de gênero.

Isso foi possibilitado sobretudo pelas novas referências bibliográficas que passei a acessar com o ingresso no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH). Foram referências que me ajudaram a ver as mulheres nas comunidades pesqueiras e perceber as relações de poder em que estavam inseridas. Estas referências ampararam meu olhar em diversas visitas que realizei à Colônia Z3 e nas conversas com pessoas que moram na comunidade e atuam em diferentes etapas da cadeia produtiva dos pescados e instituições relacionadas à atividade pesqueira, sendo tanto as formalmente registradas como entrevistas, quanto as informais, sem roteiro, sem gravador, sem registro além de minhas anotações.

Durante este período de processo de ingresso no PPGICH, eu estava colaborando no projeto de pesquisa “Análise das cadeias produtivas dos pescados oriundos da pesca artesanal e/ou da aquicultura familiar no estado do Rio Grande do Sul”, o qual me refiro várias vezes nesta tese pelo nome curto “projeto cadeia produtiva”. Iniciado no final do ano de 2011 quando a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SDR/RS) contactou o Laboratório de Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande

(LabGerco/FURG) com a demanda de desenvolver uma pesquisa que oferecesse subsídios aos tomadores de decisões na análise de entraves e potenciais das políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal e de aquicultura familiar no Rio Grande do Sul (HELLEBRANDT et al., 2013). O projeto resultou, entre outras publicações, em um relatório específico sobre a atuação das mulheres na atividade pesqueira artesanal do estuário da Lagoa dos Patos (HELLEBRANDT; WALTER; ANELLO, 2015).

Muitas das informações relativas às atividades de processamento de pescados apresentadas nesta tese foram coletadas no âmbito das atividades deste projeto. Esta coleta de dados ocorreu no ano de 2013, por uma equipe de 25 pessoas, sendo grande parte alunas e alunos de graduação do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental dos *campi* Carreiros (Rio Grande) e São Lourenço do Sul da FURG. Fizemos a coleta destes dados através de entrevistas abertas que utilizavam um roteiro estruturado. Preparamos o roteiro em conjunto, durante as oficinas de introdução à pesquisa qualitativa<sup>26</sup> e registramos as visitas e entrevistas com o uso de gravador digital e câmera fotográfica, mediante autorização das entrevistadas.

Além dos dados coletados em entrevistas pela equipe do “projeto cadeia produtiva” em 2013, apresento nesta tese informações que obtive em entrevistas em profundidade e com temas específicos, todas elas negociadas com as interlocutoras através de um esclarecimento da minha intenção na pesquisa e pedido de permissão para utilizar o gravador. Essas entrevistas abordaram especificamente o caso de suspensão do seguro defeso em 2011, conflitos de gênero em torno deste caso, histórico de criação da Cooperativa Mulheres da Lagoa, sistema de saber-fazer para a atividade de processamento de pescados e acesso às políticas públicas. Em todas as entrevistas gravadas as mulheres apresentaram o consentimento em utilizar os dados no início da entrevista, fazendo questão de se identificarem com o nome próprio ou

---

<sup>26</sup> As oficinas de introdução à pesquisa qualitativa foram atividades do “projeto cadeia produtiva” ocorridas em maio de 2012, ministradas por mim e por Clara da Rosa Pereira. Ocorreram duas edições, uma para a equipe lotada no *campus* Carreiros (Rio Grande) e outra para a equipe lotada no *campus* São Lourenço do Sul. O objetivo das oficinas foi o de apresentar técnicas de pesquisa qualitativa e nivelar conhecimentos a fim de preparar a equipe multidisciplinar do projeto para executar a coleta de dados em campo. As oficinas cobriram cinco tópicos: I- Introdução à pesquisa qualitativa; II- Técnicas de entrevistas; III- Instrumentos para realização da pesquisa; IV- Discussão de roteiro para entrevista; V- Noções de análise.

apelido pelo qual são conhecidas na comunidade. Para todas estas entrevistas utilizei como inspiração a técnica de história de vida para iniciar a conversa e poder traçar um perfil que as identifica como membros de uma comunidade pesqueira.

A câmera fotográfica teve papel relevante ao longo de toda a pesquisa, sobretudo para apresentar visualmente a comunidade pesqueira Colônia Z3. Porém, para apresentar a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, optei como metodologia realizar um exercício de fotoetnografia, respondendo ao desafio proposto por Achutti e Hassen (2004) ao indicar que a fotografia pode ser usada como forma narrativa etnográfica. A máquina fotográfica - destacada e intimidadora - foi algumas vezes substituída pela câmera do celular, instrumento largamente utilizado por muitos frequentadores da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes para registrar a festividade e suas participações nela.

Outra atividade que possibilitou as informações apresentadas nesta tese foi o acompanhamento de reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos (FLP), atividade que iniciei de forma esporádica, desde o ano de 2010. Estas reuniões acontecem uma vez por mês, geralmente na última quinta-feira do mês, com exceção do mês de dezembro que não tem reunião. Elas ocorrem de forma itinerante entre os municípios de Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e São Lourenço do Sul. A gestão que assumiu a coordenação do FLP no ano de 2015 fez um esforço de reunir e disponibilizar publicamente em um *website* as atas das reuniões. Assim, para apresentar dados que permitissem discutir a participação das mulheres na gestão pesqueira, fiz uma análise documental (MOREIRA, 2008) de um conjunto de 78 documentos, sendo a maior parte atas das reuniões disponibilizadas *online*, o que compreendeu um período de 9 anos de reuniões do FLP.

Destaco ainda outros recursos virtuais que utilizei para coleta de dados: a busca de informações utilizando o recurso de solicitação de informações através do e-SIC - Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão<sup>27</sup> e o acompanhamento de listas de discussões que funcionam como fóruns virtuais<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia.  
<<<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>>>

Por último, destaco ainda as conversas e trocas de informações com outras pesquisadoras e pesquisadores que possuem familiaridade com os temas gênero, gestão pesqueira, ou especificamente a Colônia Z3. Estas trocas ocorreram através de emails pessoais, mas também presencialmente em eventos científicos<sup>29</sup> ou tomando um café<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> Acompanhamento há alguns anos listas de discussões relacionadas à pesca, nas quais posso constatar a ausência da discussão sobre gênero no universo pesqueiro, um exemplo é a lista hospedada no *Yahoo! Groups* denominada Pesca Sustentável Brasil, criada em maio de 2004 e atualmente com 445 membros (ver: [https://groups.yahoo.com/neo/groups/pesca\\_brasil/info](https://groups.yahoo.com/neo/groups/pesca_brasil/info)); Recentemente passei a integrar a lista de discussão hospedada no *Google Groups* denominada Genderaquafish. Com 352 membros é uma lista associada à Asian Fisheries Society, coordenada por Meryl J. Williams (ver: <https://groups.google.com/forum/#!forum/genderaquafish>); Cito como outra atividade de pesquisa com trocas de informações através de plataforma virtual, minha participação no cluster de pesquisa “Women and Gender” do TBTI, coordenado por Katia Frangoudes, Siri Gerrard e Danika Kleiber, reunindo diversas pessoas interessadas no tema ao redor do mundo e que, além da troca de informações via lista de email, promove webminars e encontros presenciais, como o que deverá ocorrer na próxima MARE Academic Conference, no mês de Julho deste ano (2017) em Amsterdã - Holanda.

<sup>29</sup> Necessito aqui destacar alguns destes eventos e, em tom de gratidão, mencionar algumas pessoas que fizeram importantes contribuições à esta tese durante as discussões nos eventos:

- Teresa Kleba Lisboa e Luzinete Minella, durante o II CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), realizado em Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013;
- Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão e Edna Alencar, durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, realizado em Florianópolis, de 16 a 20 de setembro de 2013;
- José Colaço Dias Neto e Francisca Miller, durante a 29 Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Natal, de 3 a 6 de agosto de 2014;
- Daniela Kalikoski e Ali Brown, durante a MARE Academic Conference: People and the Sea VIII, realizada em Amsterdã, de 24 a 26 de junho de 2015;
- Mara Coelho de Souza Lago, Eunice Nodari, Gianpaolo Adomilli, Carmen Rial, Simone Frigo e Cibele Dias da Silveira, durante a IV Jornada de Estudos de Pesca do NAVI (Núcleo de Antropologia Visual e Estudos da Imagem / Grupo de Antropologia Marítima e Urbana), realizada em Florianópolis, dias 17 e 18 de agosto de 2016.

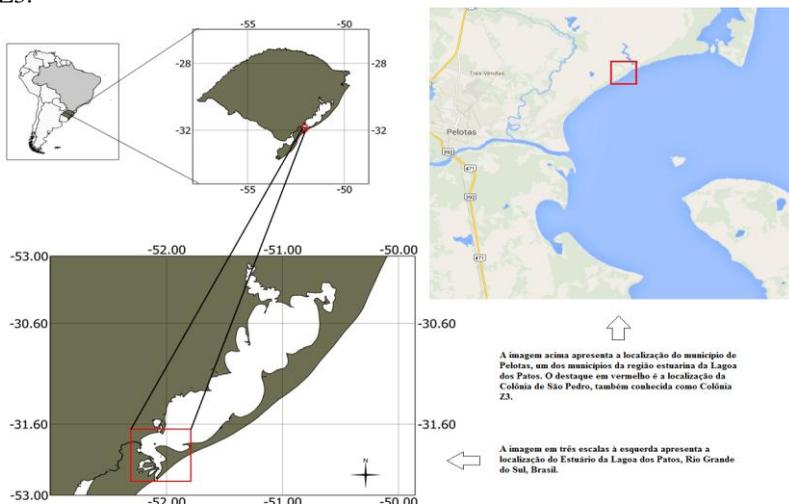
<sup>30</sup> Agradeço também as contribuições de Tatiana Walter, Danieli Moura e Ederson Silva nas diversas conversas sobre o tema ao longo dos últimos anos.

## 5.2 ÁREA DE ESTUDO – A COLÔNIA Z3

A Colônia de pescadores Z3 pertence ao município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul (Figura 2). Situada às margens de uma das maiores lagoas costeiras do mundo, a Lagoa dos Patos (Figura 3), que possui uma extensão em torno de 11.000 km<sup>2</sup>, na qual 9% desta correspondem à uma área estuarina. Cabe salientar que estuários tendem a ser áreas com grande carga energética devido a constante interação entre água doce (lagoa) e água salgada (mar), refletindo em alta produtividade primária, propícia enquanto área “berçário” para desenvolvimento de espécies pesqueiras.

No estuário da Lagoa dos Patos, as espécies com valor econômico capturadas são o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), a tainha (*Mugil platanus*), a corvina (*Micropogonias furnieri*) e o bagre (*Genidens barbatus*), mas outras espécies também figuram na rotina pesqueira das comunidades da região. Além de condições hidrobiológicas ideais para reprodução das espécies citadas, a região apresenta ambiente propício para a pesca artesanal realizada com pequenos barcos, de 5 a 12 metros de comprimento (Figura 4), que se deslocam, sobretudo, na área lagunar (HELLEBRANDT, 2010).

Figura 2 - Localização do Estuário da Lagoa dos Patos; Localização da Colônia Z3.



Fonte: Adaptado de Walter et al. (2014) e Google Maps (2014)

Figura 3- Colônia Z3, às margens da Lagoa dos Patos



Fonte: Ferreira (2010)

Figura 4 - Embarcações na Colônia Z3



Fonte: Acervo pessoal (2011)

Neste contexto propício à pesca artesanal, é fundada no início do século XX a Colônia São Pedro, ou Arroio Sujo (FIGUEIRA, 2009). “Z3” é como as pessoas que ali vivem denominam este local no 2º Distrito de Pelotas, um termo curto para “Colônia Z3”, que algumas vezes é utilizado também por moradores da “cidade” e até como nome para a linha de ônibus, embora uma colônia de pesca seja um espaço institucional e não uma área física (Figura 5).

Figura 5 - Pórtico de entrada da Colônia Z3



Fonte: Acervo pessoal (2011)

A urbanização da Z3 remete à década de 1970<sup>31</sup>, com energia elétrica provida pelo Estado e a construção de uma estrada em boas condições de circulação para ligar a comunidade ao centro urbano do município de Pelotas. Assim, a Colônia Z3, localizada a 20 km do centro do município de Pelotas, conta com 3.166 habitantes, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

---

<sup>31</sup> Esta informação decorre de uma conversa com morador da comunidade, um senhor com 71 anos vividos na Colônia Z3 em dedicação à atividade pesqueira. Inicialmente como pescador, mas que ainda jovem iniciou uma empresa que comercializa pescados com compradores de Palhoça – SC, hoje administrada pelo filho.

(IBGE, 2010), contabilizando tanto o núcleo urbano da comunidade, quanto os setores rurais.

Hoje percebida como um bairro da cidade, com diversas “facilidades” urbanas (água, luz, internet, posto de saúde, escola secundária, transporte público com horários regulares, mas também usuários de crack e aumento de criminalidade) não é a única comunidade pesqueira de Pelotas, mas é a que concentra a maior parte dos mais de 1.000 Registros Gerais da Atividade Pesqueira - RGP's ativos no município<sup>32</sup>. Na rua de entrada da comunidade, costeando a Lagoa dos Patos estão as peixarias que comercializam os pescados diretamente aos consumidores (Figura 6). Também nesta rua está o restaurante “Ondas do Mar”, onde Adriana oferece alimentos à base de pescados para quem visita a comunidade durante o ano todo (Figura 7).

Figura 6 – Peixarias da Colônia Z3



Fonte: Acervo pessoal (2017)

---

<sup>32</sup> Segundo dados do MPA para 2012 haviam 1.326 RGP's ativos no município de Pelotas. Para 2014, os dados informados pelo MPA foram de 1.121 RGP's ativos no município.

Figura 7 – Restaurante Ondas do Mar



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Tem colonização açoriana (FIGUEIRA, 2009) com grande contribuição dos “catarinas”<sup>33</sup>, relação que se mantém explícita atualmente na cadeia produtiva do camarão-rosa, já que 80% do camarão capturado na Z3 têm como primeiro destino empresas Catarinenses de Laguna e Palhoça, seguindo dali tanto para o Mercado Público de Florianópolis, como para os Estados do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e para o exterior. Esta relação antiga com os “catarinas” pode ser encontrada na dissertação de mestrado em Antropologia de Carmen Rial (1988). A autora descreve os fluxos migratórios dos pescadores da Lagoa da Conceição (Florianópolis - SC) para a pesca embarcada em Rio Grande e São José do Norte, da qual muitos voltavam à Santa Catarina, mas alguns casavam e passava a morar na região de Rio Grande, seguindo a vida na pesca por ali. A ocupação da Colônia Z3 pelos “catarinas” também foi descrita por Figueira (2009) O autor identificou quatro ciclos migratórios para o povoamento da Colônia Z3:

---

<sup>33</sup> Como denominam as pessoas oriundas do estado de Santa Catarina.

[...] o estabelecimento de grupos no espaço se deu em quatro fases. [...] Na primeira fase, no início do século XX, os moradores eram do Estado do Rio Grande do Sul, agricultores de cidades como Piratini, Tapes, Viamão e Rio Grande. Já numa segunda fase, à partir da década de 1950, vieram grupos oriundos do Estado de Santa Catarina [...]. A partir da década de 1960 começaram a vir famílias oriundas de uma ilha conhecida como “Ilha da Feitoria”, localizada à uma hora de barco da Colônia Z3. Numa fase final, a partir do início da década de 1990, chegam grupos oriundos das periferias urbanas e da zona rural de Pelotas. Segundo relatos, o principal objetivo de todos que se estabeleceram no local sempre foi a melhoria da qualidade de vida, através da atividade pesqueira na Lagoa dos Patos. (FIGUEIRA, 2009, p. 39 - 40)

Sobre instituições representativas da pesca artesanal, a Colônia Z3 possui um Sindicato (Figura 8) e uma Colônia (Figura 9). A sobreposição representativa é destacada por Danieli Moura em sua tese de doutorado:

A Colônia de Pescadores Z-3 possui um Sindicato, o Sindicato dos Pescadores do Município de Pelotas [...], que em sua fundação em 29 de junho de 1921, recebeu a denominação de Colônia, mas que no ano de 1987 trocou sua razão social para Sindicato. O Sindicato encontra-se registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, é filiado à Federação dos Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul e possui assento junto ao Fórum da Lagoa dos Patos. Mais recentemente, em 18 de outubro de 2012 temos a criação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores Profissionais e Artesanais de Pelotas, surgida como contraposição à política desenvolvida pelo Sindicato. Apesar da Constituição Federal em seu art. 8º consagrar o Princípio da Unicidade Sindical, entendendo-se que não poderá haver a existência de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base

territorial, há hoje na Z-3 uma disputa entre essas duas entidades em relação à sua legalidade. (MOURA, 2016, p. 115 - 116)

Figura 8 – Sede do Sindicato de Pescadores e Aquicultores de Pelotas



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Figura 9 – Sede da Colônia de Pescadores e Aquicultores Profissionais Artesanais de Pelotas



Fonte: Acervo pessoal (2014)



## 6 AS MULHERES NA PESCA ARTESANAL DA COLÔNIA Z3

### 6.1 RELAÇÕES DE GÊNERO NA COLÔNIA Z3

Quem são as mulheres da Z3? Abaixo reproduzo trechos de 4 entrevistas que realizei durante a pesquisa. Estes trechos sintetizam como as mulheres da Z3 se envolvem com a atividade pesqueira, como estruturam o seu cotidiano em torno dessa atividade, as dificuldades a que estão sujeitas e especialmente como são suas relações de gênero.

- Lessa, tem 56 anos todos vividos na Z3. Separada do marido, tem 2 filhos:

*Eu criei meus 2 filhos embaixo de uma barraca. Meu primeiro filho mesmo, ele já foi com 3 meses pra dentro de um bote [...] porque não tinha com quem deixar né.*

Nascer, se criar, continuar na pesca é lugar comum nestas comunidades, seja em atividades de pós-captura:

*Eu me criei aqui dentro trabalhando sempre no peixe, no peixe mesmo a gente trabalha desde os 8, 9 anos de idade, limpando peixe, camarão, tudo, tudo que é peixe.*

Ou na captura:

*Primeiro eu comecei assim com a minha mãe. A gente ia pescar o camarão assim de rede na época assim de cair n'água, que agora é proibido né, mas antes não era. Aí depois eu me casei aos 15 anos e o meu marido era pescador, aí eu seguí pescando junto.*

- Cleia tem 54 anos, também nascida e criada na Z3:

*Toda a vida, só sei... te falo tudo sobre pesca, sobre mar, sobre rede, sobre vento, tudo.*

Conhecimento adquirido pela vida acontecendo em torno da atividade pesqueira:

*Com 12 anos comecei a trabalhar na salga, na Solisa, a gente descascava peixe, limpava peixe, salgava, gelava, sabe? Daí foi aquela coisa de*

*envolvimento com peixe, aí eu casei, meu marido começou a pescar daí eu comecei com ele, sabe, pra não botar outro pra pescar junto.*

Vida e pesca, se cruzando e definindo papéis:

*Eu ia com ele, aí quando os guris nasceram aí eu parei. Tenho 4 filhos homens e uma filha mulher.*

- Dulce, 43 anos, descreve assim seu envolvimento com a pesca:

*Eu sempre fiquei assim nessa atividade e na verdade isso já vem de criança porque o meu pai era pescador, então assim, ele teve 4 filhas, as mais velhas eram as 4 mulheres e tinha o meu irmão que era o mais novo, até pescou bem pouco ele aí, estudou, se formou, não vive mais da pesca. Eu sempre vivi nessa função, desde criança o pai tinha um galpão ali perto da Torquato Pontes e ali a gente escalava bagre com ele, ele chegava e a gente era criança, ajudava né, sempre, sempre nessa função de pesca.*

Com o primeiro casamento, em 1990, e também com o segundo casamento, a pesca continua:

*Eu sou aqui da Z3, só que nessa época que eu to te falando, em 90, quando eu comecei que daí eu casei e as coisas aqui ficavam ruins, a gente ia pra pescar em Santa Vitória lá, lá na Mirim [...] aí depois me separei desse, do meu primeiro marido e arrumei um segundo pescador, (risos) é o destino né, só pescador.*

- Adriana, 42 anos, também nascida e criada na Z3:

*Sou filha de pescador, fiz o fundamental, depois fiz aqueles cursinhos no IF-Sul, não consegui passar, logo em seguida casei, casei com pescador. Saí da vida que eu levava com meu pai e entrei na vida com pescador igual [...] na época do meu pai, no caso, ele que pescava e a gente é que limpava né. Eu vivia na praia ali, moda guri, mas era mais mesmo limpando peixe em casa. Aí quando eu casei não, aí eu comecei a acompanhar.*

Também com 2 filhos, descreve assim a forma de conciliar a atividade produtiva da pesca com a maternidade:

*Eu fiquei 2 anos em Santa Izabel que é município de Arroio Grande, aí eu fiz a minha matrícula de pesca em Arroio Grande, mas eu pescava direto, mas como eu ainda tinha a minha mãe, a minha mãe me ajudou a criar meu filho mais velho, mas depois de Santa Izabel, dois anos que eu tive lá e voltei pra cá, vim*

*grávida do meu mais novo, aí eu perdi a minha mãe com 2 meses, tinha 2 meses que ele nasceu, e aí quer dizer que eu tive que parar de ir pro mar. Mas eu passava a semana toda e voltava só fim de semana porque a minha mãe cuidava do filho, entendesse. Ele estudava com 6 anos e ela ficava com ele em casa. Mas conforme ela faleceu, não, eu tive que assumir a casa, e tanto pra ele estudar, né. Pra dar pra ele estudar. Até 6 anos ele viajou comigo, andava no bote comigo, até quando chegou 6 anos, na época de escola.*

Apesar da semelhança do histórico de vida que levou ao envolvimento com a atividade pesqueira, pela ótica produtiva da pesca cada uma destas 4 mulheres ocupa uma posição diferente. Uma delas trabalha na cooperativa da fábrica de gelo, outra trabalha em uma salga, outra é secretária da Colônia, e a outra é representante do MPPA<sup>34</sup>.

Assim também acontece com as outras entrevistadas da pesquisa. Algumas trabalham em salgas, outras com pescado exclusivo

---

<sup>34</sup> MPPA - Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais de Pelotas. Criado em 2003, segundo Danieli Moura, a “organização facilitou a relação da comunidade zetreense com o Poder Público” (MOURA, 2016, p. 129). Possui como principais bandeiras de luta (grifo meu):

- O resgate e afirmação cultural da pesca artesanal;
- Incentivo a formas alternativas de organização como grupos coletivos, associações, cooperativas, etc.;
- A exigência de extensão pesqueira com profissionais qualificados para o trabalho em comunidades de pescadores;
- Fomento de formas alternativas de comercialização e agregação de valor ao pescado;
- Manejo adequado dos recursos hídricos para sua preservação;
- Manutenção dos direitos sobre o livre acesso aos estoques pesqueiros, exigindo o estabelecimento e a proteção de áreas de uso exclusivo para os pescadores artesanais e para que seja proibida a prática de pesca predatória nas “bocas da Barra” permitindo, assim, a entrada dos cardumes nas águas do estuário;
- Fiscalização diferenciada para o pescador artesanal, de modo a se promover a cidadania do trabalhador e reprimir a comercialização de pescado abaixo do tamanho mínimo permitido pela legislação vigente;
- Legislação adequada e promoção de políticas públicas para o setor;
- Reconhecimento do trabalho da mulher pescadora na água ou em terra;
- Legislação previdenciária e trabalhista específica para o pescador artesanal;
- Seguro para frustração de safra;
- Manutenção do seguro em períodos de defeso;
- Que só possa ser considerado pescador artesanal aquele que realmente viva da pesca, ficando apenas um órgão em nível federal responsável pela emissão do documento.

proveniente do núcleo familiar. Das entrevistadas, também outras 2 trabalham na cooperativa e outra possui um quiosque para venda de alimentos a base de peixe (pastéis, empadas, etc). Mesmo com toda a diversidade de atividades em torno da pesca, o começo na atividade é semelhante. Os projetos de vida se atrelam ao cotidiano da comunidade, reproduzindo um ciclo de nascer, casar e criar os filhos em torno da atividade pesqueira artesanal. Nas conversas, percebi também que a renda advinda da atividade pesqueira é empregada num projeto de vida de possibilitar financeiramente o estudo para os filhos, de forma que venham a ter uma alternativa de vida fora da pesca.

### 6.1.1 A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes

A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes acontece no dia 2 de fevereiro e marca a abertura da safra do camarão. Além do caráter religioso, é também uma das atrações do calendário turístico do município. Em 2014, por exemplo, o número de participantes foi o dobro do número de moradores da Z3. Em torno de 6 mil pessoas foram prestigiar a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes na Colônia Z3, segundo os jornais locais. “Tem povo que vem por fé, tem povo que vem pela barriga.” foi o relato de um pescador no texto de Bairros; Moura; Rieth (2007), traduzindo a ressignificação da festividade ao longo de mais de 60 edições.

No texto que segue apresento uma contextualização da festividade e um relato da minha experiência de acompanhar a festividade no ano de 2014. Ao longo do relato, faço algumas observações sobre as relações de gênero e o papel das mulheres da comunidade para a ressignificação da festividade enquanto um evento turístico.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Como expliquei, o relato que faço refere-se à minha experiência de acompanhar a Festa no ano de 2014. Porém, como ainda estava finalizando o texto da tese em 2 de fevereiro de 2017, acompanhei também a 86ª edição da Festa, o que explica algumas das imagens apresentadas neste capítulo com a identificação do ano entre parênteses. Inspirada na seção do livro “Travestis: entre o espelho e a rua” de Hélio R. S. Silva (2007. Ed. Rocco) intitulada “O fim do campo”, voltei à Colônia Z3 sem poder evitar o olhar comparativo entre as 2 edições da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes que acompanhei. Faço dois destaques principais: um público menor nesta edição devido à pouca divulgação por parte da Prefeitura de Pelotas - apesar da Prefeita marcar presença na festa, conforme <<<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNy0wMi0>

## - Mudanças ao longo do tempo

No Brasil, dia 02 de fevereiro é feriado nas cidades litorâneas. O dia é dedicado à devoção da Santa que na religião católica é identificada como Nossa Senhora dos Navegantes. No município de Pelotas, a celebração à Nossa Senhora dos Navegantes foi instituída oficialmente em 1932.

Apesar da intensa identificação da padroeira como protetora dos pescadores, relatada em festividades semelhantes em outras localidades litorâneas do país (CAVEDON, 1992; LIMA, 2007), Farinha (2012) chama atenção que no município de Pelotas a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes iniciou-se com uma outra identificação:

[...] a festa, em outras cidades brasileiras, tem origem no ofício do pescador. Vale ressaltar que a antiga Festa de Navegantes de Pelotas foge deste contexto, sendo elaborada não sob o contexto do trabalho do pescador, mas pela proximidade do Bairro ao Porto de Pelotas, onde ocorria intensas atividades portuárias, comerciais, lugar de trabalho e moradia de operários, trabalhadores de fábricas do bairro, dentre outros. Contudo, ela serve também aos pescadores e aos embarcados, mas mais amplamente a uma população não embarcada que vivia na região. (FARINHA, 2012, p. 44)

Até o ano de 1962 a festividade no município ocorria no bairro portuário, de acordo com o formato e identificação descritos por Farinha, porém na sua 31ª edição, em 1963, a coordenação da festividade deixa de pertencer à entidade religiosa da Igreja Matriz do Porto e passa para o comando da Capitânia dos Portos. Com esta alteração, algumas atividades da Festa de Nossa Senhora dos

---

wMg==&codnoticia=44163>> acesso em 8 - Fev - 2017; e a prática de *selfies* junto à imagem de Nossa Senhora dos Navegantes que, embora esta prática de fotografia remonte pelo menos ao ano de 2002 (<<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/11/131119\\_selfie\\_oxford\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/11/131119_selfie_oxford_fn)>> acesso em 8 - Fev - 2017), passou a ser largamente difundida a partir da *selfie* tirada pela atriz Ellen Degeneres na edição de 2014 do Oscar (<<<https://www.theguardian.com/media/2014/mar/07/oscars-selfie-most-retweeted-ever>>> acesso em 8 - Fev - 2017), ocorrida em março daquele ano, após a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de 2014.

Navegantes passam a ocorrer na Colônia Z3. Dentre as atividades na Colônia Z3, a autora destaca a ênfase da mídia local ao “almoço beneficente” ocorrido na colônia de pescadores. No ano de 1970 a festividade migra definitivamente para a Colônia Z3.

Farinha (2012, p. 15) atenta que esta mudança de localidade atribuiu uma mudança de significado à festividade. A autora argumenta que a devoção à Nossa Senhora dos Navegantes tem estrita relação à territorialidade, num primeiro momento, quando era realizada em um bairro de trabalhadores portuários, e no segundo momento, quando passa a ser cultuada por trabalhadores do mar – o qual a autora denomina como “Descaracterização da Festa de Navegantes”. Um dos motivos citados pela autora é o sincretismo religioso que a Festa de Navegantes passa a apresentar quando da mudança para a Colônia Z3, o qual Kosby (2008) relata em um texto etnográfico.

Em seu texto, Kosby (2008) descreve como se dá a festa de Iemanjá, na madrugada do dia 02 de fevereiro, em Balneário dos Prazeres, uma localidade próxima à Colônia Z3. A festa da orixá de umbanda Iemanjá é marcada pela participação dos praticantes desta religião, em danças e consumo de bebidas e comidas doces, e oferendas de flores, velas e objetos simbólicos de beleza como espelhos e pentes, para a Rainha das Águas. Na sequência do texto, a autora descreve como se dá o início da procissão lacustre da imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, que sai da Colônia Z3 às 15:00 h e encontra a imagem de Iemanjá nas águas à altura do Balneário dos Prazeres:

O encontro da orixá Iemanjá com Nossa Senhora é uma homenagem mútua, é um encontro planejado por representantes da Igreja Católica e da Federação de Cultos Afro-brasileiros. No planejamento do ritual, o cortejo faz duas voltas em círculo, no meio da Lagoa dos Patos, assim que chega ao encontro dos devotos de Iemanjá, reverenciando a orixá e dispondo a santa em reverência. (KOSBY, 2008, p. 29)

Mas antes da migração oficial da festividade para a Colônia Z3, a comunidade já se preparava para acolher a festividade. Figueira (2009) destaca que as entrevistas que realizou com moradores da Colônia Z3, trazem a memória sobre a construção do Santuário de Nossa Senhora dos Navegantes (Figura 10), em período anterior ao início da década de 1960.

Segundo relatos esse santuário, conhecido na Z3 como “Igreja”, foi “construído pelos peixes”, pois conforme as boas safras da época, os pescadores doavam uma porcentagem de seu lucro para a sua construção. [...] Como nem todos os anos havia boas safras, a igreja demorou algum tempo para ser finalizada. A religiosidade manifestada na *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes* por ser uma celebração que une moradores e turistas numa comunhão em respeito à divindade e respeito à morte, agradecimento à santa por graças alcançadas, pedidos de proteção e de causas diversas e pagamento de promessas, oportuniza que moradores e turistas participem conjuntamente da celebração de veneração dessa entidade. (FIGUEIRA, 2009, p. 103)

Dos autores consultados, Figueira é o que melhor destaca a interação entre moradores da comunidade e turistas, dando ênfase que esta interação possibilita a convivência entre a tradição cultural e ritualística da festividade, com os interesses de mercado e promoção turística da comunidade. Destaca ainda que há um sentimento coletivo quando os moradores se unem para enfeitarem as casas e barcos com pequenas bandeiras azuis e brancas (Figuras 11 e 12), e as mulheres preparam os alimentos para o almoço da Festa. Contudo, alerta que, embora a interação aconteça, os espaços de ação e participação permanecem delimitados:

[...] é importante citar que durante este evento o público se divide em duas etapas. No ambiente físico-estrutural do mesmo, pela manhã e tarde, circulam turistas, mas a partir do momento que inicia, bem quando termina a procissão lacustre dos barcos, através da Lagoa dos Patos, o público predominante do evento é basicamente composto por moradores da Colônia de Pescadores Z3. (FIGUEIRA, 2009, p. 105)

Em outro texto, Bairros; Moura; Rieth (2007) apresentam uma perspectiva a partir da análise dos atrativos turísticos da festividade. Destacam a gastronomia e entrevistas que fazem referência à participação na Festa apenas pelo apelo da culinária local, citando que “além do pastel (de siri), havia camarão frito, bolinho de peixe,

casquinha de siri, entre outros, o que confirma o comentário de um pescador: Tem povo que vem por fé, tem povo que vem pela barriga.” (BAIROS; MOURA; RIETH, 2007).

Figura 10 – A Igreja / Santuário de Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Figura 11 – Casas decordas para a Festa



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Foto 12 – Embarcações decoradas para a Festa



Fonte: Acervo pessoal (2014)

### **- Turista – Pesquisadora**

A divisão quanto ao público que Figueira destacou está relacionada à ressignificação da Festa. Se Farinha percebe como uma “descaracterização”, o que eu percebi nas conversas que tive durante as visitas à comunidade nos dias anteriores ao 2 de fevereiro foi uma grande expectativa. Conforme o mês de fevereiro ia se aproximando, meus contatos na comunidade falavam mais e mais sobre a festa, com uma certa ansiedade. Ansiedade e esperança econômica, era o que eu percebia, principalmente nos diversos convites que Adriana me fez para que eu acompanhasse a Festa. Adriana, como em todos os anos, participaria da Festa com uma barraquinha de comida (Figura 13) e, se a safra de camarão por mais um ano não estava boa, o grande volume de alimentos comercializados durante a Festa era a esperança dela para incrementar a renda familiar.

Assim, dia 02 de fevereiro de 2014, pouco menos de 10:00 a.m. eu estava dirigindo rumo à Colônia Z3. Um pouco preocupada em não me atrasar e perder o início da Festa. “Começa lá pelas 10” dizia-me Adriana nas visitas que fiz à comunidade nos dias anteriores à Festa. Apesar de pesquisar na comunidade há 3 anos, esta seria a primeira vez

que eu participaria da famosa Festa de Nossa Senhora dos Navegantes na Z3. O caminho não é longo, cerca de 20 km, porém, boa parte em estrada de terra. As condições da estrada não são as melhores, na noite anterior, uma forte chuva prejudicou a estrada. Contudo, suas condições habitualmente não são boas, e esta é uma antiga requisição dos moradores da comunidade: uma via asfaltada que deixaria mais rápido e mais seguro o transporte entre a comunidade e o centro do município de Pelotas. O asfalto facilitaria tanto o escoamento dos pescados, como o vai e vem diário dos moradores que desistiram da pesca e hoje exercem outras atividades no centro da cidade. De qualquer forma, os pouco mais de 20 km não pareceram empecilho para a população da região. Os carros, mesmo os modelos populares, conseguiram vencer a estrada esburacada e escorregadia. Quem não tinha carro, pode contar com o ônibus de hora em hora (Figuras 14 e 15). Afinal, valia a pena enfrentar a distância e o dia muito quente para participar de uma das festividades que faz parte do calendário turístico do município.

A festa religiosa atrai fiéis e devotos da padroeira das águas, mas boa parte vai até a comunidade em função da gastronomia: “tem povo que vem pela fé, tem povo que vem pela barriga”, como comentou um pescador entrevistado por Bairros; Moura; Rieth (2007). Isto é notório na praça de alimentação (Figura 16) instalada ao lado do Santuário de Nossa Senhora dos Navegantes – a igreja construída pelos peixes, segundo o dito local, uma vez que sua construção acelerava com as contribuições financeiras dos pescadores em anos de boa safra e estancava nos anos em que as redes voltavam vazias. Neste dia quente, a igreja era refúgio para quem queria escapar da sensação térmica que passava os 40°C (Figura 17).

Dia quente, de céu limpo, totalmente azul. Azul, quase no mesmo tom do manto de Nossa Senhora dos Navegantes. Combinava também com a cor da igreja, da tenda da praça de alimentação, da decoração das casas e dos barcos e, claro, com o azul do “mar”, a água da Lagoa dos Patos. Da água vem também a outra figura central desta festa. Se, por um lado, a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes é devotada pela fé, do outro lado está o símbolo da devoção da festa pelo estômago: a tainha assada. A tainha assada é o único dos pratos do festival que é preparado por homens, numa grande churrasqueira montada na parte de trás do Salão Paroquial (Figura 18), e ao lado da praça de alimentação, reafirmando o status simbólico do assado no triângulo culinário explicitado por Lévi-Strauss (1979). Todas as barracas da praça de

alimentação são operadas por mulheres<sup>36</sup>, oferecendo quitutes à base de pescados que elas próprias limpam, processaram e prepararam nos dias que antecedem a festa (Figuras 19 e 20). O arroz e a salada de batatas com peixe, que servem de acompanhamento à tainha assada, também são preparados por elas, e devem ser resgatados nas bancas da praça de alimentação antes ou depois de pegar a tainha assada na churrasqueira comandada por homens.

Após o almoço, por volta das 3:00 p.m., as duas imagens de Nossa Senhora dos Navegantes deixam a igreja nos braços dos homens da comunidade (Figuras 21, 22 e 23). À frente do cortejo, o fogueteiro vai anunciando a passagem da Santa pelos 500 metros que separam a igreja e as águas (Figuras 24 e 25). Nas águas, diversos barcos decorados aguardam a chegada das imagens e dos devotos que seguiram o cortejo (Figura 26 e 27). Muitos destes barcos estão equipados com cadeiras de bar de uma marca bastante consumida de cerveja (Figura 28)<sup>37</sup>, para que os devotos que quiserem acompanhar a procissão lacustre possam sentar, após pedirem permissão do dono do barco para ingressarem na embarcação. Vão assim, junto com as imagens de Nossa Senhora dos Navegantes, deixando as águas da Colônia Z3, até o próximo ano (Figuras 29, 30 e 31).

---

<sup>36</sup> Na edição de 2017 havia uma barraca especializada em pastéis de sabores variados (não somente de pescados), na qual haviam homens trabalhando.

<sup>37</sup> Na edição de 2017 os barcos não estavam equipados com as cadeiras da marca de cerveja. Além das acomodações já existentes nas embarcações, algumas pessoas carregavam cadeiras de praia para sentar à bordo das embarcações durante a procissão lacustre.

Figura 13 – Adriana na barraca Ondas do Mar



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 14 – Carros de visitantes da Festa



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 15 – Ônibus que faz a linha Centro – Colônia Z3 – Centro



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Figura 16 – Praça de alimentação



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 17 – Cachorro buscando refúgio do calor dentro da Igreja



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 18 – A churrasqueira onde as tainhas são assadas



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Figura 19 – Banca com opções de alimentos à base de pescados



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Figura 20 – Banca com opções de alimentos à base de pescados



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 21 – Imagem de Nossa Senhora dos Navegantes deixando o Santuário



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Figura 22 – As 2 Imagens de Nossa Senhora dos Navegantes sendo carregadas rumo à Lagoa



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 23 – Imagem de Nossa Senhora dos Navegantes nos braços dos homens da comunidade



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 24 – Imagens de Nossa Senhora dos Navegantes rumo à Lagoa dos Patos



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Figura 25 – Fogueteiro anunciando a assagem das imagens de Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 26 – Imagem menor de Nossa Senhora dos Navegantes pronta para a procissão lacustre



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Figura 27 – Imagem de Nossa Senhora dos Navegantes sendo colocada no barco para a procissão lacustre



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Figura 28 – Embarcação preparada para levar os devotos durante a procissão lacustre



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 29 – Início da procissão lacustre



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 30 – Procissão lacustre



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 31 – Procissão lacustre



Fonte: Acervo pessoal (2017)

### **6.1.2 A Cooperativa Mulheres da Lagoa**

O primeiro contato que tive com a Cooperativa Mulheres da Lagoa foi em agosto de 2013. Na época, conforme me explicou uma das associadas, a principal atividade da cooperativa era a produção de gelo para vender localmente e, embora a “máquina [estivesse] com muita dificuldade, fazendo muito pouco gelo”, a produção diária de 2 toneladas supria parte da demanda da Colônia Z3. Sem esta alternativa, o gelo - essencial para a conservação do pescado - precisa ser comprado de empresas de fora da comunidade, acarretando inclusive gasto com transporte. A comercialização local do gelo era feita com preços diferenciados de acordo com quem compra, como explicou a associada: “pescador a gente vende a R\$ 2,50 e pra outros é R\$ 3,00, pra atravessador”. Em entrevistas com comerciantes de pescado, o valor informado foi geralmente de R\$ 3,50 a caixa com 20 kg de gelo.

De qualquer forma, a proximidade e disponibilidade para aquisição do gelo de acordo com a necessidade foi destacada como positiva pelos comerciantes de pescado. A disponibilidade do gelo para quem precisa vai além da quantidade e proximidade, é uma

disponibilidade também de acordo com o tempo. Como explicou a associada, o horário de funcionamento da cooperativa ia das 7:00h às 20:00h, sem fechar ao meio dia, mas a disponibilidade do tempo de acordo com a necessidade se dá de outra forma durante a safra: “nós em época de safra nós não fechamos, fica aberto direto, a gente dorme aqui porque não tem hora pra chegar do mar, chegam meia noite, uma hora, duas horas, os guris gritam e a gente levanta”, enchendo e fornecendo então quantas caixas de gelo o comprador necessitar.

Na época deste primeiro contato, a Cooperativa funcionava com 12 pessoas, todas mulheres, mas chegou a ter 30 mulheres quando foi criada, em 2011. A história da criação da Cooperativa Mulheres da Lagoa é um exemplo da capacidade de mobilização característica das mulheres da Colônia Z3. Anos antes, uma outra cooperativa havia sido inaugurada na Colônia Z3, a Lagoa Viva surgiu em 2005 com investimentos de políticas públicas de ordem federal e estadual, e contava com planta de processamento de pescados, fábrica de gelo e automóveis. Por conta de divergências políticas e falta de experiência de pessoas cujo modo de vida é baseado na atividade pesqueira em lidar com questões burocráticas, em 2010 a Cooperativa Lagoa Viva foi fechada, ficando uma dívida gigantesca, quase na casa de 1 milhão de Reais<sup>38</sup>. No ano de 2011 um grupo de mulheres que havia trabalhado no processamento de pescados durante o funcionamento da Lagoa Viva decidiu se organizar e utilizar a estrutura para voltar a atender a demanda por gelo da comunidade. Em 2013, o grupo conseguiu o CNPJ para funcionar na estrutura deixada pela Lagoa Viva, mas sob a forma de uma nova cooperativa, a Mulheres da Lagoa. Inicialmente a ideia delas era somente reativar a Lagoa Viva, mas por conta das dívidas, foram aconselhadas a abrir uma nova Cooperativa. As imagens abaixo apresentam a fábrica de gelo, administrada pela Cooperativa Mulheres da Lagoa. A primeira imagem (Figura 32) foi feita no começo de 2011, quando o prédio estava desativado e as mulheres ainda não o haviam ocupado. Na segunda imagem (Figura 33), feita em 2013, a Cooperativa Mulheres da Lagoa já estava em funcionamento, produzindo gelo para a comunidade. As próximas imagens (Figuras 34, 35 e 36) são do interior da câmara fria, onde o gelo é armazenado para comercialização.

---

<sup>38</sup> Conforme <http://www.camarapel.rs.gov.br/imprensa/noticias-do-legislativo/comissao-que-investiga-cooperativa-lagoa-viva-quer-conhecer-destino-dos-bens/>

Figura 32 – Prédio desativado da fábrica de gelo



Fonte: Acervo pessoal (2011)

Figura 33 – Prédio da fábrica de gelo sob administração da Cooperativa Mulheres da Lagoa



Fonte: Acervo pessoal (2013)

Figura 34 – Entrada da câmara fria na fábrica de gelo



Fonte: Acervo pessoal (2013)

Figura 35 – Gelo armazenado na câmara fria da fábrica de gelo



Fonte: Acervo pessoal (2013)

Figura 36 – Gelo acondicionado em caixas para comercialização



Fonte: Acervo pessoal (2013)

A perspectiva de uma fonte de renda advinda da pesca, além de contribuir para a comunidade, fez com que a Cooperativa Mulheres da Lagoa atuasse fortemente pelo menos até 2015. Atualmente as atividades estão suspensas, e o prédio novamente desativado, pois os custos de mantê-lo em funcionamento são muito altos frente às safras frustradas enfrentadas nos últimos anos. Em maio de 2014 entrevistei Cléia, uma das administradoras da Cooperativa Mulheres da Lagoa, que relatou como surgiu a cooperativa:

[Cléia] aqui foi assim ó. Nós começamos a trabalhar na sardinha, lá na outra, na agroindústria. Tinha um rapaz aqui que tava trazendo sardinha do Paraná e a Suzi como tinha a chave, reuniu um grupo de mulheres, umas 30 e fomos limpar sardinha lá. Abrimos e fomos. Não tinha água não tinha nada, nós arrumamos tudo e fomos.

Perguntei então sobre as 30 mulheres, ao que Cléia respondeu enfatizando a identidade atrelada à atividade pesqueira e a importância econômica que isto teve para elas:

[Cléia] todas são pescadoras, todas já trabalhavam com peixe [...] naquela época ruim foi uma mão na roda, coisa mais boa, tirava 300, 300 e pouco toda semana.

Após esta organização inicial para trabalhar no processamento, surgiu a ideia da Cooperativa, que Cléia descreve no trecho abaixo, enfatizando a iniciativa de retomada de um espaço físico abandonado à ação do tempo:

[Cléia] um dia a Suzi nos chamou e disse “Gurias, quem sabe nós pegar a cooperativa do gelo?”, que é essa aqui. O pátio o capim era bem alto e asurias disseram assim vamo? Vamo. Viemos e limpemos tudo, fizemos a máquina funcionar.

Da iniciativa, limpeza do pátio e colocar a máquina de gelo a funcionar, se passaram 3 anos até esta conversa com Cléia. Neste período conseguiram regularizar a Cooperativa com CNPJ, mas as dificuldades persistiram por conta das safras frustradas e pouco apoio institucional, como descrito na seguinte passagem:

[Cléia] Só que assim, fica difícil que a gente não pode manter as 30 aqui. Quando tem camarão a gente bota asurias aqui, sabe? Botamos 1 mês, asurias limpam numa boa né e dá dinheiro pra elas. A nossa ideia era abrir a outra lá, mas é muita burocracia, bah, é muita dívida da Lagoa Viva né. Agora tem aí, o nosso CNPJ tudo direitinho, só que ajuda de ninguém nós não temos.

E, com orgulho, cita como descreveu o trabalho da Cooperativa para um outro grupo que visitou a comunidade no mesmo dia de nossa conversa. Neste trecho, enfatiza também a confiança conquistada junto a comunidade:

[Cléia] até hoje veio um grupo, lá de Santa Vitória, umas mulher que trabalham com artesanato, vieram aqui ver o que que nós fizemos né, aí nós mostramos. Veio uns homens e aí eu peguei e disse prasurias, um monte de senhoras né, só não trabalho com homem junto, só mulher

em volta, Logo que nós pegamos aqui, os caras ficaram meio desconfiados, pescador dizia ah mulher, se os homens já quebraram...nó tamos aqui. Ah, aí sei que agora não, tu fala pra eles que vão tirar daqui e eles ficam loucos.

Ainda na mesma entrevista, Cléia fez observações sobre a importância da Cooperativa para a sua vida:

[Cléia] eu pra te falar a verdade sempre trabalhei, sempre. Aí eu tinha dado uma parada. Fazia uns 20 anos que eu tava estacionada mesmo, só em casa e quando dava camarão limpava. Aí as gurias convidaram pra sardinha, pra mim foi bom sabe, porque a gente assim, conversa todo o dia e é diferente, que vai dar e daí tu tem sempre, sabe, e nós semo assim, como eu tava conversando eu e as gurias, nós semo assim, como se nós fosse da família, entende? A gente se abre muito uma com as outras, confiando.

E também para a comunidade:

[Cléia] nós assim ó, nós aqui nós trabalhamos é pro pescador, não pra atravessador, se o pescador chegar aqui e tiver 15 caixas de gelo e o atravessador quiser, por 5 reais, nós vamos vender é pro pescador, porque o atravessador ganha dinheiro é na conta do pescador.

Neida, outra cooperada complementou sobre a importância econômica da Cooperativa para a comunidade em entrevista que realizei em outubro de 2014:

[Neida] é isso que a gente tá lutando aqui pra gente conseguir tudo e a gente tá tentando com todos os políticos e relações públicas e a gente já foi a Porto Alegre pra tentar reabrir aquela lá que aquela lá emprega 30 mulheres e não são 30 mulheres, são 30 famílias que cada mulher tem 4, 5 filhos e umas não tem nem marido e outras o marido pesca então quando nos proibiram lá mesmo de trabalhar com a sardinha, aí ele trouxe a sardinha pra cá, arrumou umas mulheres que

trabalham aqui pra ele direto. A gente tava fazendo uns 300, 400 reais por semana, todo sábado tu sabia que tinha aquele dinheiro lá.

### **- Suspensão das atividades da Cooperativa**

Em junho de 2015 o grupo de pesquisadoras do projeto “cadeia produtiva” realizou o Seminário Mulheres da Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal e na ocasião algumas participantes informaram que as atividades da Cooperativa Mulheres da Lagoa estavam interrompidas por conta das dificuldades de manutenção do prédio e das subseqüentes safras frustradas de camarão (HELLEBRANDT; WALTER; ANELLO, 2015, p. 20). Em março de 2016 voltei a contatar algumas mulheres do grupo. Suzi, que era a presidente da Cooperativa Mulheres da Lagoa, estava agora trabalhando em um comércio local e me confessou que a Cooperativa ainda estava com as atividades interrompidas. O grupo tinha algumas reuniões agendadas com um grupo de apoio da Universidade Católica de Pelotas para tentar alguma solução de reativação, mas ela não tinha muitas esperanças e, caso reativassem a Cooperativa, pretendia deixar a presidência.

### **6.1.3 A Etapa de beneficiamento**

No ano de 2014, quando passava pelo Mercado Público de Pelotas, encontrei bancas que comercializavam o camarão-rosa da Lagoa dos Patos, limpo, ao preço de R\$ 49,00 o quilo. Inicialmente considerei que o preço elevado correspondia à época do ano, pois este valor foi constatado em janeiro, período em que a pesca desta espécie está proibida na região<sup>39</sup>. Apesar da expectativa de queda do preço nos próximos meses, mais uma safra frustrada fez com que o preço ao consumidor final não variasse muito<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> A pesca de camarão (*Farfantepenaeus paulensis*) no estuário da Lagoa dos Patos segue ordenamento disposto na Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP nº 3, de 9 de fevereiro de 2004 (IN 03/04), ficando estabelecido seu período de pesca de 01 de fevereiro a 31 de maio.

<sup>40</sup> O jornal local “Diário da Manhã” apresentou em reportagem do dia 15 de abril de 2014 uma tabela com valores de pescados encontrados no Mercado Público de Pelotas, por ocasião da proximidade com a Semana Santa. Na reportagem, o quilo do camarão limpo poderia ser encontrado a R\$ 47,00. Para conferir a reportagem: <<<http://diariodamanhapelotas.com.br/site/bancas-de->

O camarão-rosa é o principal recurso pesqueiro explorado na região. Ao revisar dados sobre a safra de 2013 (HELLEBRANDT; WALTER; ANELLO, 2013), observei que o quilo do camarão capturado pago aos pescadores da Colônia Z3 (Pelotas / RS) foi de R\$ 6,00 em média (preço de primeira comercialização). Para chegar ao consumidor final, na maioria das vezes é feita a limpeza do camarão - atividade executada sobretudo por mulheres, que recebem em média R\$ 2,50 por quilo limpo (Figura 37). Limpeza do camarão são processos de retirada da cabeça e, por vezes, retirada da casca e evisceramento, que equivalem a 50% de seu peso. Portanto, para cada quilo de camarão limpo são necessários dois quilos de camarão sujo. Fazendo as contas, o produto final chega ao consumidor por um preço no mínimo 3 vezes maior que o custo inicial de R\$ 15,00 (R\$ 12,00 referente a dois quilos de camarão sujo, mais R\$ 2,50 para o trabalho de limpeza). A explicação dessa diferença de preço é atribuída a presença do atravessador<sup>41</sup>.

Mas aqui exploro outra etapa do caminho que o camarão faz desde a água até o prato do consumidor. A etapa de beneficiamento do camarão é pouco documentada academicamente, mas apresenta uma riqueza de processos e transformações com diversas implicações ambientais, sociais, econômicas e políticas. O processo do recurso pesqueiro tornar-se produto camarão é um trabalho executado majoritariamente por mulheres. Numa análise econômica do processo, é um trabalho irrisório pois representa pouco mais de 5% do valor de comercialização do produto. Numa análise mais ampla, é um trabalho essencial, pois ninguém come camarão sujo, “no mínimo tu tem que descabeçar”<sup>42</sup>.

---

peixes-com-bom-movimento-confira-os-precos-do-pescado-em-pelotas/>>  
acesso em 07 - nov - 2016.

<sup>41</sup> Este item que foi objeto de diversos estudos (BENÉ, 2003; KALIKOSKI et al, 2009; HELLEBRANDT, 2010; SEIXAS et al, 2011), não somente pela questão econômica, mas também pelas relações sociais que os atravessadores estabelecem nas comunidades pesqueiras. Confira a tese de Denis Hellebrandt para verificar a relação clientelista estabelecida na comunidade pesqueira de Torotãma (localidade rural de Rio Grande / RS). No exemplo explicitado pelo autor, um comerciante (atravessador) local controla os preços praticados utilizando como moeda de troca as relações pessoais, uma vez que as condições de acesso a demandas são limitadas na localidade rural e isolada, este atravessador acaba por ser a opção para sanar algumas necessidades de famílias locais. (HELLEBRANDT, 2010, p. 226).

<sup>42</sup> Fala da entrevistada L.

As próximas linhas descrevem o que está implícito nos R\$ 2,50 por quilo de camarão descascado. O que está por traz da transformação em comida-cultura (WOORTMANN, 1985), que exige o domínio de técnicas, de saber-fazer (CERTEAU, 2004) compartilhado pelas mulheres da Colônia Z3.

Figura 37 – Mulheres limpando camarão em uma peixaria



Fonte: Acervo pessoal (2013)

### **- Camarão - comida e relações de gênero**

Klaas Woortmann pergunta “o que é porém comida?” explicando que “comida opõe-se a mantimento, ao mesmo tempo que deriva dele. Mantimento é aquilo que, pelo processo culinário se transforma em comida” (WOORTMANN, 1985, p. 8). Assim, o autor atribui ao processo de transformação a importância de determinar o que passa de “não-comestível” a “comestível”, o que analiso aqui como a transformação do que passa de recurso pesqueiro não comestível a produto comestível.

A transformação que Woortmann refere remete ao uso de fogo, sobretudo em grupos camponeses, dos quais as comunidades pesqueiras artesanais se assemelham em alguns aspectos de extração de recursos naturais para sobrevivência. Neste estágio que estou analisando, o uso

do fogo não é central para o processo que transforma camarão-mantimento/recurso pesqueiro em camarão-comida/produto. São outros processos, também de transformações culinárias que jogam com o domínio masculino do mar *versus* o domínio feminino da cozinha - ou espaço para a limpeza do camarão nas empresas (salgas, como são denominadas), com mesa, pia e utensílios como bacias e facas (Figura 38).

Figura 38 – Estrutura da salga, com mesa para limpeza de pescados



Fonte: Equipe do projeto “Cadeia Produtiva” (2013)

Neste ponto, cabe uma pausa para refletir sobre o conceito de domínio neste contexto. Embora as mulheres sejam maioria nas salgas (90% das pessoas que exercem atividades de processamento de pescados, segundo FAO (2014)), e elas dominem as técnicas de processamento do camarão, o domínio enquanto exercício de poder em um local e governo sobre os demais volta aos homens. No ano de 2000, INFOPECA e FAO criaram uma rede para suprir a falta de dados sobre mulheres trabalhando na indústria pesqueira da América do Sul e realizaram um estudo para conhecer o papel destas mulheres no setor pesqueiro da Argentina, Uruguai e Sul do Brasil<sup>43</sup>. Em 2004 uma circular da FAO apontou destaques deste estudo, concluindo que embora as mulheres sejam maioria nas plantas de processamento, os cargos de supervisão são ocupados por homens.

Na Colônia Z3 também observei que a maioria de supervisores ou donos de salga são homens (Figura 39). Em uma das conversas que tive, S. me contou que eles também limpam camarão, “mas os que limpam camarão meio que se escondem, limpam em casa, ajudam a mulher. Na salga mesmo é raro, se tu entrar tu vai ver guri de 11, 12 anos. Em casa

<sup>43</sup> Os dados do Brasil são referentes a duas indústrias pesqueiras na cidade de Rio Grande - RS.

todos ajudam as mulheres, mas tem preconceito.” Em outra conversa, L. complementa a explicação: “aqui os homens pescam né, os homens não tem tempo de limpar mesmo, mas tem muitos que também trabalham na limpeza quando não tem com o que trabalhar no mar.”.

Vale observar que assim como a salga não é espaço exclusivo de mulheres, o mar tampouco é espaço exclusivo de homens, como descrevi em item anterior. As mulheres com quem conversei na Colônia Z3 já haviam pescado em momentos anteriores da vida e ocasionalmente ainda o fazem, é o caso de L.:

*Eu tenho 56 anos, mas eu trabalho na pesca desde os 14 anos. Eu sempre pesquei, eu sempre andei a Lagoa a fora. Agora, dois anos pra cá, por causa da minha coluna que eu não posso ir mais, mas de vez em quando eu ainda vou no camarão. No camarão eu vou.*

Figura 39 – Mulheres trabalhando, supervisionadas pelo proprietário da salga



Fonte: Acervo pessoal (2013)

Em outra conversa, L. destaca a via dupla de envolvimento e dependência da pesca para as mulheres que vivem em uma comunidade pesqueira:

*Todas trabalham na pesca, a que não vai pro mar, tem muita mulher que vai pro mar, principalmente no camarão, mas as que não trabalham na pesca no mar, elas trabalham de forma geral de peixe, aqui a gente só vive do peixe. Eu*

*mesmo se não tiver o peixe ou pra mim pescar ou pra mim trabalhar, eu passo fome porque eu não tenho outra atividade, eu passo falta.*

Este envolvimento com a atividade pesqueira começa cedo na vida, e desta forma que se dá o aprendizado e domínio das técnicas. Nas palavras de L.:

*Aprendi na convivência. Já nasce, quando começa a entender já tá sabendo, crianças de 6, 7 anos. Aqui todo mundo aprende porque é pescador mesmo. Agora, se vem da cidade ou de outros lugares, já não sabe. Aí tem que aprender.*

Estas crianças que aprendem a limpar o camarão que os familiares pescam e trazem para casa, quando crescem vão trabalhar nas salgas. O trabalho nas salgas acontece durante o tempo livre da “manutenção da casa”, como denominou A. em outra conversa. O tempo livre, de acordo com A. é quando:

*O marido saiu para pescar, elas vão para uma salga limpar peixe. Aí perto do meio-dia, 11 horas, elas voltam da salga. Depois 1 hora elas pegam de novo. Elas vem pra lavar roupa, fazer aquela manutenção da casa de todo dia.*

Entender que o trabalho nas salgas é realizado no tempo livre da manutenção da casa me fez reconhecer porque a literatura acadêmica atribui o trabalho doméstico à atividade de mulheres. Mesmo que a renda advinda do trabalho de limpeza do camarão tenha importância, ela só vai acontecer quando a casa e os filhos já estiverem cuidados.

Assim, o horário de trabalho nas salgas é flexível e adaptado às atividades da esfera reprodutiva e trabalho doméstico, destinada às mulheres, dentro do quadro de divisão social do trabalho entre os sexos presente na sociedade analisada. N., por exemplo, trabalha nas salgas das 7:30h as 11:30h, e depois da 1:00h as 7:00h. Já G. acompanha o horário da companheira de trabalho, uma sobrinha que estuda pela manhã, então começa na limpeza depois do almoço e vai até as 8:30h.

Flexível também é o valor que elas recebem pelo trabalho, pois a remuneração é por produção. Recebendo R\$ 2,50 por quilo de camarão limpo, um dia com as melhores condições para o trabalho pode render em torno de R\$ 50,00 (pagos semanalmente), produzindo das 7 da manhã às 7 da noite, durante uma safra de camarão abundante e com bom tamanho para manipular, além de estar com as mãos em boas condições para trabalhar. Porém os dias de melhores condições são a exceção. A produtividade cai muito durante safras frustradas quando não

há camarão, ou há pouco e é pequeno, tomando mais tempo para ser limpo e rendendo menos produto.

Independente da quantidade e do tamanho, o camarão é um crustáceo que serve de alimento para diversas espécies de seres vivos, incluindo os seres humanos, que consomem mundialmente mais de 6 milhões de toneladas de camarões ao ano, num mercado que movimentava algo em torno dos 30 milhões de dólares<sup>44</sup> (FAO, 2014). Para se tornar comestível, “comido por nós” (WOORTMANN, 1985), é necessário que ocorra um procedimento, ou melhor, “esquemas de operações e manipulações técnicas”, como define Michel de Certeau (2004, p. 109), denominado como Limpeza do Camarão.

Para comer, é preciso limpar o camarão, conforme S. e N. me contavam, durante uma conversa a respeito de seus trabalhos descascando camarão:

*No mínimo tu tem que descabeçar.*

*Até que tu coma com casca, a cabeça tem que tirar.*

*Tu é obrigada a tirar a cabeça.*

Para fazer isso, logo que retirado do barco pesqueiro, o camarão deve ser colocado no gelo. Nas palavras de N.:

*A casca fica grudada, ele é um camarão verde mesmo. Ele tem que levar um pouco de gelo que é pra amolecer a casca e facilitar o trabalho da gente. Ele tá verde ainda, e é ruim de descascar porque as tuas mãos fica em pedações.*

Ao que L. confirma:

*Vai pro gelo pra refrescar e amolecer a casca, vivo não dá pra limpar.*

A relação estabelecida por elas, entre “verde” e “vivo”, indica que é um produto a vir a ser, algo que depende de um processo para “amadurecer”, “ficar pronto”, para enfim, tornar-se comestível. É uma analogia, pois em nenhum momento o crustáceo apresenta tom esverdeado.

---

<sup>44</sup> Os dados mais recentes apresentados pelo Departamento de Pesca e Aquicultura da Food and Agriculture Organization of the United Nations são para o ano de 2009. Estão incluídas todas as espécies de camarão, congeladas ou não, e seus produtos derivados, entendidos como *commodities* por esta instituição. Os números exatos são de 6.735.361 toneladas e US\$ 28.710.195.

O camarão permanece no gelo, por pelo menos algumas horas, explica N., que se ele chegar pela manhã, deixa no gelo e à tarde já pode descascar. Daí então segue-se uma diversidade de técnicas para trabalhar o camarão, resultando pelo menos três produtos, ou “uns quantos processos”, segundo L., que são os seguintes:

- *Sem cabeça, só com a casca;*
- *Descasca ele todo;*
- *Tira a metade da casca, deixa a metade com a cola - os restaurantes preferem assim.*

O primeiro caso, - sem cabeça, só com a casca – é realizado também quando não há intenção de consumo imediato, ao que as salgas congelam e armazenam por até um ano, podendo descongelar a qualquer momento para tirar a casca e comercializar por um preço mais elevado, sobretudo no inverno, fora do período de safra. Quando descongelado, segundo L. e N., ele está “fresquinho” e pode ser trabalhado como se houvesse sido capturado recentemente.

### **- Saber-fazer e as estratégias para lidar com o camarão que “come” as mãos**

Nas técnicas que resultam em algum dos produtos citados, a ordem das operações realizadas é a mesma. A sequência é: gelar, descascar, lavar, embalar, congelar.

É necessário uma disposição de elementos para obedecer esta sequência. Há o espaço onde o camarão “sujo” é colocado – a mesa onde as descascadeiras trabalham, podendo ser de inox em salgas maiores ou melhores estruturadas; há uma bacia com água (e, quando possível, pedra uime dissolvida na água); há um local para os resíduos – a cabeça e as cascas; há uma bacia para o camarão limpo – cada descascadeira possui a sua bacia. Ao final, cada bacia é pesada a fim de quantificar a produção individual, o que vai definir a remuneração da descascadeira.

Após a pesagem, o camarão limpo de cada descascadeira junta-se ao das outras e é lavado em água corrente a fim de eliminar todos os resquícios da limpeza e a gosma que o próprio camarão possui, como explica L.:

*O próprio camarão, tem uma água, ele sempre vai te comer os dedos, mesmo que tu descasque debaixo da água. Ele come, ele gasta a pele.*

Segundo N., esta água do camarão atua da seguinte forma:

*A tua mão fica muito fina e dói, tem dias que tu chega em casa, pega uma água quente e larga as mãos assim, e não aguenta, não sabe se no outro dia tu vai conseguir descascar, as mãos corre sangue.*

Para lidar com este processo que machuca as mãos, utilizam uma bacia com água e pedra ume (a qual chamam de pedra úmida) dissolvida, procedimento proibido pela fiscalização sanitária, mas que acontece regularmente em salgas menores, como explica N.:

*Não se põe no camarão, mas tu enfia a mão pra, sabe, a tua mão fica áspera pra conseguir do camarão não resvalar da tua mão, tem todo esse processo né que é proibido, salga legalizada não pode usar de jeito nenhum.*

A pedra ume, composta principalmente por sulfato de alumínio e potássio, é encontrada em farmácias, ao custo de R\$12,00 meio quilo (500 gr). É comprada entre 5, 6 pessoas, que dividem a pedra, colocando-a dentro de um pedaço de tecido para infusão na bacia com água, de forma a evitar desperdício, conforme a explicação de N.:

*Aí quando tu vê que a água tá boa, tu tira a troxinha que é pra render, que a pedra úmida vai desmanchando, é tipo um sal grosso, ela é parecida até, mas é em pedra. A pedra quanto maior ela for, melhor, mas às vezes ela vem esfarelada que aí dura muito menos.*

Além da trouxinha com pedra ume, há uma outra técnica repassada pela “convivência” que L. mencionou:

*Para tirar a tripinha é com um palitinho, palito de dente novinho, ou qualquer coisa que tenha uma pontinha, tipo a faca...mete no meio e levanta, e aí puxa toda que sai inteira.*

Apesar de explicar a técnica, L. afirma que as “tripinhas” (intestino do camarão, onde há resíduos de areia) não são retiradas nas salgas, ficando a cargo de ser retirada por quem for preparar o prato com camarão. Para comer em casa, ela sempre tira, não gosta de comer com “a coisinha preta, a tripinha que tem barro”.

Tanto a trouxinha para a pedra ume render, quanto o uso do palito de dentes para retirar a tripinha inteira do camarão, são exemplos

explícitos do saber-fazer que Michel de Certeau aponta ao citar Durkheim “uma arte é um sistema de maneiras de fazer que são ajustadas a fins especiais que são o produto ou de uma experiência tradicional comunicada pela educação, ou da experiência pessoal do indivíduo.” (CERTEAU, 2004, p. 139), experiências apreendidas na convivência de que L. me falou.

É o “saber não sabido [...] um saber anônimo e referencial, uma condição de possibilidade das práticas técnicas ou eruditas” (CERTEAU, 2004, p. 143) que se explicita através dos gestos de um corpo que se movimenta entre a disposição dos objetos que permitem a execução do trabalho de limpeza do camarão, utilizando os instrumentos que auxiliam no processo. Isso, sem no entanto, reconhecer que existe um conhecimento propiciado e aprimorado pela convivência, como L. comenta:

*O camarão não tem segredo, até tu se tu chegar aqui e tu olhar pra mim descascar, tu já segue descascando.*

### **- Gestos e técnicas do corpo e as implicações para a saúde**

Talvez a afirmação de L. esteja correta, e qualquer pessoa consiga executar o trabalho de limpeza do camarão, como um “gesto técnico [...] totalmente orientado por sua finalidade”. Mas um gesto que “exige toda uma mobilização do corpo, traduzida pelo movimento da mão, do braço, às vezes de todo o corpo que balança cadenciado pelo ritmo dos esforços sucessivos requeridos pela tarefa a executar”. Porém, convém lembrar que “a habilidade de adaptar o gesto às condições de execução e a qualidade do resultado obtido”, se refletem na “prova de que se conseguiu pôr em prática e em evidência aquele saber-fazer exatamente como deve ser feito” (GIARD, 2003, p. 272).

Durante as conversas, a questão da pedra ume revelou ainda um outro aspecto das condições de trabalho. Segundo S.:

*Um monte de pessoas tem que trabalhar com a pedra úmida assim, e a gente sabe de infecção urinária e problema de coluna, mas isso aí acontece mais em lugar que não tem fiscalização, na outra tu já precisa usar bota. Mas descascar geralmente todo mundo descasca, aí se proíbe na salga se não tiver uniformizada e eles levam na tua casa, aí elas se agacham assim, bota uma caixa.*

Como observa Maneschy, “a ausência do Estado no cotidiano dessas mulheres, na forma de atendimentos à saúde, à educação e de

políticas públicas em geral, é de certo modo suportada pela organização das tarefas no espaço privado.” (MANESCHY, 2013, p. 62). Assim, o tempo livre da manutenção da casa é utilizado para melhorar a renda da família no período de safra do camarão, em detrimento da saúde e do reconhecimento enquanto trabalhadoras na pesca.

O processamento de pescados é feito manualmente, ao longo de muitas horas, executando os mesmos movimentos, repetidas vezes. Nas entrevistas realizadas, problemas de saúde por esforço repetitivo como tendinite foram citados. Além disso, o contato constante com o camarão prejudica a pele e pode causar alergias devido à substância gelatinosa desprendida da carapaça do crustáceo. Porém, para evitar o desperdício de produto, todo o descasque é realizado sem uso de luvas ou outros equipamentos que impeçam o contato direto com o camarão. Desta forma, mãos cortadas e machucadas são marcas físicas que identificam a atividade executada pelas mulheres que entrevistei. Outra marca é a “corcunda”, por passarem muitas horas curvadas, mesmo nas plantas de beneficiamento mais estruturadas e que possuem mesa para a atividade em altura compatível com a de algumas mulheres.

Quanto aos equipamentos de proteção individual para execução da atividade, algumas utilizam botas de borracha e avental, lembrando que há contato direto com água e gelo para a manutenção e limpeza dos pescados ao longo de toda a jornada de trabalho. Quando questionadas se já receberam alguma orientação ergonômica para a execução da atividade, ou informações relativas à saúde, a resposta foi sempre negativa.

Ficam as marcas no corpo curvado por horas seguidas em um trabalho que é executado em pé, os problemas de saúde derivados do constante contato com água e gelo, e as mãos seguidamente machucadas. Contudo, estas marcas não servem como prova na busca de direitos previdenciários, já que parte das salgas não estão legalizadas, e mesmo nas que estão, o trabalho realizado permanece no âmbito da informalidade, sem vínculo empregatício. Assim, enfrentam diversas problemáticas quando precisam recorrer à previdência social, tanto para necessidade de afastamento remunerado temporário, quanto para pedidos de aposentadoria por invalidez.

## 6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma das entrevistas que realizei durante o tempo que pesquiso na Colônia Z3 foi com Adriana, a Polaca. Nesta ocasião

conversamos sobre políticas públicas e ela me contou sobre sua participação para articular 2 projetos fundamentais para o desenvolvimento da comunidade, as “Feiras do peixe”<sup>45</sup> e a construção de 600 casas<sup>46</sup> (Figuras 40 e 41). A participação dela nestes projetos foi a contraparte mobilizadora junto à comunidade enquanto líder do Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA). Ao final desta entrevista, outra integrante do MPPA juntou-se à conversa. O nome dela também é Adriana e então perguntei a ela sobre como via suas atuações junto às lutas políticas na comunidade e esta foi a resposta:

[Adriana] a gente faz isso exatamente pra esclarecimento. Pra que que a gente luta? Pelo nosso direito, direito de pescadora, então a ideia não é só nossa, a ideia é das pescadoras, entende? Não é minha nem dela. Nós levantamos a poeira, ela levanta e solta, pras pessoas se antenar do que que tá acontecendo.

Uma política pública muito acessada na Colônia Z3 é a política de crédito PRONAF. As categorias de crédito PRONAF mais acessadas pelos pescadores da Colônia Z3 são o PRONAF Investimento e o

---

<sup>45</sup> Projeto desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, com recurso proveniente do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e apoio técnico da Emater. Viabilizou a compra de “kit feira” (tenda, balcão, freezer e caixa térmica) para 23 famílias da Colônia Z3. Cada uma destas famílias montava seu kit em um bairro diferente do município de Pelotas, a fim de comercializar diretamente ao consumidor final os produtos oriundos da pesca artesanal da Colônia Z3. O convênio foi assinado em 2013, conforme <<<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxMy0wNC0wMg==&codnoticia=33863>>> acesso em 3 - Jan - 2017.

<sup>46</sup> A implementação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) na Colônia Z3 pretendeu suprir a carência domiciliar das famílias envolvidas na atividade pesqueira artesanal. Segundo a entrevistada, foram 400 casas novas, com as medidas de 5 X 5 (metros) ou 6 X 6 (metros) e 200 reformas de casas existentes.

PRONAF Custeio<sup>47</sup>, mas existe ainda uma categoria denominada PRONAF Mulher, destinada especificamente à mulher produtora rural<sup>48</sup>. Quando perguntei para Polaca sobre o PRONAF Mulher na Colônia Z3, respondeu que esta categoria nunca havia sido acessada<sup>49</sup>. Perguntei também sobre o bolsa-família e Polaca respondeu que já acessou para o filho quando necessitou. No momento da entrevista não acessava mais, contudo reconhecia como necessária para a maioria das famílias da Colônia Z3.

Figura 40 – Barraca da “Feira do Peixe” em uma rua no centro de Pelotas



Fonte: Acervo pessoal (2011)

<sup>47</sup> “Os pescadores fazem uso do crédito para diversos fins, desde aquisição e reforma de redes e embarcações, outros equipamentos de pesca (sonda, por exemplo) e estruturas para beneficiamento e comercialização de pescados (freezer e os materiais para as Feiras do Peixe), bem como para fins domiciliares como móveis e eletrodomésticos.” (HELLEBRANDT, 2012, p. 80).

<sup>48</sup> Sobre PRONAF Mulher:

<<<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher/>>> acesso em 3 - Jan - 2017.

<sup>49</sup> Mais adiante nesta tese apresento o trecho “6.2.2. Gestão e participação - o caso do seguro defeso” em que faço uma análise das atas de reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos. Durante o processo de análise, pude constatar que na reunião de maio de 2013 - reunião posterior à minha conversa com Polaca, ela se manifesta indagando sobre o PRONAF Mulher. Na ocasião destaca que os técnicos disponibilizados pela Emater para realizarem os projetos de pedido de crédito PRONAF não reconhecem a categoria PRONAF Mulher (FLP, 2013).

Figura 41 – Casa construída com recurso advindo do PNHR



Fonte: Acervo pessoal (2011)

### 6.2.1 O seguro defeso / suspensão

O acesso às políticas públicas por parte das mulheres da Colônia Z3 é dificultado a partir de uma relação que não reconhece a atuação delas na atividade pesqueira e só concede o direito a acessar benefícios quando comprovado legalmente um vínculo a um pescador homem, como foi o caso da suspensão do seguro defeso às mulheres no ano de 2011. Seguro defeso é como é denominada a política pública de extensão do seguro desemprego ao pescador artesanal, através da Lei nº 8. 287, de 20 de dezembro de 1991, revogada pela Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Esta política garante que o pescador artesanal “fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie”<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> De acordo com Art. 1º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em:

Desde 1998, com a instituição do seguro desemprego aos pescadores do estuário da Lagoa dos Patos, o benefício vinha sendo pago também às mulheres que participam da atividade pesqueira, sendo um direito conquistado pela atuação do Fórum da Lagoa dos Patos para o reconhecimento de que a atividade pesqueira na região é executada em regime de economia familiar. Porém, no ano de 2011 o direito ao benefício foi suspenso para as mulheres da região, resultando em muitas discussões sobre o reconhecimento da atuação das mulheres na atividade pesqueira. Nas linhas abaixo apresento meu acompanhamento da situação e posterior investigação junto às mulheres da Colônia Z3:

### **- Histórico do conflito<sup>51</sup>**

No dia 26 de maio de 2011, acompanhei uma das reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos (Figuras 42, 43 e 44), conforme as anotações<sup>52</sup> que reproduzo abaixo:

A tarde da última quinta-feira de cada mês é reservada para as reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos. Como atividade de campo para a pesquisa de mestrado, na tarde do dia 26 de maio de 2011 fui acompanhar mais uma das reuniões do FLP. As reuniões mensais acontecem de forma itinerante, circulando entre os quatro municípios de abrangência do fórum (São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte). Desta vez, a reunião foi na sede da Colônia de Pescadores Z1, município de Rio Grande, e a pauta para reunião fora divulgada dias antes via e-mail pela coordenação do FLP: estava programada uma reunião para esclarecer ecos da reunião passada, em virtude da construção de uma obra de contenção, denominada “molhes da Barra” que, segundo os pescadores, estava limitando a entrada de espécies pesqueiras no estuário, implicando diretamente na queda das capturas e,

---

<< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.779.htm#art7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm#art7)>> acesso em 3 - Jan - 2017.

<sup>51</sup> Uma versão do texto deste item está publicada em Hellebrandt; Rial; Leitão (2016).

<sup>52</sup> Anotações do campo que realizei durante a pesquisa para o mestrado em Gerenciamento Costeiro (HELLEBRANDT, 2012).

conseqüentemente, na renda advinda da pesca. A pauta era a expressão de um grande conflito de uso, tema que me interessava diretamente para a pesquisa de mestrado, porém, ao chegar no salão da Colônia Z1 fiquei surpresa, inicialmente, como o número de pessoas presentes (em torno de 200, sendo que normalmente as reuniões do FLP reúnem em torno 50 pessoas), segundo, pela grande maioria se tratar de mulheres (também, pouco comum a presença expressiva de mulheres nas reuniões do FLP). Logo de início foi explicada a substituição emergencial da pauta, uma vez que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) havia suspenso o seguro desemprego (seguro defeso) para as mulheres de pescador no estuário da Lagoa dos Patos. A reunião teve a presença de mulheres dos quatro municípios de abrangência do FLP, bem como dos presidentes das colônias de pesca (Z1 – Rio Grande, Z2 – São José do Norte, Z3 – Pelotas, Z8 – São Lourenço do Sul), representantes políticos (1 Vereador de Pelotas e a assessoria de um Deputado Federal da região), associações de pescadores, ONGs, instituições de pesquisa (EMATER e FURG), Superintendência do Porto de Rio Grande, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público Federal. Além destes, a presença da mídia local, produzindo matérias veiculadas em jornais escritos e televisão.

A reunião de 26 de maio de 2011 foi a primeira forma de resposta à decisão do MTE de suspender o seguro defeso para as mulheres, decisão que surpreendeu a todos envolvidos com a pesca artesanal da região, pelo exposto a seguir: Para requerer o benefício de seguro desemprego, o pescador profissional artesanal deve apresentar uma série de documentos, entre eles, a Licença Ambiental de Pesca. Este documento habilita a realização da captura de uma ou mais espécies de pescados pelo portador da Licença. Porém, nem todos os trabalhadores na pesca executam a captura, caso da maioria das mulheres da região. Parte delas executam, principalmente, atividades de pré ou pós captura, como o conserto de redes e/ou processando os pescados com finalidade de agregar valor ao produto.

Figura 42 – Reunião do FLP em 26 de maio de 2011



Fonte: Acervo pessoal (2011)

Figura 43 – Reunião do FLP em 26 de maio de 2011



Fonte: Acervo pessoal (2011)

Figura 44 – Reunião do FLP em 26 de maio de 2011



Fonte: Acervo pessoal (2011)

Desde a instituição do seguro na região em 1998 até o ano de 2011, a licença foi aceita pelo MTE estando em nome de algum dos membros da família, de forma a caracterizar o regime de trabalho baseado em economia familiar. Porém, em 2011 a interpretação do MTE foi a de que a Licença Ambiental de Pesca deveria ser nominal ao requerente do benefício de seguro desemprego, entendendo que somente o pescador responsável pela captura ficava identificado como apto a acessar o benefício de seguro desemprego. No entendimento do MTE, “mulher de pescador” (FLP, 2011) não tem direito a acessar o benefício, pois não está embarcada exercendo a captura dos pescados, suas atividades de pré e pós-captura são apenas complementares à pesca, não passam de ajuda.

A resolução retirada na reunião do FLP em 26 de maio de 2011 foi o encaminhamento de um documento para os MTEs de Brasília, Porto Alegre e Rio Grande, com as reivindicações levantadas, bem como o envio de cópia do documento para a representação do Ministério Público Federal em Rio Grande e secretarias do Ministério da Pesca e Aquicultura de Rio Grande e Porto Alegre (FLP, 2011). A partir deste documento, o Ministério Público Federal entrou com Ação Civil

Pública, que foi aprovada liminarmente, determinando que o MTE concedesse o seguro defeso para as mulheres que atuam em regime de economia familiar na atividade pesqueira, mediante a apresentação de documentação “em nome próprio, em nome do cônjuge ou companheiro ou em nome de ambos” (SILVA, 2012) tal como já acontecia nos anos anteriores. Esta decisão reconheceu a atuação tradicional das mulheres na pesca do Estuário da Lagoa dos Patos, mesmo que as atividades realizadas por elas sejam em terra e se baseou nas características peculiares da execução da atividade pesqueira no Estuário da Lagoa dos Patos, conforme descrito na liminar:

[...] desde a instituição do benefício no estuário da Lagoa dos Patos, em 1998 (Portaria IBAMA no 171/98 c/c Lei no 8.287/91), o benefício vinha sendo pago às mulheres que não realizam diretamente a captura do pescado, mas sim tarefas em terra, nos trabalhos de confecção e reparos de artes e petrechos de pesca, bem como em reparos realizados em embarcações de pequeno porte e, ainda, no processamento do produto da pesca artesanal.

[...] salvo raras exceções, a mulher integrante das comunidades tradicionais de pescadores artesanais que atuam no Estuário da Lagoa dos Patos exerce suas atividades em terra, e não embarcada, argumentando que apenas “injustificável desconhecimento da realidade fática local” por parte do Ministério do Trabalho e Emprego levaria a supor que, em regra, exercesse direta e/ou individualmente a atividade de captura no mencionado estuário.

[...] sendo o seguro-defeso direito fundamental social, garantidor do mínimo existencial para comunidades tradicionais e pescadores artesanais, e considerando que a renda do núcleo familiar é o resultado do conjunto de atividades - e não apenas da captura do pescado em si -, desenvolvido também pela mulher que dele participa, durante o período do defeso a atividade profissional dela igualmente resta prejudicada, não havendo razão juridicamente defensável para que seja excluída da percepção do benefício, sobretudo tendo em vista o princípio da igualdade. (SILVA, 2012)

Apesar da decisão favorável, permitindo que as mulheres do estuário da Lagoa dos Patos voltassem a receber o seguro defeso daquele ano, persistiu a necessidade de um vínculo a um homem pescador que participe da captura do pescado. Esse incômodo de se apresentar dependente de um homem para acessar seus direitos aparece em algumas das falas das minhas entrevistadas, como neste trecho da conversa que tive com Suzy e Neida em outubro de 2014:

[Suzy] a gente conhece, a Lessa mesmo, né Neida? que vive só limpando o peixe e ela não tem marido pescador, não tem mais nada, a renda dela é só essa, e ela não pode receber o seguro. Ela passa 7 horas da manhã aqui, ela passa inverno, limpando peixe, chegou no dia do seguro ela não pode fazer [...] porque tem mulher, não querendo falar do outros, mas olha ali. mulher que é faxineira lá no centro e não assina carteira, que o marido é pescador, e ela não assina carteira pra receber o seguro no inverno e fica recebendo porque mostrou a certidão de casamento de que o marido é pescador [...] e isso que é injusto. A gente vê elas passar, a Leninha também né, a gente vê todos os dias, passa ali e não são pescadoras porque não tem marido pescador, não pode ser solteira, tem que ser casada

[Neida] a minha irmã, a minha irmã vive há 40 anos com o marido e não é casada com ele, não recebeu, porque não é casada, mas [vive junto] há 40 anos, tem filhos.

Vale destacar também sobre este trecho como a questão da fraude referente ao seguro defeso aparece. Preocupação recorrente dos órgãos de fiscalização que afirmam ser este um dos maiores problemas da pesca artesanal no Brasil, gerou alteração recente na legislação<sup>53</sup>. A preocupação com a fraude no seguro defeso, os que “pescam em terra” e como isso afeta as mulheres da Colônia Z3 aparece também na conversa que tive com Polaca:

---

<sup>53</sup> Por exemplo:

<<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/novos-procedimentos-do-seguro-defeso-busca-coibir-fraudes>>> acesso em 10 - jan - 2017.

[Luceni] Que que quer dizer isso, que pesca em terra?

[Adriana] Pesca em terra é aquele que tem a carteirinha de pesca, e tu vê ele andando de moto, andando pra cima e pra baixo, fazendo outra atividade, mas a de entrar ou limpar um peixe, isso aí eles não tem. É só na teoria dizer que é pescador, porque na prática, eles não exercem nada. Até esse, perdão da palavra, mas assim ó, até uns 3 meses atrás eu tava furiosa, digamos assim. Tem muito pescador que se diz mais pescador que eu, mas só são pescador porque tem bola no meio das pernas. Eu sou bem grossa, e eu falo mesmo assim né, porque tem bola no meio das pernas é mais pescador do que eu, mas por que isso? Eu me invoco, porque aqui ainda tem uns 30% que não são pescador.

Com a situação ocorrida em 2011 ainda fresca para reflexões, meus primeiros impulsos investigativos no doutorado foram no sentido de entender na Colônia Z3 o impacto da suspensão do pagamento do seguro defeso. Minha hipótese inicial partia de um impacto financeiro imediato, conforme o trecho de conversa com Polaca:

[Luceni] E aí tu tem dentro de uma família uma certa programação, pra nos meses de defeso estar recebendo pelo menos os 2 salários, o do marido e o da esposa.

[Adriana] Isso, um complementa o outro.

[Luceni] E daí, tirando esse da esposa, tem alguma preparação, tem alguma estratégia? A pessoa já pensa isso? Em geral, a família de pescador, ela é preparada pra passar por um momento de crise?

[Adriana] - Não, acho que na pesca artesanal não tem como tu guardar dinheiro. Não tem como tu guardar dinheiro. Isso aí tu pode ter certeza. Não tem como guardar, e pra qualquer frustração de safra, não se está preparado. Não tem. E tirou 1 mês daquele seguro, faz a diferença toda.

Segui então buscando verificar como estava a situação nos anos seguintes ao episódio de 2011. Abaixo reproduzo alguns trechos que explicitam a situação referente aos pedidos de seguro defeso para

mulheres da Colônia Z3. Primeiro, a resposta do presidente do Sindicato dos Pescadores de Pelotas, e em contraponto, alguns trechos de entrevistas realizadas com mulheres da Colônia Z3, incluindo uma entrevista com uma representante da Colônia de Pescadores de Aquicultores de Pelotas, entidade que iniciou suas atividades em 2013, em rivalidade ao Sindicato dos Pescadores de Pelotas.

Em e-mail trocado com o presidente do Sindicato dos Pescadores de Pelotas, a situação referente aos pedidos de seguro defeso para mulheres estava dentro da normalidade, não havendo necessidade de temor por parte delas:

“pelo k sei esta tudo normal, desde k a mulher possua a licença própria ou do companheiro, a suspensão nao teve validade, tanto k todas k foram impedidas, ja receberam o seguro da epoca e them o do ano passado” (sic) – Presidente do Sindicato dos Pescadores de Pelotas, em e-mail enviado dia 31 de março de 2014 às 08:21: 47h.

Por outro lado, as mulheres que entrevistei e questionei sobre a situação do defeso, revelaram uma estratégia para assegurar a continuidade da renda. Algumas mulheres da Colônia Z3 evitaram a incerteza quanto a documentação requerida entrando com pedido de defeso para a pesca de água doce, regulamentada pela Instrução Normativa nº 197, de 2 de outubro de 2008, sobre a pesca na área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio Grande do Sul (IBAMA, 2008), assumindo que realizam a atividade pesqueira com pescado oriundo das águas do arroio (Figura 45). Essa forma foi referenciada por elas como o “seguro do verão”. No trecho abaixo, a entrevistada descreve como ficou sabendo que poderia utilizar esta estratégia, explicando a documentação exigida e a implicação financeira desta estratégia:

[P] e como é que tu ficou sabendo que podia fazer o seguro do verão?

[E1] as gurias já faziam, porque assim ó, as guria que não tinham licença, porque o seguro do verão é seguro de água doce, então não te pede nada, só te pede um brasão, título, identidade e cpf, e a

carteirinha, só [...] não é os quatro meses, é três meses só.<sup>54</sup>

Porém, além de receberem por 3 meses ao invés de 4, como o seguro defeso referente ao camarão, há ainda uma implicação identitária. Como o trecho da entrevista que cito abaixo explica, elas continuam executando atividade pesqueira na Lagoa dos Patos, retirando dali seu sustento, sendo pescadoras ou trabalhadoras na pesca da Lagoa dos Patos, mas optam por solicitar o seguro de água interior para garantir renda:

[E2] é porque no arroio não tem a legislação. Até eu ia te falar sobre isso, as mulheres que o marido tem licença, tem como comprovar ali ficaram nesse, as outras partiram pro arroio. Então assim, o número dos pescadores do arroio aumentou muito, né, por falta da documentação pra lagoa [...] elas vivem da lagoa, não vivem do arroio. Foi a alternativa.<sup>55</sup>

Assim, além de garantir financeiramente o direito ao benefício, esta estratégia driblou a exigência de depender do vínculo legal a um homem. Por exemplo, voltando na fala de E1, a “licença do marido” é tal empecilho que, mesmo com a continuidade da exigência de uma grande quantidade de outros documentos, a entrevistada refere-se a esta série de documentos como “nada”, já que nenhum deles carrega a exigência de ser “do marido”. Esta dependência exigida pelo Estado também é descrita por outras entrevistadas:

[E3] Foi o pessoal de Porto Alegre, porque antes os de Pelotas daqui faziam, já eram conhecido da gente [...] então já sabiam, ah te conheço, faz o seguro, todo mundo, aí trouxeram de Porto Alegre né pra fazer em 2011, um pessoal estranho, aí

---

<sup>54</sup> [P] – Pesquisadora.

[E1] – Entrevistada que recebia o seguro defeso desde o ano de 2006 e teve o benefício suspenso em 2011 por falta da Licença Ambiental de Pesca.

Entrevista realizada em 2014.

<sup>55</sup> [E2] – Entrevistada que recebe o seguro defeso desde o ano de 1997 e é atualmente 1ª secretária da outra entidade representativa de pescadores de Pelotas – Colônia de Pescadores e Aquicultores de Pelotas.

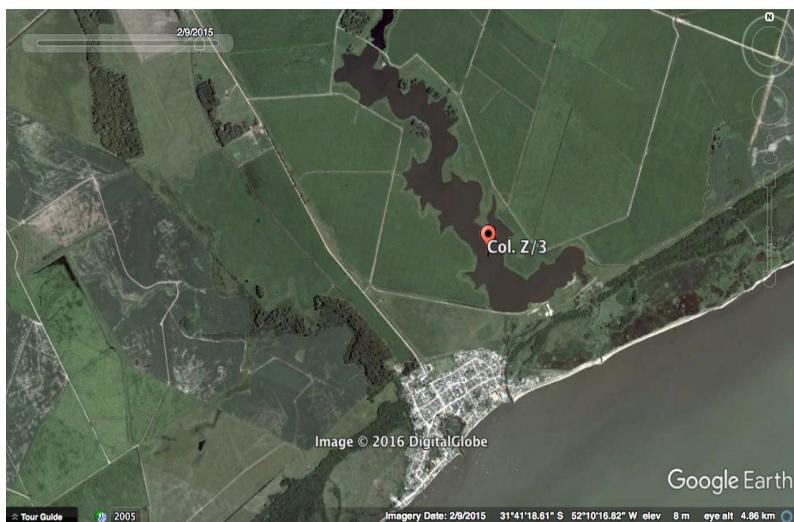
Entrevista realizada em 2014.

chegaram aqui pra pegar um gelo aqui, uns 3 ou 4 rapaz com o presidente do sindicato e disseram Ah, amanhã a gente ainda tá aí, mas quem não é casado com pescador não vai receber, já vou dizer pra vocês, e ela disse Ah, mas eu sou casada a 40 anos, mas não tenho documento, e eles disseram Ah não posso fazer nada, amanhã nós tamo indo embora daqui e vocês tem até amanhã pra conseguir um marido pescador. Já pensou?

[E4] É uma falta de respeito.

[E3] Aí o seguro do fim do ano que é 1 mês a menos não pediram nada disso. Recebe 1 mês a menos, 3 meses de seguro.<sup>56</sup>

Figura 45 – Corpo de água doce próximo ao núcleo urbano da Colônia Z3



Fonte: Retirada de Google Earth em 10 de junho de 2016

O pedido de seguro defeso de água doce funcionou como estratégia para as que não se enquadram no padrão reconhecido pelo Estado, as “mulheres de pescador”. Porém, com esta estratégia ao invés de receber os 4 meses de seguro defeso de acordo com a legislação da Lagoa dos Patos, recebem 3 meses. Funcionou em termos de garantir

<sup>56</sup>[E3] e [E4] – Trabalham na Cooperativa Mulheres da Lagoa. Entrevista realizada em 2014.

alguma renda advinda de benefício de seguro defeso, mas uma das consequências é descaracterização da relação destas mulheres com o ambiente e com a atividade tradicional que executam, pois passam a reivindicar benefícios de uma pesca de água doce enquanto são personagens da atividade pesqueira tradicional do estuário da Lagoa dos Patos.

Acessar o seguro de água doce foi uma alternativa para escapar um pouco da imposição de dependência do cônjuge, colocada pelo Estado para acessar o seguro da Lagoa dos Patos. A necessidade da renda advinda do seguro defeso já foi destacada em outros estudos, como Kalikoski; Vasconcellos (2012) e Walter et al (2014) que demonstram a importância socioeconômica do benefício para as comunidades pesqueiras tradicionais, onde a suspensão do benefício às mulheres poderia reduzir pela metade, ou totalmente, a renda do núcleo familiar durante os meses de defeso.

### **6.2.2 Gestão e participação – o caso do seguro defeso**

Conforme fui avançando na investigação em torno da suspensão do seguro defeso, atentei para a importância da participação na gestão. Como mencionei no item sobre os métodos de pesquisa utilizados, uma das minhas atividades foi o acompanhamento de reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos.

Quando falei anteriormente em gestão pesqueira (sobretudo no item 2.1. O foco da gestão na captura e as relações de gênero), a descrevi como tendo uma abordagem convencional, produtivista, focada na captura e que ignora a dimensão humana. Porém algum outro modelo de gestão pesqueira vem sendo testados, como por exemplo, a gestão compartilhada, ou co-gestão. De uma forma bem resumida, esta é a sua definição: “A gestão compartilhada é o compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os grupos que utilizam o recurso na gestão de recursos naturais.” (BERKES et al, 2006, p. 38)

Por trás da ideia de compartilhamento de poder há um forte encorajamento de empoderamento dos grupos que utilizam o recurso natural. Neste caso, empoderamento de pescadores para que participem do processo, dividindo com o Estado a responsabilidade de gerir o recurso pesqueiro. A Colônia Z3 participa de uma experiência de co-gestão largamente difundida e reconhecida mundialmente como uma

experiência de sucesso<sup>57</sup>, o Fórum da Lagoa dos Patos. Criado em 1996 como uma “resposta institucional para a crise na pescaria estuarina” (KALIKOSKI; SATTERFIELD, 2004) tem 21 instituições com interesse na gestão dos recursos costeiros, principalmente pesqueiros. A participação é voluntária e aberta ao público, todavia somente as 21 instituições tem o direito ao voto, sendo então a Colônia Z3 - representada pelo Sindicato dos Pescadores do Município de Pelotas, uma destas instituições.

De fato, muitos foram os avanços do Fórum, não somente para os recursos pesqueiros, mas também para as comunidades do estuário da Lagoa dos Patos nas duas décadas de sua existência<sup>58</sup>. Porém, em termos de participação, pressuposto ao sucesso da co-gestão, apresento algumas considerações a partir do acompanhamento das reuniões e da análise documental de atas públicas do Fórum<sup>59</sup>.

Analisei 78 documentos, que registram 9 anos de reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos, buscando identificar quem são as pessoas que participaram das reuniões. Para fazer esta identificação, contabilizei nas atas quantas e de quem eram as manifestações registradas, chegando a um quantitativo total de 1016 manifestações ao longo dos 9 anos analisados. Das 1016 manifestações, 804 vezes foram de homens e apenas 212 vezes foram de mulheres. A distribuição percentual das manifestações pode ser conferida no gráfico abaixo (Figura 46).

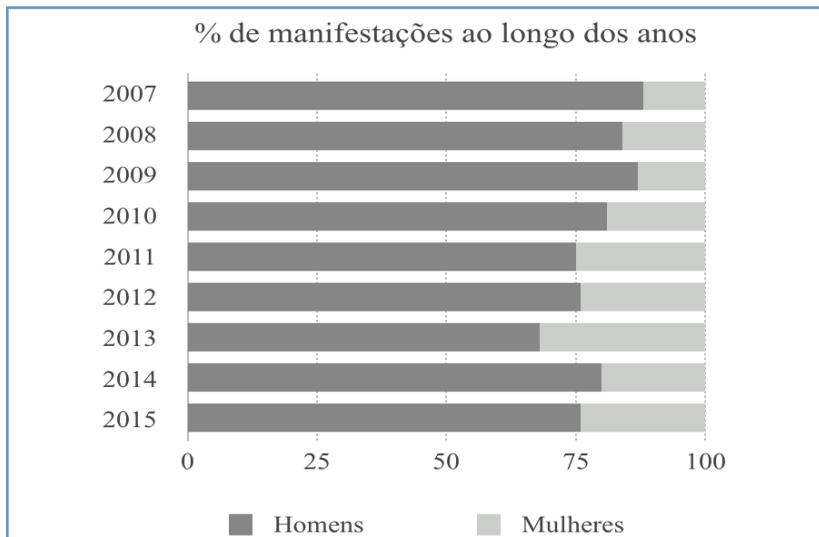
---

<sup>57</sup> Alguns exemplos: Berkes; Seixas (2005), Kalikoski; Vasconcellos; Lavkulicha (2002), Kalikoski; Satterfield (2004), Reis; D’incao (2002), Kalikoski; Vasconcellos (2012).

<sup>58</sup> Talvez os avanços sejam mais significativos em termos socioeconômicos e em termos de conquista de direitos do que de gestão do recurso pesqueiro em si, já que o discurso de que “a pesca está acabando” / “não tem mais peixe” permanece presente nas reuniões do Fórum, 20 anos após sua criação. Embora a justificativa para a criação do Fórum faça jus ao objetivo principal da gestão que é garantir a sustentabilidade do recurso pesqueiro (BERKES et al, 2006) o resultado apresentado no Quadro 3 aponta que o caminho que o Fórum percorre para atingir este objetivo é através da instância jurídica.

<sup>59</sup> A gestão que assumiu em 2015 o Fórum da Lagoa dos Patos fez um esforço para reunir informações em um *website*, disponibilizando todas as atas públicas encontradas. Pode ser conferido em <<<http://forumlagoadospatos.furg.br>>>.

Figura 46 – Distribuição percentual das manifestações nas reuniões do FLP no período 2007 – 2015



Fonte: Elaborado pela autora a partir das atas públicas do FLP

Identifiquei também, dentro das 212 manifestações por parte de mulheres, quem foram estas mulheres que pediram a palavra e fizeram intervenções nas reuniões do FLP. A tabela abaixo (Tabela 1) apresenta esta identificação:

Tabela 1 - Identificação das mulheres que se manifestaram nas reuniões (2007 - 2015) do FLP (n= 212)

Quem são?	Manifestações
Rep. regionais de Inst. Governamentais Ambientais	48
Pesquisadoras da FURG	30
Secretária do Fórum da Lagoa dos Patos	42
Pessoas políticas (vereadoras)	9
Representantes de ONGs	4
Representantes de Associações de Pesca	29
<i>Pescadoras ou Trabalhadoras na Pesca</i>	<i>30</i>
Entidades de apoio à pesca	5
Rep. de Inst. Gov. não relacionadas à questão ambiental	11
Outras	4

Fonte: Elaborado pela autora a partir das atas públicas do FLP

Ainda a partir da análise documental, produzi um quadro (Quadro 3) que compila os assuntos discutidos nestes 9 anos documentados em atas de reuniões do FLP. Este quadro representa uma síntese dos problemas encontrados na atividade pesqueira artesanal do estuário da Lagoa dos Patos:

Quadro 3 – Assuntos discutidos nas reuniões do FLP no período 2007 – 2015

<b>Assuntos discutidos</b>	
Legislação	O calendário de pesca formalmente estabelecido não corresponde à natureza dinâmica do estuário (relacionada principalmente à pesca do camarão)
	Propostas de revisão da Legislação (IN 02; IN 03; IN 06)
	Ordenamento das espécies (tainha, corvina, siri azul)
	Falta de estudos em artes de pesca proibidas (arrasto, emalhe, trolha)
	Falta de legislação para uma área próxima, mas não incluída na regulação do estuário (São Gonçalo)
	Áreas de proibição da pesca; pontos de pesca vs. conflitos com esportes
	<i>Suspensão do pagamento de seguro defeso para mulheres</i>
	Lista de ordenamento pesqueiro para espécies vulneráveis, incluindo um tipo de bagre
	Medida Provisória cancelando o direito a múltiplos benefícios sociais (seguro desemprego + bolsa família)
Documentação	Número de licenças de pesca permitidas para captura inconsistente com a realidade (A agência reguladora estabelece um máximo de acordo com a capacidade de suporte da Lagoa, impedindo novas licenças. Ao mesmo tempo, integrantes do FLP identificaram que muitas licenças estavam em posse de quem não usa)
	Proposta de unificação de documentos de pesca e discussão de critérios válidos para obter novos documentos de pesca
	Explicação sobre novos documentos exigidos e sobre direitos de Previdência Social para pescadores e trabalhadores na pesca
	Novos registros de pesca (RGP) e a preocupação de quantos deles são somente para acessar o benefício de seguro desemprego
Fiscalização	Discussões para melhorar o processo de fiscalização
	Necessidade de fiscalização em embarcações de outros estados (SC)

	ou outras categorias (Pesca Industrial) e equipamento predatório
	Denúncias de compra de pescado ilegal
	Denúncias de abuso de poder e uso da força nas abordagens da fiscalização, incluindo multas pesadas e apreensão de equipamentos
Outros Temas	Expansão dos molhes da Barra; Construção de hidroelétrica; Lama gerada pela dragagem. - E seus efeitos sobre a atividade pesqueira artesanal
	Divulgação de cursos destinados às necessidades de pescadores e trabalhadores na pesca (alfabetização, prática de natação)
	Divulgação de eventos relacionados à pesca (Feiras e Festivais Religiosos)
	Divulgação de Grupos de pesquisa e Projetos relacionados à pesca artesanal, assim como as pesquisas desenvolvidas por estes grupos e resultados delas
	Auto-avaliações do FLP e grupo organizando propostas para atividades futuras (disseminação e internalização do FLP em comunidades pesqueiras)
	Explicações sobre políticas de crédito / programas de financiamento (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Plano Safra)
	Discussão inicial sobre Territórios Pesqueiros
	Pedidos emergenciais de seguro desemprego, cesta básica e outras medidas emergenciais em situações extremas (safras frustradas por alterações climáticas)

Fonte: Elaborado pela autora a partir das atas públicas do FLP

Analisando a compilação de dados dos documentos, apresentados nos elementos gráficos acima (Figura 46, Tabela 1 e Quadro 3), discorro sobre algumas relações com o caso de suspensão do seguro defeso às mulheres em 2011:

- De toda a agenda discutida nas reuniões do FLP nestes 9 anos analisados, apenas um assunto é especificamente voltado ao interesse das mulheres - A suspensão do seguro defeso, grifada no Quadro 3.

- Na Tabela 1, o que necessita destaque é que de todas as (poucas) manifestações de mulheres nas reuniões do FLP, apenas uma pequena parte foi feita por mulheres que se identificaram como pescadoras ou trabalhadoras na pesca - este número de 30 manifestações, quando analisada no total de 1016 representa menos de 3% do total de pessoas que se manifestam nas reuniões do FLP. De qualquer forma, julgo necessário enfatizar a agência de mulheres nestas outras instituições que, em algum grau, se relacionam com a pesca artesanal.

- A Figura 46 se relaciona com a Tabela 1 e o Quadro 3 quando apresenta um pequeno aumento na manifestação de mulheres nas reuniões do FLP a partir do ano de 2011, ano em que a suspensão do seguro defeso ocorreu e que o tema passou a fazer parte da agenda de discussões do FLP.

Numa análise de conteúdo dos documentos, percebi que a questão da suspensão do seguro defeso era fruto de uma discussão iniciada anos antes, quando as mulheres se manifestavam ainda menos nas reuniões do FLP: Em 2007 a discussão sobre as licenças de pesca estava em pauta. Na reunião de outubro, um vereador destacou que a realidade do estuário da Lagoa dos Patos havia mudado, salientando como exemplo que o aumento do número de mulheres registradas desde o começo do FLP subiu de uma para 700 até aquele momento da discussão. Esta discussão estava acontecendo devido à licença ambiental de pesca ser obrigatória como requisito para acessar o seguro desemprego. A sugestão deste vereador era a de “mudar o enquadramento para que elas não tenham que solicitar o RGP e a licença ambiental para acessar o seguro desemprego” (FLP, 2007).

Na reunião de julho de 2008, um representante do MPPA fez uma denúncia de que 3 mulheres grávidas, esposas de pescadores vivendo em regime de economia familiar, não estavam conseguindo acessar o benefício relacionado à maternidade, pois o INSS não as reconhecia sob o regime de economia familiar. Esta denúncia está nas anotações para elaboração da ata, porém não aparece na ata oficial da reunião. No final de 2008, o problema das licenças ambientais de pesca persistia. Na reunião de outubro, o mesmo vereador que havia se manifestado sobre este assunto na reunião de 2007 contestou a afirmação do chefe da fiscalização do IBAMA no escritório de Rio Grande de que o esforço de pesca na Lagoa dos Patos havia aumentado, destacando que “o número de pescadores que efetivamente atuam no Estuário da Lagoa dos Patos não aumentou o que aumentou foi o número de mulheres que

solicitaram a licença ambiental para acessarem o seguro defeso” (FLP, 2008).

Então começou a se discutir a questão das licenças para pesca concedidas para mulheres que, por um lado, precisavam do documento para acessar o benefício de seguro desemprego, mas por outro lado impediam que novos pescadores (incluindo jovens pescadores) obtivessem tal licença. Em 2009 a nova Lei da Pesca (BRASIL, 2009) foi comemorada. Ela trazia em seu texto uma definição de atividade pesqueira que incluía as etapas de pré e pós captura, consequentemente sendo vista como uma inclusão para o debate da questão das mulheres na pesca. Na reunião de outubro de 2009 o MPA apresentou o dado dos pedidos de licenças para 2010: 6.052 no total, sendo 1.984 para mulheres. O IBAMA destacou que um total de 4.000 licenças seriam entregues (de acordo com a capacidade de suporte da Lagoa) e a representante do Ministério Público de Rio Grande destacou que a Advocacia Geral da União (AGU) “entende que a mulher do pescador tem direito aos mesmos benefícios que o pescador recebe, e que há um movimento formalizado neste sentido, mas a decisão é do Fórum.” Tal era o entendimento de que naquele momento as mulheres estavam amparadas legalmente que o representante da Colônia Z8 (São Lourenço do Sul) comentou que “a nova lei da pesca já institui que a mulher ou filho do pescador têm os mesmos direitos que o pescador” (FLP, 2009).

Na reunião de abril de 2010 o entendimento da AGU pareceu claro e dado como certo, então os representantes do IBAMA e MPA declararam que eles não concederiam licenças de pesca para mulheres que não capturaram uma vez que elas não representavam um esforço de pesca e estariam contempladas pela nova Lei da Pesca para garantir seus direitos de acessar benefícios por se enquadrarem no regime de economia familiar. Nas palavras do representante do MPA “as mulheres não receberam licença pois estão amparadas pelo regime de economia familiar onde ela ajudando o pescador (marido ou companheiro) tem direito ao benefício do seguro; sendo assim a mulher que não vai para o mar não precisa da licença e pode encaminhar [o pedido do seguro defeso]” (FLP, 2010).

Apesar deste acordo, em 2011 ouve uma reviravolta. Na reunião de maio de 2011 foi informado que o pagamento de benefício de seguro desemprego estava suspenso para aqueles que não apresentassem a licença ambiental de pesca em seu nome. Esta foi a única reunião que acompanhei que teve uma grande presença de mulheres, quase todas as participantes eram mulheres. A representante do MTE iniciou sua apresentação e esclarecimentos conforme registrado na ata:

[D]iz que está à disposição e que qualquer dúvida é só perguntar. Prossegue falando que a Constituição defende a prerrogativa de que não deve haver discriminação de gênero e de qualquer outro fator. Já que é mulher, também levanta a bandeira a favor das mulheres. Acha que a mulher deve ter o benefício próprio e que não pode ficar à sombra do seu marido pescador. Porém, há um outro lado da questão que deve ser lembrado: há muitas fraudes acontecendo. Há muitas mulheres que não possuem o menor vínculo com a pesca e que estão recebendo dinheiro, assim como há muitos homens que também não pescam que acabam recebendo o recurso do seguro defeso. (FLP, 2011)

Seu discurso é contraditório. Ao mesmo tempo em que se utilizou da equivalência enquanto mulher também acabou por culpabilizar as mulheres pescadoras ou trabalhadoras na pesca pelas fraudes ocorridas na política de seguro defeso. E foi rapidamente rebatida:

Sra. Kelly (Ilha da Torotama) diz que as mulheres não têm que provar que trabalham na pesca. A obrigação de descobrir quem comete fraudes é daqueles que trabalham para o Governo, pois seu salário também serve para isso. Mas, ao invés disso, ficam empurrando o compromisso para os menos favorecidos economicamente. Já houve censo do IBGE e censo da FURG e, por isso, já se sabe bem o que é feito pelas famílias dos pescadores e de que maneira é feito. O Governo sim tem que procurar saber quem faz fraude e quem é trabalhador de verdade. O Governo que tem que ir atrás. Sra. Kelly finaliza a fala protestando contra a quantidade de papéis que deve ser entregue ao Governo para obter-se licença de pesca porque isso, além de fazer com que se perca muito tempo, também, faz perder muito dinheiro. (FLP, 2011)

Outras mulheres também fizeram seus manifestos:

Sra. Nilza (Ilha dos Marinheiros) diz que é pescadora desde criança e que não depende da documentação de ninguém porque sempre teve a sua própria. Mas, o IBAMA está tirando a sua licença de pesca. Por quê? Sra. Nilza diz ter toda a documentação exigida, inclusive, embarcação própria. Então, por que não tem mais direito à licença de pesca esse ano? Sra. Anelise [representante do MP] responde que esses casos particulares devem ser resolvidos no próprio IBAMA. Contudo, muitas mulheres presentes reclamam porque isso não é um caso isolado.

[...]

Sra. Osvaldina (São Caetano) diz que é pescadora e foi no IBAMA para renovar sua licença de pesca e que, mesmo tendo toda a documentação correta (só faltando a matrícula da Marinha), não conseguiu. Foi-lhe dito que fosse na Justiça Federal para reclamar. Sra. Lauana (Ilha da Torotama) faz a mesma reclamação que a Sra. Osvaldina quanto à renovação da licença. Gasta mais de R\$ 12 de transporte para ir no IBAMA e reclama que o IBAMA não está hoje presente no Fórum porque está fugindo da discussão. (FLP, 2011)

O tópico e seus desdobramentos continuou presente nas reuniões de 2011 e em algumas de 2012. Manifestações aconteceram, com mobilizações e protestos, levantando uma discussão sobre a revisão dos critérios para documentação e emissão de licenças para pesca. Na reunião de maio de 2013 ouve uma menção ao PRONAF Mulher e sobre a falta de capacidade das instituições de apoio à pesca pois não reconheciam esta categoria do benefício.

A questão da licença de pesca para mulheres continuou repercutindo ainda em 2014. Nas atas analisadas, até o ano de 2015, salvo poucas menções isoladas, a questão do licenciamento de pesca e suas consequências para mulheres acessarem o seguro defeso foi o único tópico em que questões de gênero foram discutidas nas reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos.



## 7 REFLEXÕES SOBRE IDENTIFICAÇÃO COM A PESCA ARTESANAL

Passados estes anos de pesquisa, a experiência de olhar a atividade pesqueira artesanal percebendo as mulheres que nela atuam me permitiu desconstruir a ideia pré-concebida e simplista que fixava um papel para a mulher na pesca. As relações de gênero no universo pesqueiro são mais complexas que a dualidade oposta, que coloca o homem no mar, produtivo, e a mulher na terra, restrita ao ambiente doméstico. Alencar (1993) e Motta-Maués (1999) já haviam destacado que essa rigidez reforça o modelo bipolar que divide o trabalho e invisibiliza as mulheres.

O que há nas comunidades pesqueiras é uma diversidade de atividades executadas por mulheres, conforme já foi identificado, tanto por Melina Chiba Galvão e Daniela Kalikoski no município de Rio Grande - vizinho de Pelotas:

Pode-se observar em um primeiro olhar, que por trás do “pré-conceito” de mulher na pesca, não há uma homogeneidade mas sim uma diversidade de trabalho e participação feminino. [...] São as pescadoras, as tecedeiras e “remendeiras” de redes de pesca, as que beneficiam o pescado, limpam o peixe, o camarão, desfiam a carne de siri e as que fazem o filé, são as ex-pescadoras, as esposas e filhas de pescadores, as líderes comunitárias ou membros de colônia ou associações. Além disso, são as donas de casa, mães, fazem “bicos” para aumentar a renda. (GALVÃO; KALIKOSKI, 2012, p. 9)

Quanto na distante Islândia das pesquisas de Unnur Dís Skaptadóttir:

É difícil desenhar um perfil único das mulheres em comunidades pesqueiras. Mulheres não são somente esposas de pescadores ou processadoras de pescado, mesmo que estas posições muito contribuam para as definições da feminilidade

(*womanhood*) e imagem popular das mulheres em comunidades pesqueiras. Algumas mulheres são tanto esposas de pescadores quanto processadoras de pescado, outras não são nenhuma das duas coisas. (SKAPTADÓTTIR, 2000, p. 315)

Assim, o primeiro resultado desta tese desmistifica a ideia de que “mulheres não pescam”. O trabalho de campo na Colônia Z3 mostrou que, embora a captura seja um lugar de domínio masculino, as mulheres da Z3 também pescam, assim como no beneficiamento de pescados há domínio de mulheres, mas os homens da Z3 também aí atuam.

Há um elemento de disponibilidade que estrutura a atuação de mulheres e homens na atividade pesqueira artesanal. A disponibilidade funciona como um jogo com os papéis de gênero culturalmente atribuídos e socialmente construídos pela tradicional sociedade política patriarcal. Na Z3 a disponibilidade também é dependente da questão ambiental e do reflexo econômico.

Na pesquisa de campo não identifiquei fatores culturais ao nível de crenças ou tabus que impeçam mulheres ou homens de participarem de uma ou outra atividade pesqueira. Os fatores limitantes são os dispositivos legais, por exemplo, quando meninos trabalham nas salgas pois são legalmente impedidos de irem ao mar, ou quando homens adultos também processam pois há limitantes ambientais impedindo de pescar por não ter peixe naquele dia.

Para as mulheres a disponibilidade está mais atribuída à construção sociocultural da divisão sexual do trabalho que designa o cuidado com a casa, familiares e filhos às mulheres. Portanto, elas pescavam quando ainda estavam disponíveis - ainda não tinham filhos, ou atribuíam a tarefa de cuidar dos filhos à outra mulher, como no caso de Adriana e sua mãe, ou ainda quando não havia outra possibilidade, como foi o caso de Lessa, criando os filhos no bote enquanto pescava.

Mara Lago (2006) recorda suas pesquisas na Ilha de Santa Catarina trazendo apontamentos sobre a atribuição do cuidado com a família às mulheres:

Família é um tema transversal em pesquisas etnográficas de campo atentas às relações de gênero, de gerações, étnicas, de classe, trabalho, escolaridade, às relações cotidianas com os outros sujeitos nas localidades - com o Estado, com as instituições.

Foi entre as mulheres que pude perceber um maior envolvimento e identificação com as famílias, no sentido de interpor entre si e as atividades de estudo e de trabalho remunerado as necessidades dos seus “outros” e os contratempos que os acometiam - doença ou morte na família, cuidados com os pais, irmãos e outros. Eram elas que precisavam deixar o trabalho ou o estudo para cuidar dos familiares, em situações de dependência por parte destes últimos. (LAGO, 2006, p. 107)

A disponibilidade atrelada ao trabalho de processamento de pescados também depende da safra / disponibilidade ambiental e de estar livre da “manutenção da casa”, como A. descreveu.

O conjunto de tarefas diversas, sejam aquelas diretamente ligadas à atividade pesqueira, quanto aquelas do ambiente doméstico e que amparam a pesca, confere a estas mulheres um claro compartilhamento de identificação enquanto membros da comunidade pesqueira. Exemplos trazidos nesta tese ilustram que a identificação das mulheres da Z3 com a comunidade pesqueira se dá pelo menos a partir de quatro formas que discorro a seguir, a saber: Convivência; Mobilidade; Ressignificação; Resistência.

#### **Convivência:**

Como descrevi, brevemente no início do trecho 6.1. (Relações de gênero na Colônia Z3) e com um pouco mais de profundidade sob o título “A etapa de beneficiamento” (6.1.3) há uma noção de aprendizado pela convivência. Este termo “convivência”, frequentemente utilizado por Lessa durante nossa conversa, reflete no seu âmago o sentimento de

identificação e pertencimento à comunidade pesqueira. É a expressão da trajetória iniciada aos 6, 7 anos de idade da criança que “ajuda” na “função de pesca”, que “vive na praia” e também “limpando peixe em casa”, ou mais cedo ainda, quando são criadas no bote e viajam junto com as mães, até chegar na idade escolar. O aprendizado na convivência, pelo simples fato elucidado novamente pelas palavras de Lessa: “aqui a gente só vive do peixe”.

Na convivência, o saber não sabido de Michel de Certeau (2004) se desenvolve. O corpo aprende através da experiência pessoal destas mulheres. Neste processo, há uma certeza indubitável e, portanto, nem questionada, por elas quanto ao seu envolvimento com a pesca e pertencimento à comunidade. O questionamento vem sempre pelo lado do Estado, que contesta esta certeza.

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 2013, p. 28 - 29)

### **Mobilidade:**

A convivência inscreve aos corpos políticos das mulheres da Z3 uma noção de identidade atrelada ao modo de vida, mais do que ao

território. Aprofundando esta discussão para relacionar o pertencimento à comunidade e como a mobilidade das mulheres da Z3 fortalece sua identificação como membro da comunidade de pesca, lembro que desde o começo desta tese me referi à Colônia Z3 como uma comunidade pesqueira, e daí que começo. Fiz isso com a ajuda de Paulilo (2004) quando a autora esclarece que a dicotomia é inerente à Sociologia, neste caso, a dicotomia comunidade/sociedade. Baseando-se em Ferdinand Tönnies, Paulilo explica que a oposição se dá pela noção de confiança, intimidade e viver junto (primeiro termo - comunidade), em contraponto à noção do que é público, do mundo, implícita no termo sociedade. Em Herman Schmalenbach, Paulilo busca a noção de tradição na comunidade, ao passo que a sociedade é o lugar dos interesses.

A influência da oposição ‘comunidade/sociedade’, criada por Tönnies, foi tão forte nos estudos rurais que é preciso desconstruí-la para que o pensamento crítico avance. Jonathan Murdoch e Andy Pratt, ao falarem sobre os ‘estudos de comunidade’, dizem que estão presentes neles duas pressuposições: a) as comunidades são espaços que estão fora da influência da modernidade; e b) as forças dessa modernidade estão próximas e ameaçam o futuro dos espaços de vida tradicional. Frequentemente, o romantismo implícito no desejo de preservar os modos de vida tradicionais permeia essas análises, fazendo com que sejam vistos como contendo a ‘essência’ de uma determinada cultura ou nação. (PAULILO, 2004, p. 231)

Rial (2006, p. 21) cita o antropólogo francês Balandier para enfatizar que mesmo lugares tidos como tradicionais experimentam a dinamicidade dos processos culturais. Ao descrever a Colônia Z3 como uma comunidade de pesca tomo ainda emprestada a orientação de Rial de não recorrer ao modelo dos “estudos de comunidade”, uma vez que, como a autora destaca, “[estudos de comunidade] tendem a privilegiar um ponto de vista local, tomando a comunidade como possuindo uma dinâmica própria, subtraindo-a do social mais geral” (RIAL, 2006, p.

26), e este não é o caso. A Colônia Z3, vista sob uma ótica produtivista, é um lugar de interesses. A análise que fiz nesta tese coloca o espaço da Colônia Z3 como um espaço gerador de renda a partir da atividade pesqueira. Também é público, do mundo, quando percebo na fala das interlocutoras a preocupação com o uso de droga ilícitas (sobretudo o crack) na esquina de suas casas, atraindo seus filhos. Ademais, “[e]mbora estes grupos [comunidades de pesca] sejam portadores de uma tradição, observada através de suas práticas socioculturais, é relevante considerar que fazem parte, em maior ou menor grau, da sociedade urbano-industrial” corrobora Adomilli (2006, p. 206). Mas, ainda assim, a Colônia Z3 é uma comunidade pesqueira por definição da atividade tradicional ali executada e suas relações, por exemplo, no objetivo da Cooperativa Mulheres da Lagoa em produzir o gelo para pescadores em primeiro lugar, deixando os interesses mercadológicos dos atravessadores na fila. Mais ainda, quando surge com a ideia de empregar mulheres, que na verdade “são 30 famílias”, conforme a fala de Neida.

Continuo recorrendo a Rial (2006), que usou em seu estudo a proposta de territorialidade de Guattari para expressar uma subjetividade coletiva. Esta proposta, apresentada abaixo nas palavras dos autores, funciona também aqui para evidenciar a relação das mulheres com a comunidade de pesca:

*Territorialidade / desterritorialização / reterritorialização* : a noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu

curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam as quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais.

A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323)

Esta noção funciona nesta tese para entender a mobilidade que Adriana e Dulce citaram, quando iam pescar na Lagoa Mirim, reterritorializando suas vidas naquele espaço diferente para seguir a necessidade econômica imposta. Tal como Dulce explicou “aquí ficavam ruins, a gente ia pra pescar em Santa Vitória lá, lá na Mirim”, portanto, para as mulheres da Z3, pertencer à comunidade pesqueira é também deslocar-se em busca do recurso pesqueiro.

O capítulo final de “Por uma antropologia da mobilidade” de Marc Augé (2010) é uma referência interessante para esta discussão: “A Cidade Radiosa de Le Corbusier, em 1952, correspondia ao ideal de uma existência sedentária, num modo de vida onde todos os recursos estavam à mão.” (AUGÉ, 2010, p. 97 - 98). No caso das famílias da Colônia Z3 o recurso (pesqueiro) não estava à mão, então a mobilidade em busca do recurso impulsionava o deslocamento entre Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim.

#### - **Ressignificação:**

Em um de seus muitos textos sobre a pesca na Noruega, Siri Gerrard faz observações sobre dimensões de gênero nas festividades de comunidades pesqueiras do norte norueguês. Suas observações cabem também para pensar a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes na Z3. Analisando os festivais que acontecem nas localidades de Skarsvåg, Mefjordvær e Husøy, a autora observa:

Os festivais [...] não são somente expressões da construção e reconstrução de gênero e relações de

gênero. Eles são também expressões da interação ente as identidades das pessoas locais em relação ao mundo de fora. Eles refletem o significado do peixe como uma base para identidade, mas também como uma meta e um meio para uma vida boa. Desta forma, os festivais tem um aspecto político. O que eu chamo de político nos festivais pode ser observado de diferentes ângulos e em diferentes níveis. No nível local, os desafios simbólicos são evidentes. Num olhar mais amplo, a renegociação da identidade é notável. De um ângulo formal, as mudanças nas lideranças locais podem ser vistas.

Pesca e atividade pesqueira continuam a colocar juntas novas e velhas atividades e mostram como o pertencimento local é criado e recriado quando velhos hábitos alimentares se tornam símbolos de conhecimento local e identidades locais. O fato da comida de todo dia como “mølje” e “boknafisk” ser transformada em comida de festa traz uma mudança nos valores das habilidades de mulheres e homens. (GERRARD, 2000, p. 306)

No capítulo em que descrevi a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes da Colônia Z3 ficou evidente a importância do que Gerrard destacou em relação à transformação da comida de todo dia em comida de festa. Como a fala do entrevistado de Bairros; Moura; Rieth (2007) que gosto de lembrar, há um povo que frequenta o festival “pela barriga”.

A atração de turistas para prestigiar a festividade, incluída no calendário de eventos do município, é propulsionada pela oferta de alimentos preparados pelas mulheres da Z3<sup>60</sup>. Logo, como argumentei no capítulo 6.1.1. (A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes), há um protagonismo das mulheres da Z3 que ressignifica a Festa. Ressignifica

---

<sup>60</sup> Exceto pela tainha assada, conforme expliquei em 6.1.1., onde ocorre uma curiosa relação entre gênero e poder explicada pelo status de valor socialmente compartilhado como superior, que atribui o assado aos homens. Contudo, observo que a churrasqueira oficial junto à praça de alimentação é “lugar exclusivo” de homens, mas em uma caminhada pela comunidade no dia da Festa em 2017, observei pelo menos outras três ofertas de “Almoço com tainha assada” em que a preparação de todo o alimento (incluindo a churrasqueira com as tainhas) era feita por mulheres (exemplo: Figura 7 - Restaurante Ondas do Mar).

a festa religiosa transformando-a também em um evento gastronômico, que contribui para o fortalecimento da comunidade, conforme Siri Gerrard também observou em seu texto:

Os festivais são para todo mundo: crianças, jovens, adultos de meia idade e pessoas mais velhas, residentes, imigrantes, mulheres e homens. A comunidade local se destaca como uma comunidade ativa e unida em que os festivais com suas variedades, atividades iniciadas localmente, fortalecem o sentimento de pertencimento por meio do peixe, pesca e outras atividades relacionadas à pesca. (GERRARD, 2000, p. 306)

Fortalecer a comunidade e valorizar a identidade das pessoas que tem seu modo de vida baseado na atividade pesqueira tem uma importância crucial, sobretudo com a sequência de safras frustradas que a Colônia Z3 vem enfrentando nos últimos anos. Neste sentido, Gerrard observa que, embora o festival atraia turistas e pessoas de fora da comunidade, são organizados para e por pessoas da comunidade. “Para os residentes, o festival é um sinal de que é viável o desenvolvimento potencial da comunidade” (GERRARD, 2000, p. 303).

Destaco esta relação entre fortalecer a comunidade e ter um modo de vida baseado na convivência da atividade pesqueira com uma observação: Ao final da edição de 2017 da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, quando retornava para o centro dividindo espaço no ônibus que faz a linha Colônia Z3 - Centro com outras pessoas “da cidade”, escutei alguns comentários sobre a demora no atendimento e falta de organização das barracas da praça de alimentação. Observo este fato como um reforço à identidade de pescadoras e/ou trabalhadoras na pesca das mulheres da Z3 que operavam as barracas de comida. As “pessoas da cidade” estão habituadas à relação comercial que encontram nos restaurantes e lancherias, com regras de atendimento visando uma relação eficaz e eficiente entre comerciante e cliente. Nas barracas da praça de alimentação da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, o *modus operandi* da relação de consumo se dá de um jeito que foge às regras e ao ritmo de um comércio da área da alimentação. Ele é improvisado, na hora, por pessoas que tem seu modo de vida baseado na atividade pesqueira, não em comércio e atendimento ao público.

## - Resistência:

A última das quatro formas que apresento nesta tese para identificar as mulheres da Z3 com a comunidade pesqueira é baseada na experiência da Cooperativa Mulheres da Lagoa. A literatura sobre cooperativas pesqueiras refere-se principalmente às cooperativas de comercialização (MALDONADO; DOS SANTOS, 2006), o que não é o caso da Cooperativa Mulheres da Lagoa<sup>61</sup>, todavia possui as características comuns ao princípio cooperativista.

No livro “Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista”, Boaventura de Sousa Santos faz um mapeamento das alternativas de produção, descrevendo a tradição cooperativa. No parágrafo que reproduzo abaixo, Santos recorre a Paul Hirst e Johnston Birchall<sup>62</sup> para explicar os postulados e a inspiração do associativismo e cooperativismo, respectivamente:

Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa da economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil.

---

<sup>61</sup> Segundo consulta junto a Receita Federal sobre a situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, as atividades da Cooperativa Mulheres da Lagoa são: Atividade econômica principal: Atividades de apoio à pesca em água doce. Atividades econômicas secundárias: Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra; Atividades de apoio à aquicultura em água doce; Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos; *Fabricação de gelo comum*; Comércio atacadista de pescados e frutos do mar; Peixaria; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários. (grifo meu)

<sup>62</sup> HIRST, Paul. **Associative Democracy**. New Forms of Economic and Social Governance. Amherst: University of Massachusetts Press. 1994.

BIRCHALL, Johnston. **The International Co-operative Movement**. Manchester: Manchester University Press. 1997.

Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. (SANTOS, 2012, p. 33)

Conforme a conversa com Cléia e Neida, descrita no capítulo 6.1.2., (A Cooperativa Mulheres da Lagoa) a proposta econômica da Cooperativa Mulheres da Lagoa visava beneficiar a comunidade pesqueira como um todo. Elas citaram pelo menos duas grandes contribuições neste sentido: a venda de gelo mais barato aos pescadores e o emprego de mulheres da comunidade para o beneficiamento de pescados (gerando renda que, como Neida bem observou, não era somente para a mulher, mas para manter a família).

Contudo, a sucessão de safras frustradas, aliadas às dívidas crescentes de manutenção do prédio da fábrica de gelo, levou à suspensão das atividades em 2015. Na conversa com Cléia em 2014 já havia um alerta, quando ela diz que “ajuda de ninguém nós não temos”. Luiz Fernando Scheibe chama uma discussão sobre o conceito de sustentabilidade e sobre a possível necessidade de entrada de recursos externos para manter um sistema sustentável:

Sustentável é o que pode ser sustentado, no interesse da sociedade. Mesmo que para isso necessite de um apoio [...]. Deixando, portanto, de lado a arraigada ideia de que a sustentabilidade necessita ser autônoma no sentido de dispor apenas dos recursos intrínsecos de cada localidade, podemos começar a pensar numa possibilidade de aplicação de recursos externos - assim como os ecossistemas terrestres dependem também do constante aporte da energia solar - para a manutenção de sociedades sustentáveis, com suas culturas locais valorizadas exatamente pelo fato de serem diversas e, com isso, representarem um acervo precioso para o conjunto da humanidade. (SCHEIBE, 2004, p. 330 - 331)

Embora as atividades da Cooperativa Mulheres da Lagoa estejam suspensas desde 2015, sua situação cadastral permanece como ativa. Nas conversas que tive em 2016 com Suzi e Neida, ambas expressaram

sentimentos controversos em relação ao retorno das atividades. Ao mesmo tempo em que aparentavam resignação e descrença em relação a um possível retorno, ainda mantinham uma esperança de que as reuniões com a Universidade local poderiam apontar alguma saída e lembravam os benefícios adquiridos ao longo da atuação na cooperativa. Há, portanto, na experiência da Cooperativa Mulheres da Lagoa a característica de resistência que mantém as populações envolvidas com a pesca artesanal ainda nesta atividade, contrariando a natureza (com suas alterações climáticas afetando a reprodução do recurso) e o Estado (com seu descaso em relação ao setor pesqueiro artesanal). A resistência também se manifesta pois “embora o cooperativismo pesqueiro possa ser considerado um dos instrumentos básicos para o desenvolvimento, principalmente da pesca artesanal, sua evolução é lenta e vítima de sucessivos fracassos das experiências de sua organização entre comunidades pesqueiras brasileiras” (MALDONADO; DOS SANTOS, 2006, p. 329).

Estas quatro formas são apenas algumas das formas de identificação das mulheres da Z3 enquanto membros da comunidade pesqueira. Ultrapassam o território físico e se sobressaem às relações de gênero dentro da comunidade, mas encontram barreiras no Estado que estabelece por direito quem pertence à pesca, conferindo políticas públicas baseadas em um modelo de gestão antiquado e de visão unicamente produtivista em relação ao recurso pesqueiro, como foi o caso que apresentei sobre a suspensão do seguro defeso em 2011.

São formas de identificação, como disse anteriormente, tão intrínsecas ao cotidiano da comunidade que tampouco as mulheres nem os homens da Z3 se questionam se elas devem ou não ser reconhecidas como pescadoras ou trabalhadoras na pesca, com direitos assegurados. Com o ocorrido no ano de 2011, a análise da Promotora do Ministério Público Federal em Rio Grande concordava que o conflito se dera por questões de gênero, de forma a invisibilizar as mulheres na pesca artesanal:

Não pode o intérprete/executor do direito tampouco ignorar, no caso em tela, a questão de *gênero* que subjaz à questão, exemplarmente abordada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres:

O entendimento da atividade produtiva das mulheres como “ajuda” vai na contramão do que propugna o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que deve balizar as ações do governo

em todos os níveis e esferas. Lançado em 2007, o Plano apresenta como objetivo precípua a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, garantindo a igualdade de gênero, e tem na autonomia das mulheres um de seus princípios. Armações como a destacada no excerto acima contribuem para a perpetuação de visão segundo a qual os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres constituem um tipo de “ajuda” (ou colaboração) e que, como consequência disso, não são passíveis de remuneração. A compreensão de tais atividades como ‘ajuda’ é evidente no caso das mulheres envolvidas na pesca artesanal, cujas atividades produtivas misturam-se com tarefas domésticas, sendo muitas vezes levadas a cabo concomitantemente – assim, a coleta de mariscos, o cuidado dos filhos, o reparo de redes, o preparo das refeições e a evisceração do peixe aparecem todas, indistintamente, como atividades associadas ao cuidado da casa e da família. (Nota Técnica – SPM/PR, de 27.6.2011) (BECKER, 2013, p. 65 - 66 - grifo da autora)

Voltando às análises que fiz sobre as atas das reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos, sobre os assuntos discutidos e a baixa participação das mulheres que se identificaram como pescadoras e/ou trabalhadoras na pesca, destaco que, entre as Diretrizes Voluntárias indicadas pela FAO para estimular a governança na pesca de pequena escala, há itens relacionados ao desenvolvimento de capacidade, por exemplo:

12.1 - Os Estados e outras partes devem realçar a capacidade das comunidades de pesca de pequena escala e habilitá-las a participar dos processos de tomada de decisões. Para este efeito, a diversidade no subsetor da pesca de pequena escala deve ser garantida ao longo de toda a cadeia produtiva, e deve ser apropriadamente representada através da criação de estruturas democráticas e representativas legítimas. *Atenção específica deve ser dada para a necessidade de trabalhar a participação equitativa das mulheres em tais estruturas. Onde for necessário, espaços separados e mecanismos devem ser providenciados para possibilitar as mulheres de*

*se organizarem de forma autônoma em vários níveis para questões com especial relevância para elas.* (FAO, 2015, p. 17 - grifo meu)

As críticas feitas por Kleiber et al. (2016) que apontei no Quadro 2, em especial a esta diretriz, foram vistas na prática no caso da suspensão do seguro defeso em 2011 e no que a pouca participação de pescadoras e/ou trabalhadoras na pesca nas reuniões do FLP possam ter contribuído para a decisão tomada em concordância com aquele espaço de gestão. Como as autoras colocam em sua crítica “mulheres frequentemente não são reconhecidas como parte interessada (*stakeholder*) e devem se contentar com as barreiras culturais sobre sua participação em processos de tomada de decisão” (KLEIBER et al., 2016 - ver Quadro 2 nesta tese).

Lembro que o Fórum da Lagoa dos Patos é um espaço onde o modelo de gestão participativa é proposto. Apesar disto, falha em considerar apontamentos como os que fiz no capítulo 3.1. (A participação em espaços de gestão pesqueira) quando citei, sobretudo, Leitão (2010; 2013), Maneschy (2013) e Resurreccion (2006) para destacar que participar exige outros recursos, além de tempo e romper barreiras culturais, sociais e políticas. Também é válido lembrar que na Z3 já existe (ou existia) espaços separados em que mulheres se organizam de forma autônoma, conforme a Diretriz da FAO aconselha, porém como a conversa com Cléia a respeito da Cooperativa Mulheres da Lagoa revelava, não contavam com a “ajuda de ninguém”.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir uma tese é revisar se os objetivos propostos e a pergunta de pesquisa foram respondidos adequadamente no corpo do trabalho. Iniciei esta pesquisa instigada pela invisibilidade das mulheres na gestão pesqueira, tentando entender por que isto acontece. Optei por desenvolver uma tese que destacasse atividades das mulheres na comunidade pesqueira Colônia Z3 como forma de apontar para a gestão pesqueira as relações de poder que esta ignora.

Pensando num modelo clássico de gestão não é difícil compreender que, se há um grupo de pessoas que depende de um recurso para viver, se manter e se reproduzir economicamente, socialmente e politicamente, o ponto principal é garantir a existência deste recurso. A questão é que esta visão clássica produtivista, voltada exclusivamente à conservação do recurso, ignora justamente o grupo de pessoas, como são afetadas e no que influenciam para atingir a missão máxima da conservação do recurso, segundo Paiva (2004).

Entender as mulheres como parte ativa deste grupo que influencia e é afetado na relação com os recursos pesqueiros é essencial na busca de uma gestão pesqueira eficiente e o caso que apresentei nesta tese exemplifica este ponto. Assim ocorre quando falo das mulheres da Z3, da forma como reproduzem o conhecimento natural sobre o recurso pesqueiro e a intimidade que demonstram com a atividade pesqueira, ambos aprendidos na convivência e expressos em técnicas de processamento de pescados, ou na mobilidade em busca do recurso pesqueiro.

Ocorre também quando elas organizam seu tempo, destinando o tempo livre da manutenção da casa e dos cuidados com a família para trabalharem nas salgadas, transformando o recurso pesqueiro em comida - produto de consumo, ou ressignificando uma festa religiosa com o apelo turístico da gastronomia. Ocorre também nas redes de relacionamento e estratégias criadas para assimilar o cotidiano da comunidade pesqueira, quando a pescadora conta com o apoio de sua mãe para cuidar dos filhos e ir ao mar, ou quando divide o trabalho de captura com o marido, para evitar colocar alguém de fora da família na embarcação e ter de dividir a renda da pesca, ou ainda, quando buscam uma alternativa na legislação que as livre de se apresentar dependentes do vínculo a um pescador homem para acessar o seguro defeso.

Ocorre quando buscam soluções ao iniciar uma cooperativa que produza gelo localmente e garanta renda para famílias da comunidade. Sobretudo, ocorre em meio à incerteza ambiental e safras frustradas, em

meio ao descaso do Estado que deslegitima suas atuações enquanto membros da comunidade pesqueira, questionando quem deve ser considerado pescador e ter acesso a direitos trabalhistas.

Pelos exemplos apontados aqui, de acordo com a disponibilidade e, pelo menos, através da convivência, mobilidade, ressignificação e resistência, as mulheres da Colônia Z3 se identificam como pertencentes à comunidade pesqueira. Portanto, são tão legítimas quanto o pescador profissional artesanal definido/delimitado pelo Estado na legislação.

Por último, aponto uma concordância esperançosa quanto a implementação das Diretrizes Voluntárias para a Pesca de Pequena Escala da FAO: A experiência da Cooperativa Mulheres da Lagoa comprova que o incentivo à formação de grupos de mulheres é válido, necessário e transformador. Apesar desta evidência, lembro que são diretrizes voluntárias. Logo, mesmo o Brasil sendo signatário, o Estado insiste em se omitir da obrigação de reconhecer o direito à igualdade de gênero. Insiste em manter o foco da gestão na captura, em ignorar as vozes das mulheres nas pesquisas sobre pesca, e em buscar dados desagregados por sexo para a (inexistente) estatística pesqueira.

Concluindo, como considerações finais, destaco que esta tese retratou uma jornada temporal de reflexões em torno de um tema que arrecada pouca relevância em meio ao apressado tempo produtivista. Esta jornada temporal iniciou num confronto pessoal, quando identifiquei falhas no meu olhar de pesquisadora. Passou por momentos que, se eram descobertas para mim, eram o cotidiano vivenciado por mulheres e homens das comunidades pesqueiras, de lutas diárias, histórias de resistência alimentadas por derrotas acumuladas e o já costumeiro descaso do Estado. Neste espaço temporal dedicado à tese, ela finaliza num momento político caótico para a sociedade em geral e principalmente para a atividade pesqueira artesanal.

Portanto, falar sobre uma atividade dinâmica como a pesca em um momento meio anômico foi um desafio. Por mais que os manuais de pesquisa aconselhem um recorte temporal para lidar com este problema da realidade, não há como ignorar as mudanças na legislação que interferem diretamente na vida de milhares de pessoas que têm no recurso pesqueiro seus modos de vida e reprodução econômica, social e cultural. Se, conforme esta tese mostrou, houveram diversos obstáculos ao longo da trajetória pesqueira e da gestão desta, para as mulheres da pesca a atualidade se mostra tão cruel quanto, aprovada em Decretos-Leis que continuam a excluir mulheres do status social de produção.

O desafio esteve presente, inclusive, quando da revisão bibliográfica, conversas e entrevistas cheias de detalhes, mas todas

datadas, anteriores ao turbilhão de modificações acontecidas nos últimos 2 anos na legislação pesqueira Brasileira<sup>63</sup>. Ler os textos ou lembrar da esperança contida nas falas e pensar que agora são relegadas ao status de passado, tiram um pouco do otimismo que se espera da conclusão de um trabalho acadêmico.

Próximos capítulos estão a ser escritos, conforme a popularidade das diretrizes voluntárias para pesca de pequena escala da FAO avançar e, esperançosamente, o Governo Brasileiro adotar e implementar as orientações. Para isto, uma nova luta por parte das pessoas que vivem em comunidades pesqueiras é inevitável. Ao menos, conforme os dados apresentados nesta tese, os homens e principalmente as mulheres das comunidades pesqueiras como a Colônia Z3 já incorporaram a ação dos verbos resistir e lutar no cotidiano de pertencer ao universo pesqueiro artesanal pois, como Siri Gerrard (2000) lembra, todas estas crises do universo pesqueiro mudam os papéis públicos das mulheres e fortalecem suas identidades enquanto mulheres da pesca.

---

<sup>63</sup> Sobre esta situação, reproduzo o que Mauro Ruffino destacou em texto recém publicado: “em função da grande crise política e econômica que o país vem atravessando, e pela pressão política, o governo se viu obrigado a cortar gastos e, com isso, extinguiu e transformou cargos públicos, alterando a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios através da publicação da Medida Provisória n. 696, em 2 de outubro de 2015, o que levou à extinção do cargo de ministro da Pesca e Aquicultura. Essa Medida Provisória foi prorrogada por 60 dias pelo Congresso Nacional através do Ato 46, de 23 de novembro de 2015, em que se estabeleceu um processo de transição de todas as atribuições e ações do MPA para o MAPA. Em 31 de março de 2016, o Decreto n. 8701 estabeleceu a nova estrutura do MAPA, incorporando as atribuições do MPA; este ministério passa a ter uma Secretaria de Aquicultura e Pesca. A Medida Provisória n. 696 foi regulamentada através da Lei n. 13.266, de 5 de abril de 2016, que extingue o MPA. O Decreto n. 8.719, de 25 de abril de 2016, estabelece que a nova estrutura do MAPA entra em vigor a partir de 3 de maio de 2016.” (RUFFINO, 2016, p. 18). Em março de 2017 esta situação de descaso com a tutela da pesca no Brasil atinge um outro estágio, evidenciando como o setor é visto apenas como uma moeda de troca de favores políticos. Sob pressão do PRB - Partido Republicano Brasileiro, a pesca passa a ser competência do MDIC através da publicação do Decreto nº 9004, de 13 de março de 2017: Transfere a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e dá outras providências.



## REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Caderno de Campo Digital – antropologia em novas mídias. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 10, n.21, p. 273 – 289, jan./jun. 2004.
- ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Território e mobilidade: notas sobre a relação entre global e local em uma comunidade pesqueira. n: RIAL, Carmen; GODIO, Matias. (Orgs.) **Pesca e turismo: Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul**. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006. p. 195 - 210.
- ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; FIÚZA DE MELO, Alex (Org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81
- BAIROS, Jaqueline; MOURA, Amanda; RIETH, Flávia. Estudo sobre a culinária e o artesanato local como atrativos turísticos na Colônia de Pescadores Z3/ Pelotas – RS. **Anais do XVI CIC – Congresso de Iniciação Científica da UFPel**. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS. 27 – 29 de novembro, 2007.
- BECK, Anamaria. Pertence à Mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do Litoral de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Vol. 7, Nº 10, 1991.
- BECKER, Anelise. Seguro-defeso e pescadoras artesanais: o caso do estuário da Lagoa dos Patos. **Boletim Coentífico ESMPU**, Brasília, a. 12 - n. 41, p. 45 - 91 - jul/dez. 2013.
- BÉNÉ, Christophe. When fishery rhymes with poverty, a first step beyond the old paradigm on poverty in small-scale fisheries. **World Development** 36(1): 945-975. 2003.
- BENNET, Elizabeth. Gender, fisheries and development. **Marine Policy** 29. 2005. p. 451–459.
- BERKES, Fikret, et al. (autores da versão original em Inglês). KALIKOSKI, Daniela (Org. edição em Português). **Gestão da pesca de**

**pequena escala:** diretrizes e métodos alternativos. Rio Grande: Ed. FURG, 2006. 360p.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é e o que não é. Petrópolis: Editora Vozes. 2012. 200p.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

CASTELLO, Jorge Pablo. Gestão sustentável dos recursos pesqueiros, isto é realmente possível?. **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**, 2007.N. 2 (1), p. 47-52.

CATTANÉO, Nathalie; HIRATA, Helena. Flexibilidade In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 106 – 111.

CAVEDON, Neusa Rolita. **Navegantes da Esperança:** análise de um ritual religioso-urbano em Porto Alegre. (Dissertação do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 10. Ed. Petropolis: Vozes, 2004. 351p.

DI CIOMMO, Regina Celia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, jan./jun. 2007.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Code of Conduct for Responsible Fisheries**. Rome, FAO. 1995. 41 p.

\_\_\_\_\_. Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication. **At a glance**. 2015. Disponível em <<<http://www.fao.org/3/a-i4487e.pdf>>> acesso em 30 - Jan - 2017.

FARINHA, Alessandra Buriol. **Senhora das Águas:** memórias da antiga Procissão de Navegantes do Porto de Pelotas – RS. 2012. 148

f.(Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural) Universidade Federal de Pelotas. UFPEL. Pelotas – RS. 2012.

**FERREIRA, Solano. A pesca da tainha na Lagoa dos Patos – um relato fotoetnográfico.**2010.(Trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social) - Universidade Católica de Pelotas – UCPel, Pelotas,2010.

**FIGUEIRA, Michel Constantino. Colônia de Pescadores Z3, Pelotas – RS: da crise na pesca à expansão do turismo com base no patrimônio cultural.** 2009. 157 f.(Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, Pelotas, 2009.

FLP – Fórum da Lagoa dos Patos. **Ata de reunião.** 11 de outubro de 2007. Disponível em <<<http://forumlagoadospatos.furg.br/index.php/atas-das-reunioes.html>>> acesso em 20 - Mai - 2015.

\_\_\_\_\_ **Ata de reunião.** 8 de novembro de 2008. Disponível em <<<http://forumlagoadospatos.furg.br/index.php/atas-das-reunioes.html>>> acesso em 20 - Mai - 2015.

\_\_\_\_\_ **Ata de reunião.** 29 de outubro de 2009. Disponível em <<<http://forumlagoadospatos.furg.br/index.php/atas-das-reunioes.html>>> acesso em 20 - Mai - 2015.

\_\_\_\_\_ **Ata de reunião.** 29 de abril de 2010. Disponível em <<<http://forumlagoadospatos.furg.br/index.php/atas-das-reunioes.html>>> acesso em 20 - Mai - 2015.

\_\_\_\_\_ **Ata de reunião.** 26 de maio de 2011. Disponível em <<<http://forumlagoadospatos.furg.br/index.php/atas-das-reunioes.html>>> acesso em 20 - Mai - 2015.

\_\_\_\_\_ **Ata de reunião.** 29 de maio de 2013. Disponível em <<<http://forumlagoadospatos.furg.br/index.php/atas-das-reunioes.html>>> acesso em 20 - Mai - 2015.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho Doméstico. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 256 - 262.

GALVÃO, Melina Chiba; KALIKOSKI, Daniela. Problematizando a questão de gênero na gestão compartilhada: reflexões a partir de um estudo de caso da pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos/RS. **5º Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Universidade Federal do Pará – UFPA, em Belém/PA, de 3 a 6 de junho de 2012.

GAMMAGE, Sarah. (1996) The tattered net of statistics. In: KUMAR, K. G. **Gender Agenda - Women in Fisheries: a Collection of Articles from SAMUDRA Report**. Published by International Collective in Support of Fishworkers (ICSF), India, p. 36–40. 2004.

GERRARD, Siri. The Gender dimension of local festivals: the fishery crisis and women's and men's political action in North Norwegian communities. **Women's Studies International Forum**, Vol. 23, No. 3, pp. 299–309, 2000.

GIARD, Luce. Cozinhar – segunda parte. *in*: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. 5. Ed. Petropolis: Vozes, 2003. 372p.

GOEBEL, Alisson. 2002. Gender, Environment and Development in Southern Africa. *Canadian Journal of Development Studies*, volume XXIII, nº 2, 2002.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Raquel. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986. 327p.

HELLEBRANDT, Denis S. **Informal institutions and adaptive livelihoods of fisherfolk in Southern Brazil**. Tese. University of East Anglia. School of International Development. October 2010. 253p.

HELLEBRANDT, Luceni. **Conflitos da Pesca Artesanal de Tainha na Colônia Z3 e sua Relação com as Políticas Públicas**. Dissertação de Mestrado em Gerenciamento Costeiro, Rio Grande: FURG, 2012.

HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Pesca e Gênero: reconhecimento legal e

organização das mulheres na “Colônia Z3” (Pelotas / RS - Brasil).

**Vivência:** revista de antropologia. UFRN/DAN/PPGAS v. I., N 47 (jan/jun. de 2016),- Natal: UFRN. 2016.p. 123 - 136.

HELLEBRANDT, Luceni; WALTER, Tatiana; ANELLO, Lucia. Mulheres na atividade pesqueira do camarão-rosa no estuário da Lagoa dos Patos/RS: Modo de vida, renda e condições laborais. **Anais Eletrônicos: Fazendo Gênero 10**, Florianópolis/SC, 16 a 20 de Setembro, 2013.

HELLEBRANDT, Luceni; WALTER, Tatiana; ANELLO, Lucia.**As mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos-RS.** Relatório de Pesquisa do projeto Análise das cadeias produtivas do pescado oriundo da pesca artesanal e/ou da aquicultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul, 2015 (não publicado).

HIRATA, Helena, et al. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. 342 p.

HELLEBRANDT, Luceni et al. O projeto “Análise das cadeias produtivas do pescado oriundo da pesca artesanal e/ou aquicultura familiar no estado do Rio Grande do Sul” como uma experiência interdisciplinar. **Anais do SIIPE-Sul.** Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão - Região Sul. 23 a 25 de outubro de 2013 - Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa** No 197, de 2 de outubro de 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional.** 2010.

KALIKOSKI, Daniela; VASCONCELLOS, Marcelo; LAVKULICHA, Les. Fitting institutions to ecosystems: the case of artisanal fisheries management in the estuary of Patos Lagoon. **Marine Policy** 26, p. 179–196. 2002.

KALIKOSKI, Daniela; SATTERFIELD, Terre. On crafting fisheries co-management arrangement in the estuary of Patos Lagoon (Brazil):

opportunities and challenges faced through implementation. **Marine Policy** 28, p. 503 – 528. 2004.

KALIKOSKI, Daniela C. et al. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XII, n. 1, p. 151 - 172. Jan - jun. 2009.

KALIKOSKI, Daniela; VASCONCELLOS, Marcelo. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. **FAO Fisheries and Aquaculture Circular** No. 1075. Rome, FAO, 2012.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67 – 76.

KLEIBER, Danika, et al. A Feminist Analysis of the Voluntary Small-Scale Fisheries Guidelines. **6th Global Symposium on Gender in Aquaculture and Fisheries**. Bangkok, Thailand. 2016. Disponível em <<<https://genderaquafish.org/2016-gaf6-august-bangkok-thailand/gaf6-program-abstracts-and-ppts/>>> Acesso em 30 - Jan - 2017.

KOSBY, Marília. Cruzamentos, territórios e patrimônio religioso: sobre a doçura como referência cultural nas comemorações de Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes nas praias do Laranjal, Pelotas/RS, em 2007. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 17, p. 27 – 36, 2008.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Gente do mar e da terra: revisitando velhos textos e lugares de pesquisa. In: RIAL, Carmen; GODIO, Matias. (Orgs.) **Pesca e turismo: Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul**. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006. p. 103 - 112.

\_\_\_\_\_. Sobre trabalho, casas, mulheres... ainda. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo. (Orgs.) **Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 245 – 257.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e pesca: 30 anos de registro geral da pesca. **Fazendo Gênero 9**, Florianópolis, SC. 23 a 26 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. Gênero, Pesca e Cidadania. **Amazônica**. Rev. Antropologia. (Online) 5 (1): 98-115, 2013

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; LEITÃO, Ivan Pereira. Voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco – Brasil. **XVI Jornadas Nacionales de Extensión Rural y VIII del MERCOSUR**. Concordia, Argentina, Novembro de 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. In SIMONIS, Yvan. **Introdução ao estruturalismo**: Claude Lévi-Strauss ou “a paixão do incesto”. Lisboa: Moraes, (1968) 1979.

LIMA, Livia Morais Garcia. A Memória Subterrânea e as Atividades Atuais da População Ribeirinha Residente em Bataguassu (MS) e Presidente Epitácio (SP) na Festa Nossa Senhora dos Navegantes. **Dialogando no Rosana** v. 1 n. 4 p. 76 – 87, nov, 2007.

MaCDONALD, Martha. Lessons and Linkages: building a framework for analyzing the relationships between gender, globalization and the fisheries. In: NEIS, Barbara et al. (Orgs.) **Changing Tides**: gender, fisheries and globalization. Halifax: Fernwood Publishing, 2005. p. 18-28.

MALDONADO, Fabiana; DOS SANTOS, Antônio Carlos. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, vol. 8, núm. 3, 2006. p. 323 - 333.

MANESCHY, Maria Cristina. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. **Proposta**. Nº 84/85 Março/Agosto, 2000.

\_\_\_\_\_. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. In: NEVES, Delma Passanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Orgs.) **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 41 – 64.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento.

**Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro, 2012.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. 2ª edição. p. 269 - 280.

MOURA, Danieli Veleda. **A organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z3 (Pelotas - RS, Brasil) na luta pela cidadania e justiça ambiental: contribuições à educação ambiental crítica**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. FURG - Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS. 2016. 239 p.

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura**. 2011.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. Dados de RGP. **E-mail** respondido através da Lei de Acesso à Informação, em 28 de junho de 2012.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Administração pesqueira no Brasil**. Editora Interciência. Rio de Janeiro. 2004. 177 p.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC, 5(28), 1987. p. 64-70.

\_\_\_\_\_. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 12 N. 1 (janeiro - abril), 2004. p. 229 - 252.

PEREIRA, Gabriela. Women in fisheries in Latin America. **Informe final de la Primera Reunion de Puntos Focales de la Red Latinoamericana de las mujeres del sector pesquero - acuícola**. 5-6 de octubre del 2000, Montevideo, Uruguay. 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332 p.

RESURRECCION, Bernadete. Rules, roles and rights: gender, participation and community fisheries management in Cambodia's Tonle

sap region. **International Journal of Water Resources Development**22(3): 433–447. 2006.

RIAL, Carmen. **Mar de dentro**: a transformação do espaço na Lagoa da Conceição. Dissertação de mestrado em Antropologia. Porto Alegre: UFRGS. 1988.

\_\_\_\_\_. Revisitando a etnografia Mar-de-dentro: pesca, turismo e a transformação do espaço social. In: RIAL, Carmen; GODIO, Matias. (Orgs.) **Pesca e turismo**: Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006. p. 21 - 38.

RUFFINO, Mauro Luis. A gestão dos recursos pesqueiros no Brasil. In: Araujo, Marcos Antônio Reis (org.). **Repensando a gestão ambiental no Brasil**: uma contribuição ao debate de reconstrução nacional. Ed. kindle. Belo Horizonte: Marcos Araujo. 2016. Capítulo 7.

SACCO DOS ANJOS, Flávio, et al. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da Colônia Z3 em Pelotas, RS. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Santa Cruz do Sul, RS – Brasil. **Anais do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. - 2º Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005. 514 p.

SCHEIBE, Luiz Fernando. Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento durável. In: ZAKRZEWSKI, S. B.; BARCELOS, V. (Orgs.). **Educação ambiental e compromisso social**: pensamentos e ações. Erechim: EdiFAPES, 2004, p. 317-335

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 16, no 2, jul./dez. 1990.

SEIXAS, Cristiana, et al. Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo , v. 14, n. 1, p. 23-44, June 2011.

SILVA, Cristiano Estrela da. **Ação Civil Pública** nº 5002559-10.2012.404.7101/RS. Autor: Ministério Público Federal – Réu: União – Advocacia Geral da União. Disponível em <<<http://www.jfrs.jus.br/processos/verifica.php>>>, mediante o preenchimento do código verificador 8115374v8 e, se solicitado, do código CRC A96AF73. 8 de maio de 2012.

SILVA, Luiz Geraldo. (coord.) **Os Pescadores na História do Brasil:** volume 1 Colônia e Império. Comissão Pastoral dos Pescadores. 1988. 223p.

SILVEIRA, Cibele. **Rompendo as redes:** perspectivas e problematizações sobre a gestão da pesca em Cantos dos Ganchos/SC. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis. UFSC. 2015. 228p.

SKAPTADÓTTIR, Unnur Dís. Women Coping with Change in an Icelandic Fishing Community: A Case Study. **Women's Studies International Forum**, 23(3), 311 - 321. 2000.

VÁZQUEZ-GARCÍA, Verónica; MONTES-ESTRADA, María. Gender, subsistence fishing and economic change. A comparative study in Southern Veracruz, Mexico. **International Journal of Sociology of Food and Agriculture**. Vol. 14(1), September, 2006.

WALTER, Tatiana, et al. Relatório Técnico: **Mecanismos de Proteção Social frente às Mudanças Climáticas:** uma análise sobre os pescadores artesanais da Lagoa dos Patos/RS. Rio Grande: FURG, 2014.

WILLIAMS, Meryl J.; WILLIAMS, Stella; CHOO, Poh Sze. From Women in Fisheries to Gender in Fisheries. In: GLOBAL SYMPOSIUM ON WOMEN IN FISHERIES: Sixth Asian Fisheries Forum, 29 November 2001, Kaohsiung, Taiwan. **Global Symposium on Women in Fisheries**. Published by ICLARM - The World Fish Center. Penang, Malaysia, 2002. p. 13 - 20.

WILLIAMS, Meryl J.; NANDEESHA, Mudnakudu; CHOO, Poh Sze. Changing traditions: a summary report on the 1st global look at the gender dimensions of fisheries. In: GLOBAL SYMPOSIUM ON GENDER AND FISHERIES: Seventh Asian Fisheries Forum, 1-2 December 2004, Penang, Malaysia. **Global Symposium on Women in**

**Fisheries.** Published by ICLARM - The World Fish Center. Penang, Malaysia, 2006. p. 1 - 5.

WILLIAMS, Meryl J. Gender Dimensions in Fisheries Management. In: GRAFTON, Quentin et al. (Eds.) **Handbook of Marine Fisheries Conservation and Management.** Oxford, 2010. pp. 72 - 86.

\_\_\_\_\_ How are Fisheries and Aquaculture Institutions Considering Gender Issues? In: GOPAL, Nikita et al. Gender in Aquaculture and Fisheries: The long journey to equality. **Asian Fisheries Science** (Special Issue) 29S, 2016. p.21-48.

WOORTMANN, Ellen F. Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades Pesqueiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18, 42-58. 1992.

WOORTMANN, Klass. A comida, a família e o gênero feminino. Republicado em **Dados**, vol. 29, n. 1, 1986. pp 103 – 130. Consulta ao original: **Série Antropologia nº50**. Brasília, DF. 1985. Disponível em <<[http://dan.unb.br/images/doc/SerieAntropologia\\_50.pdf](http://dan.unb.br/images/doc/SerieAntropologia_50.pdf)>> acesso em 19 – dezembro – 2013.